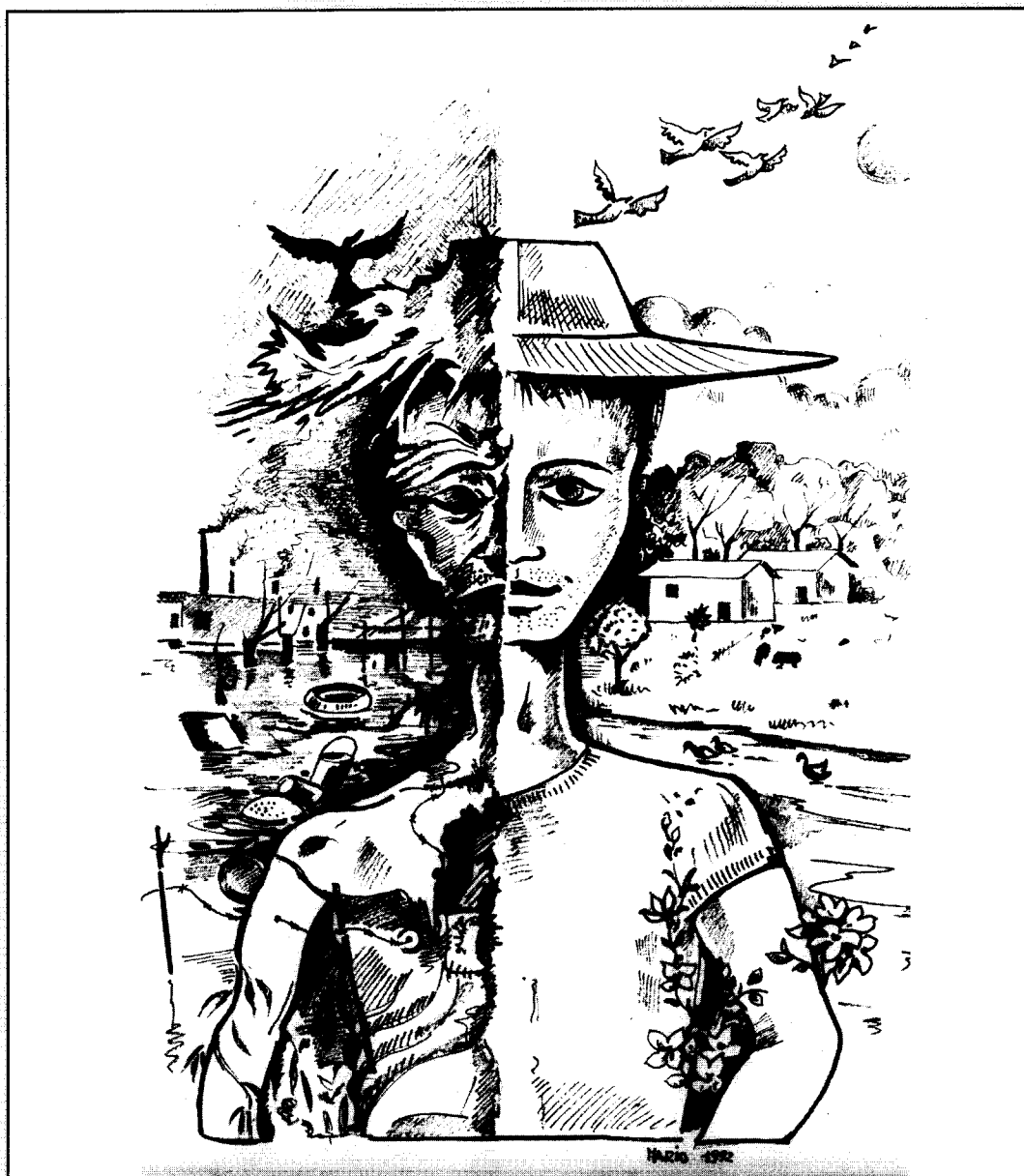
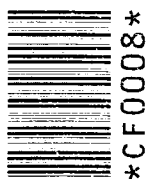


Comissão Pastoral da Terra
Conflitos no Campo — Brasil/1991



TERRA, ÁGUA E PAZ:
Viver é um direito!



CF0008



COMISSÃO
PASTORAL
DA TERRA



Edições Loyola

SUMÁRIO

Dedicatória	3
História do Cerrado	4
Apresentação	5
“Até quando, Senhor...”	6

I. MOVIMENTOS NO CAMPO: A PALAVRA E A AÇÃO DOS TRABALHADORES

1. O vaivém da juventude	8
2. As romarias da terra	8
3. A reconquista da terra	10
3.1 A luta pela legitimidade da posse	10
3.2 Lutas pelas terras devolutas usurpadas	11
3.3 A derrubada das cercas	14
3.4 Movimento dos Sem-Terra	15
3.5 Lutas dos atingidos por barragens	15
4. A luta por novas leis	17
5. Mulher — a dor e a coragem	18
6. Solidariedade	19

II. TRABALHADORES, TERRA E MEIO AMBIENTE

1. Introdução	22
2. As lutas populares e a preservação da Amazônia	22
2.1 Preservação da Amazônia sem os amazônidas?	22
2.2 A pesca predatória e as comunidades ribeirinhas	23
2.3 A busca de autodeterminação	24
3. Maranhenses defendem campos naturais	25
4. Educação ambiental	26
5. Agricultura ecológica	27
6. Ecologia e agrotóxicos	28
7. Seca no Nordeste	29

III. A PEDAGOGIA DO TERROR

1. Introdução	32
2. Terrorismo e violência contra as pessoas	36
3. Golpear os aliados: isolar trabalhadores	41
4. Onde a violência golpeia mais forte	41
5. Judiciário: espaço de privilegiados	42
5.1 Júris: desponta uma esperança	43

IV. A ESCRAVIDÃO DOS TRABALHADORES

1. Introdução	47
2. A situação nos últimos quatro anos	50
3. Onde o trabalho escravo é mais utilizado	50
4. A atuação do Estado	50

V. O ESTADO NEOLIBERAL: PRÊMIO E CASTIGO

1. Introdução	55
2. O “efeito tesoura” da política	55
3. A reforma agrária na TV	56
4. A tragédia da migração forçada	57
5. Comércio internacional de alimentos: “Faça o que eu digo, não o que eu faço”	58
6. Receituário da dependência	58

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 1991

É uma responsabilidade do Secretariado
Nacional da CPT

Setor de Documentação.

Rua 19, No. 35 — Centro
Caixa Postal 749
74001 GOIÂNIA — GO — Brasil
Telefone (062) 224 4436
Telefax (062) 225 4967

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é
um organismo ligado à Linha 6 — Pastoral
Social — da CNBB. Tem como objetivos:

- I. Viver na solidariedade e com criatividade
o serviço pastoral de nossas Igrejas aos
pobres da terra, para que a possuam em
paz e com seus frutos.
- II. Promover e valorizar o direito à plena
cidadania dos socialmente excluídos e o
reconhecimento do seu direito à dife-
rença.
- III. Acolher o grito novo de esperança do
povo e celebrar em comunidade a fé no
Deus da Terra e da Vida.

A CPT é membro da PAX CHRISTI IN-
TERNACIONAL e da RIGHT LIVELI-
HOOD FOUNDATION, que lhe atribuiu
o Prêmio Nobel Alternativo em 1991.

Goiânia, maio de 1992

Desenho da capa:
Mário Aldighieri

AGRADECIMENTOS

Esta é uma publicação elaborada pelo con-
junto do Secretariado Nacional da CPT, com
a colaboração direta dos Regionais da CPT.
Agradecemos a colaboração especial de:

- Movimento de Leigos para a América La-
tina (MLAL), pela colaboração de Luciano
Fazio na programação e processamento dos
dados.
- Hamilton Pereira da Silva, pela revisão fi-
nal do texto.
- A todos os Regionais da CPT, pela docu-
mentação diária dos conflitos no campo.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

1. Quadro comparativo — Conflitos no campo (1985-1991).....	61
2. Brasil 1991 — Estados e regiões.....	61
3. Conflitos de terra 1991 — Violência contra a pessoa	62
4. Conflitos de terra 1991 — Violência contra a propriedade ..	63
5. Ocupações de terra em 1991	64
6. Assassinatos em 1991	65
7. Tentativas de assassinato em 1991	67
8. Ameaçados de morte em 1991	69
9. Morte de bóias-frias em 1991	74
10. Bóias-frias feridos em 1991	74

GRÁFICOS

1. Ocupações de terra no Brasil — Quadro Comparativo (1987-91)	12
2. Ocupações de terra em 1991 — Por grandes regiões	13
3. Número de Conflitos de Terra no Brasil de 1985 a 1991 ...	35
4. Assassinatos no campo em 1991	35
5. Assassinatos de 1985 a 1991 em Conflitos de Terra no Brasil	38
6. Conflitos de terra por regiões em 1991	40
7. Trabalho escravo em 1991 — Por grandes regiões	46
8. Trabalho escravo (1988-91)	48
9. Trabalho escravo — Quadro Comparativo (1988-91)	49
10. Brasil: Concentração fundiária — Censo Agropecuário do IBGE (1985)	54

Adquira nas Edições Loyola, no Secretariado
Nacional ou nos Regionais da CPT:

CADERNOS DE ESTUDO CPT

1. CPT e a Construção da Democracia no Brasil
2. Compromisso Eclesial e Político da CPT
3. Luta pela Terra — Caminho de Fé
4. Sonhos e Desejos dos Lavradores — Desafios da CPT
5. Justiça Social e Preservação Ambiental — Desafios da luta pela vida
(no prelo)

Assine o novo boletim da CPT

PASTORAL DA TERRA

Com edições mensais, incluindo análises de conjuntura.

DEDICATÓRIA



*Este relato de dramas
pertence às mulheres do sertão.
Mães, viúvas, filhas de mártires.
Reorganizadoras da vida no
Movimento das Viúvas dos Assassinados pelo
latifúndio.*

E aos nossos candidatos ao Prêmio Nobel da Paz 1992:

*RIGOBERTA MENCHÚ TUN,
de Guatemala.
A face viva dos povos indígenas
sobreviventes a 500 anos
de massacre.*



*D. PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ,
Catalão errante,
crismado pelo sertão
e pela paixão da América.*



Oscarino Aguiar Cordeiro
Porteirinha (MG), março de 1991

Companheiros de caminhada
uma história eu vou contar.
Daqui do Norte de Minas
você vão acompanhar
como era nossa terra
e os costumes do lugar.

Era terra de cultura
também de muito valor.
Só vivia nesta terra
homem sério e trabalhador.
Não pensava que um dia
viesse sofrer tanta dor.

Tinha nas caatingas e cerrados
frutas pra gente comer:
umbu, cagaita e pequi
e muitas que podia ver
alimentavam as pessoas
e davam pros peixes viver.

Em nossos rios havia
peixes de todos os jeitos:
traíra, matrinxão e dourados
assim como Deus tinha feito.
Pescadores alimentavam as famílias
mas por eles tinham respeito.

As árvores de nossa terra
eram de se encantar:
cedro, tambori, imburana,
pau d'arco, canafístula e jatobá
somente por necessidade
podiam-se derrubar.

Por isso vivia o povo
respirando o ar puro.
Não tinha poluição.
O tempo era seguro:
chovia na época certa
não havendo tempo duro.

Chegou em nossa região
um tal desenvolvimento
vindo lá do estrangeiro
trazido por um grupo de gente
que vivia só explorando
e não falava claramente.

Dizia que aqui estava
esquecido e atrasado
o povo era preguiçoso
simples e mal-educado
que em nosso país precisava
de homens mais avançados.

Derrubando nossas matas
caatingas e também cerrados
até nas margens dos rios
eles faziam roçados
transformando tudo em carvão
tendo fornos para todos os lados.

Chegaram em nossas cidades
empresas para atender
os homens que precisavam
plantar suas roças e colher.
A lavoura que o pobre cuidava
precisavam os técnicos ver.

Para esta tal de lavoura
tinha financiamento.
O pequeno ia ao banco
fazer seu cadastramento
pra receber o dinheiro
e tocar o progresso pra frente.

Contratavam os diaristas
pra fazer todas limpezas.
Derrubavam as árvores
desrespeitando a natureza
visando só em seus bolsos
para ter grande riqueza.

Tombava a terra com trator
matando a sementeira
fazendo do solo fértil
uma grande impureza
compactando este terreno
virando tudo poeira.

Pra colher um bom produto
precisava um bom cuidado
batendo veneno forte
em toda semana marcado
não sabendo que seu sangue
estava todo intoxicado.

Com este tipo de coisas
o nosso povo perdeu
nossa cultura e costume
e nada se resolveu.
Com este desenvolvimento
muito companheiro morreu.

APRESENTAÇÃO

Terminamos a publicação de *Terra, Água e Paz — Viver é um Direito*, na semana em que o Presidente muda seus ministros. Trabalhadores rurais e camponeses não foram consultados para escolher um ministro da agricultura. Até quando vamos esperar que a sociedade brasileira reconheça que os pobres do campo são um interlocutor, gente que faz parte da nação?

Os trabalhadores do campo têm uma palavra a dizer. E estão falando. Mesmo em tempos que continuam violentos, repressivos, marginalizadores. Resumindo as palavras e as ações dos trabalhadores que tentamos retratar neste livro, poderíamos chegar a duas conclusões:

— Em 91 os pobres do campo foram discriminados e maltratados. Não houve financiamentos para a agricultura. Tivemos a pior safra dos últimos dez anos. Os preços dos produtos agrícolas estiveram lá embaixo. As cestas básicas para a região da seca chegaram só na hora das enchentes. O judiciário atuou, em alguns estados, como fiel amigo dos grileiros, expulsando até comunidades centenárias de negros. Com alegria, fazemos uma ressalva para alguns juízes que se esforçaram para vencer a impunidade: houve 7 julgamentos e 5 condenações de assassinos, o que é um milagre! Milagre pequeno! A regra ainda é a total impunidade. Os latifundiários beiraram o terrorismo, sobretudo no Pará, Bahia, Maranhão e Paraná. E a Reforma Agrária, o Estado a jogou para o lixo da história, até que a sociedade o obrigue a tirá-la de lá.

— Os pobres estão na luta. Defendem os peixes e a mata na Amazônia; lutam pelos campos naturais no Maranhão; combatem a monocultura com agricultura diversificada; ocupam órgãos do Estado para exigir

terra, justiça, crédito, educação, saúde; caminham pelas estradas para conseguir aliados e “dobrar o coração dos mandantes”.

Diante desta situação, em nome de nossa fé, no seguimento de Cristo que veio para que todos tivessem vida em plenitude, nos solidarizamos com os pobres da terra, pois lutam para conseguir aquelas condições de vida a que têm direito e que lhes são sempre negadas.

Este relatório chegará aos órgãos do governo. Escutá-lo-ão se quiserem. Não é nos governantes e tecnocratas que colocamos nossa esperança. Confiamos no crescimento da força dos pobres. Mas um governo democrático poderia colaborar um pouquinho mais, poderia jogar algumas escadas para os pobres saírem do fundo do poço que ele mesmo está cavando cada vez mais. Afinal, é preciso que ele dê contas de suas responsabilidades. Sem isso, ele ficará responsável pelos sofrimentos, violências e mortes que se multiplicam no campo e nas cidades.

Esperamos que a sociedade, a imprensa, os partidos, as entidades de trabalhadores encontrem aqui material para refletir e agir: reconhecer as coisas boas que estão brotando do chão para apoiá-las; usar todos os meios para combater a degradação humana a que os pobres estão sendo violentamente jogados.

Aumentar as cidades é inviável! Viver no campo é um direito!

D. Augusto Alves da Rocha
Presidente da CPT Nacional

"ATÉ QUANDO, SENHOR..."

Nós, participantes da XXIV Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Norte II (Pará e Amapá), reunidos em Belém de 4 a 6 de setembro de 1991, tomamos conhecimento dos fatos graves de violência contra os direitos humanos e a dignidade da pessoa, ocorridos nos últimos dias e meses em São Félix do Xingu, Marabá, Rio Maria, Paraupébas, Alenquer e Oriximiná, que nos deixam profundamente consternados.

- Famílias inteiras são espancadas e expulsas de suas terras, e suas casas e pertences são queimados.
- Posseiros sofrem prisões ilegais e são torturados.
- Padres, Religiosos e Sindicalistas são vítimas de atentados e ameaçados de morte por fazendeiros ou pela polícia militar, assessorada por integrantes da temida e ilegal "segurança rural".

O quadro de violência é cada vez mais assustador e espantoso. Os mandantes e executores destes atos criminosos continuam na impunidade. Autoridades judiciais tomam aberta e decididamente posição em favor dos responsáveis pelos crimes e acobertam aqueles que prendem, queimam casas e espancam famílias pobres e indefesas. Pistoleiros conseguem fugir das cadeias, enquanto posseiros têm os pedidos de "Habeas Corpus" recusados.

Vimos, de público, denunciar os seguintes fatos:

- o espancamento do Padre Danilo Lagos, no dia 28 de agosto, em São Félix do Xingu;
- a prisão arbitrária da Irmã Marta Rancheski, no dia 29 de agosto, também em São Félix do Xingu, por ordem da promotora Maria de Nazaré dos Santos Viana;
- as repetidas ameaças de morte aos Padres de São Félix do Xingu, Tucumã e Ourilândia do Norte, nos dias 28, 29 e 30 de agosto;
- o clima de terror instalado na fazenda Colorado, do Sr. Acioli José Teixeira, no município de São Félix do Xingu;
- o atentado contra o Padre Ricardo Rezende, na noite do dia 22 de agosto, em Rio Maria, quando se encontrava naquela cidade, exatamente para depor sobre a violência no sul do Pará;
- o atentado contra o sindicalista Carlos Cabral Pereira, em 4 de março, e as constantes ameaças a outros sindicalistas de Rio Maria, especialmente após o assassinato de Expedito de Souza, no dia 2 de fevereiro;

- a prisão injusta e o espancamento, na própria delegacia, de uma família inteira, no dia 31 de agosto, em Marabá;
- as violências e torturas aplicadas a posseiros, nos dias 22 e 23 de agosto, em Paraupébas, e as ameaças de morte ao Padre Donato Hartan;
- a expulsão de 14 famílias das terras ocupadas por elas e a destruição de suas casas, no dia 5 de julho, em Alenquer;
- a insegurança dos Negros, remanescentes dos quilombos, em Oriximiná, ameaçados de perder suas terras por causa do Projeto Alto-Trombetas da ALCOA.

A quem devemos apelar? Todas as denúncias a autoridades, até agora, não surtiram efeitos. Os meios de comunicação, com raras exceções, não veicularam notícias tão graves.

Estamos convictos de que a solução dos conflitos de terra tem de ser política, e sabemos que a Reforma Agrária, pela qual lutamos e lutaremos, só acontecerá a partir da organização e da união do povo.

Solidarizamo-nos com o Movimento "O Grito do Campo" e o "Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica". Em meio a tantos sofrimentos causados pelo abandono e pela omissão do governo, os lavradores organizaram nestes dias caravanas a Belém e a Brasília para reivindicar seu direito à vida e à plena cidadania.

Nós, bispos, padres, religiosas e leigos, continuamos a levantar nossa voz em favor dos pobres. Reafirmamos o compromisso da Igreja com esse povo sofrido, desprezado e injustiçado, porque acreditamos no "Deus da Vida" que vê a aflição dos seu povo e ouve o seu clamor (Ex 3,7).

"Até quando, Senhor, santo e verdadeiro, tardarás para fazer Justiça? (Ap 6,10)

Belém, 6 de setembro de 1991

*D. José Elias Chaves; D. Luís Soares Vieira;
D. Ângelo Frosi; D. Vicente J. Zico; D. Ângelo Rivato;
D. Patrício J. Hanrahan; D. Martinho Lammers;
D. Miguel Giambelli; D. Lino Vombommel;
D. José Luís A. Hermoso; D. Capistrano Heim;
D. Erwin Krautler.*

MOVIMENTOS NO CAMPO A PALAVRA E A AÇÃO DOS TRABALHADORES



Na terra conquistada ao eucalipto, a mãe garante o sustento e o futuro

Foto: Damião



Neste país carente das mínimas condições para uma vida digna da maioria de seus habitantes, a fome vem deixando suas marcas em famílias cada vez mais desestruturadas e desesperadas. Cresce o número de crianças que têm na rua o seu espaço de vida, num visível sinal de abandono... Vemos, estarecidos, a vida bagatizar-se como se fosse uma mercadoria descartável" (Dirigentes Nacionais de Igrejas Cristãs integradas na CESE e CONIC — 15.8.91).

Estas palavras indignadas nos indicam o clima de dor em que vivemos. O povo está dançando, e não é só no carnaval. Muitas vezes dança ao ritmo da ensurdecadora bateria oficial, que está levando muitos à loucura e à morte. Mas, para sobreviver, o povo inventa outros ritmos e melodias. Basta lembrar a revolta dos aposentados que encurralaram o governo na virada do ano.

Por isso nos perguntamos: que ritmos e melodias novas estão inventando os pobres da terra para sobreviver à dança macabra que lhes é imposta? Que boas notícias eles nos trazem?

Apesar da crise, "no final da década de 80 e início de 90, surgiram novos movimentos sociais, cujas lutas articulavam a luta pela terra com a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento regional. Articularam as classes populares de toda uma região na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento. Trazem para as suas mãos a responsabilidade de elaboração das políticas públicas" (Rudá Ricci, in Democracia na Terra nº 3 — jan/fev/92).

É bom ver um assessor da CUT, como Rudá Ricci, valorizar esses movimentos que nascem das necessidades da base. Provocadas pelos péssimos efeitos sociais dos projetos do governo e por todas as diferenças culturais, climáticas deste imenso Brasil. Mas seria preciso valorizar também aquelas iniciativas de pobres que ainda não se expressam como *projeto* político. Simples fatos como a migração, a fuga para o garimpo, as lutas cotidianas de crianças, mulheres e homens para sobreviver, até a rejeição de tecnologias modernas impostas, exprimem a contestação do projeto oficial que condena à morte. É preciso que a sociedade reconheça as iniciativas dos pobres da terra, por mais diferentes que elas sejam de nossas concepções modernas, favoreça seu crescimento e as valorize politicamente.

1. O VAIVÉM DA JUVENTUDE

O censo de 91, realizado pelo IBGE, revelou que o Brasil tem mais mulheres que homens. Dois milhões a mais. Mas em Roraima há 123,02 homens para cada 100

mulheres. Rondônia tem 107,24 homens para 100 mulheres. Já em João Pessoa há 116,32 mulheres para 100 homens.

As regiões de fronteira, os garimpos, as obras pioneiras são para os "peões de trecho". Eles são, na sua maioria, solteiros e maridos jovens em busca da sobrevivência, sua e da família. Migram para melhorar lá. Arriscam-se ao trabalho duro, até à escravidão, para mandar o trocado de sobrevivência à família. Ganham cada vez menos. Por isso cresce também a migração de moças e mães.

Na década de 70, a população de Roraima cresceu 9,1% ao ano e Rondônia 7,9%. Mas Roraima, hoje, com a diminuição do garimpo em área indígena, tem milhares de desempregados. Na beira de muitos lotes desbravados por colonos em Rondônia, encontra-se hoje a placa "vende-se". É a falta de gosto pela terra? É a falta de transporte. São as malárias multiplicadas. É, sobretudo, a falta de preços para a produção abundante.

Migração, quase sempre, não é abandono da luta. É luta em condições mais difíceis. Como a maioria não encontra nesse caminho a melhora que busca, continua migrando. "Migrar já é quase uma questão cultural, sem deixar de ser, antes de tudo socioeconômica", diz o Pe. Alfredinho, da Pastoral dos Migrantes (SPM), referindo-se aos jovens do Vale do Jequitinhonha. "Torna-se cada vez mais difícil encontrar perspectivas de futuro na própria região".

2. AS ROMARIAS DA TERRA

Se migração vira questão cultural, a romaria é sua expressão religiosa. Celebrar as romarias da terra com o país em crise é "reorganizar a esperança dos pobres da terra". Mesmo que eles não vejam uma saída imediata a curto prazo, as romarias da terra tiveram um papel fundamental de ajuntamento dos pobres da terra, alimentando as suas esperanças. As romarias mostraram uma multidão



Romaria da Terra — GO-91

Foto: Douglas Mansur

ROMARIAS DA TERRA — 1991

DATA	LOCAL	LEMA	PARTICIPANTES	OBSERVAÇÃO
10/02	Ibiraíaras — Vacarias-PE	Das mãos do trabalhador: Vida, Luta e Dignidade	30.000	
10/03	Nova Venécia — São Mateus-ES		5.000	
29-30/07	Trindade — Goiânia-GO	Terra e Trabalho — Vida para todos	5.000	à noite
13/07	Porto Velho-Ro	Vida é terra e trabalho/O trabalho gera vida onde a terra é repartida	10.000	3a. RT
13-14/07	Bom Jesus da Lapa-BA	Vida para quem labuta		
28/07	Unaí-MG	Terra e trabalho		
28/07	Campo Florido-MG	Solidários na luta pela terra		1.000
28/07	Arinos-MG			5a. RT
18/08	Valença-RJ	Terra repartida, Justiça no trabalho	10.000	
25/08	Godoy Moreira — Apucarana-PR	Igreja com os trabalhadores, com os explorados do campo	14.000	1a. RT Dioc
25/08	Tuparetama-PE	Projeto de Deus: Terra, Pão, Paz		1.500
25/08	Pajeú-PE			2ª RT do Sertão
08/09	Otacílio Costa — Lages-SC	O grito dos trabalhadores chega aos ouvidos de Deus	45.000	6a. RT
14/09	Morros-MA	Paz na terra pela RA e justiça no campo		
15/09	Santa Rosa de Lima-BA			
20-21	Serra do Lima — Patu	A dignidade do trabalhador que lavra a terra e produz o pão	3.000	
29/09	Ibema-PR		7.000	
29/09	Lábrea-AM	Terra de Deus, terra de irmãos		
19/10	Cruz do Espírito Santo-PB		5.000	3a. RT
26/10	São Raimundo Nonato-PI	Terra, água, trabalho, dons de Deus, Direito de todos	10.000	

de trabalhadores e trabalhadoras celebrando o Deus da Promessa que garante a "Terra nossa, Liberdade". Em todos os Estados, reúnem-se milhares de romeiros para celebrar sua fé no Deus da Vida, seus sofrimentos, suas lutas e suas conquistas.

Quando o problema da terra começou a se agravar, viu-se a terra como um lugar sagrado, entendendo melhor o sentido da terra para a vida do povo. Por isso nasceram as romarias ao Deus da "terra sagrada". Este lugar "sagrado", a terra, está sendo negado aos pobres. O "santuário" da terra está sendo profanado pela ganância, violência e egoísmo. Para os romeiros isso é um sacrilégio. A terra, criada por Deus, é "nossa mãe". Recuperar este "santuário" por meio dos símbolos da romaria, poder reencontrar-se com "a mãe" pela conquista da terra são dois dinamismos que alimentam um ao outro, na busca da felicidade e da paz.

Dizia um romeiro do extremo-sul do Brasil: "A romaria da terra foi o pontapé inicial para nós entrarmos na luta. Nela que há dez anos eu participo, a gente vê um Cristo que sofre, que continua sendo crucificado nesse povo sofrido. Nosso dever cristão é, além de rezar pai-nosso e ave-maria, lutar para transformar este mundo. E, na romaria da terra, a gente começa a ver o rumo que deve seguir".

O tom comum das romarias da terra é de denúncia profética das injustiças, da desigualdade, da expropriação e da exclusão dos camponeses do direito à cidadania. São ocasiões da vivência da solidariedade entre os próprios trabalhadores, solidariedade dos irmãos e irmãs de perto e de longe, de diversas áreas, sentindo que é única a caminhada e a luta.

Em muitas romarias temos a participação de cristãos de diversas Igrejas. Na solidariedade aos pobres da terra, as igrejas se irmanam numa mesma causa. Como toda fomeira, as romarias foram sendo alimentadas pela presença e comprometimento de um número cada vez maior de pessoas (diversas categorias do campo, religiosos, pastores, padres, bispos, igrejas, entidades, sindicatos). A irradiação de calor e luz cresce com a massa e o compromisso. Junto com a experiência de Deus aí revelada cresce a esperança na terra prometida.

Percebe-se que, nas romarias, os olhos de muitos começam a ver e os ouvidos começam a escutar. Aí acontece a revelação de Deus, nos pobres e aos pobres. Reanima-se a esperança.

Em muitas regiões do país, as romarias da terra já criaram um hábito do povo. Os que participam já estão sabendo



Foto: Emano Allegri

Trabalhadores celebram e repartem o pão

do das etapas. É visível o fato de que são um encontro de grupos e comunidades organizadas na base. Isso deixa um saldo positivo no avanço do movimento popular.

3. A RECONQUISTA DA TERRA

A luta pela terra acontece de maneiras muito diversas porque diversa é a estrutura agrária, a cultura e a organização do povo. Diversa é a situação dos que estão fora dela, dos que a possuem precariamente e dos pequenos que precisam lutar muito para, em cima dela, conseguir sobreviver. Para milhões de brasileiros entrar nessa luta é condição de vida ou morte, sobretudo para os jovens.

3.1. A luta pela legitimidade da posse

A resistência dos posseiros que enfrentam os grileiros é qualquer coisa de assombrosa! Joel Nunes Vieira, posseiro da fazenda Esperança, município de Jaguaripe-BA, teve dois filhos retalhados a facão em 1980. Diante de sua resistência, o grileiro Demé-

trius vendeu a fazenda. O novo "dono" queima casa, ameaça de morte, aponta revólver para um menino de 11 anos. Mas Joel vai para a capital, denuncia e continua enfrentando.

Quantos Joel existem no Brasil? Só no Estado da Paraíba havia, em 91, 1.162 famílias, em 14 áreas, exigindo a legalização de suas posses e enfrentando as violências. No Maranhão foram mais de 16.000 famílias.

Onde está a força desses enfrentantes do capital?

Na consciência, na vontade de viver na terra, no amor à terra. "Roubaram a minha consciência", gritava D. Rosa. Seu marido fora obrigado a assinar a venda de sua terra. Ela se recusou a assinar, mas o escrivão Aloísio escreveu o seu nome no livro. Tinha pressão alta e morreu 36 dias depois... Quem está querendo tomar a terra das 42 famílias, há 30 anos possesiras dessa área? A empresa de transporte Transbrasiliana. Ela tem poder para comprar o delegado, o Ibama e impedir o Incra de fazer vistoria para desapropriação.

A História é outro fator que determina a luta. Os posseiros da fazenda Biriba, município de Conde-BA, estão na área há 200 anos (5 gerações). Os da fazenda Jaboticaba, Andorinha-BA, estão aí há 100 anos. No Maranhão, muitos povoados são "terras de preto", quilombos que a Constituição de 1988 reconhece. Essa consciência histórica deslegítima até a sentença do juiz, muitas vezes aliado do grileiro, e dá forças para enfrentar a ação da polícia e dos jagunços.

A tradição do uso coletivo da terra em certas regiões, fortalece a resistência. Na fazenda Salgado, Uauá-BA, 800 famílias usam coletivamente 241 ha. Pouca terra para tanta gente. A comunidade é garantia em todos os sentidos, sobretudo para resistir. A tradição não é folclore, ela se recria na luta para garantir o futuro: a comunidade Aldeia,

MULHER CORAGEM

Maria Rodrigues dos Santos Gomes é viúva do posseiro e delegado sindical Alonso Silvestre Gomes, assassinado dentro de sua própria roça, a 19.11.1990, pelo soldado Marino Santos, em São Mateus-MA. O pretexto do crime inicia-se com a grilagem em 1979, a que os posseiros resistiram corajosamente de muitas formas. Marino foi contratado para matar 5 posseiros. Mas Dona Maria chegou ao local na hora em que ele atirava e lutava corpo a corpo com Alonso. Vendo seu marido morrer e temendo ser assassinada, Dona Maria entra na briga com um pau e uma faca e mata Marino. O inquérito policial concluiu que "a Sra. Maria Rodrigues matou o soldado PM em defesa própria".

A Promotora de Justiça, Rita de Cássia, ofereceu denúncia contra Dona Maria, alegando que ela se excedeu, usando "um meio desnecessário para repelir a agressão que sofrera seu marido".

O advogado da CPT-MA assumiu a defesa de Dona Maria: "Não se trata de homicídio, mas de reação à agressão violenta e injusta. Morreria se cruzasse os braços, pois não poderia ficar como testemunha".

Dona Maria está hoje criando seus 5 filhos e participa do movimentos das viúvas de trabalhadores rurais assassinados. No Maranhão, onde ocorrem tantos crimes por questões de terra, ainda não houve nenhuma condenação de pistoleiros ou mandantes. Mas esta mulher forte responde processo!

NEGROS DE ORIXIMINÁ DIANTE DAS MULTINACIONAIS

Altos interesses de grandes mineradoras vieram perturbar a tranquilidade dos remanescentes negros de quilombos de 2 séculos atrás, em Oriximiná-PA. Na Mineração Rio do Norte (MRN) estão associadas a Companhia Vale do Rio Doce, CBA, Reynolds, Alcan, Billington e Norkshidro. Os negros já foram transferidos para a margem esquerda do rio. Foram de novo expulsos, no final do Governo Sarney, com a criação da Floresta Nacional Sacará-Taquera. Em 1990 a Alcoa iniciou os trâmites para instalar o "Projeto Mina de Bauxita da Amazônia". O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade do Pará, alertou para o fato de os grandes projetos ameaçarem a ecologia e os negros da região do rio Trombetas.

São 7.000 remanescentes de quilombos ameaçados em sua sobrevivência econômica pela falta de terras e desaparecimento das tartarugas. O IV Encontro de Raízes Negras (18 a 21.7 em Tapagem) denunciou os impactos ecológicos do projeto e o não-cumprimento da Constituição que garante as terras dos negros. Reivindicam a suspensão de todos os estudos e licenças para a Mina de Bauxita e da Hidrelétrica Cachoeira da Porteira que vai beneficiá-la. Exigem a demarcação imediata das terras coletivas dos remanescentes.

A 18 de setembro, a Alcoa conseguiu aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente para seu projeto Cruz Alta, onde investirá US\$296 milhões para produzir 4,5 milhões de toneladas de bauxita.

Foi fundado o Fórum Permanente sobre Violência contra os Negros do Trombetas, na Universidade do Pará.

Bacabal-MA, exige o título da terra em nome da associação dos posseiros.

A tradição camponesa se atualiza quando usa, para reproduzir-se na terra, as "modas" em voga: os seringueiros, que vivem da mata, inventaram a reserva extrativista; os camponeses do Sul da Bahia, que vivem há décadas dentro da Mata Atlântica, querem um parque ecológico para se defender do grileiro que os prende e ameaça de morte e para "defender os 10% de mata que ainda restam".

Outro elemento fundamental da cultura é a religião. Porque os pistoleiros rasgam a imagem do santo na hora do despejo? Porque atacam a capela onde a comunidade se reúne? Muitos cantos camponeses referem que "Deus não deixou escritura". Dizer que "a terra é de Deus" é desqualificar o título que o Estado valoriza mais que a posse obtida pelo trabalho.

Acima de todos os motivos está a necessidade, a precisão de pessoas humanas ameaçadas de chegar ao limite da degradação e que para não chegar a esse limite, resistem até a morte. Muitos já viram nisso o comunismo, a baderna. Quando o ministro Cabrera fala que a terra deve ser

para os "vacionados" (os que têm algum capital e técnica moderna para produzir e exportar), ele está excluindo os que têm necessidade, os que, sem a terra, morrem ou caem na estrada, na favela. Ele desconhece a dignidade dessa gente, das crianças, das viúvas que batem pé e não saem. Ou partem para a frente, para ocupar outra terra. É a necessidade. Necessidade de ser gente. Antes de ser produtor.

3.2. Lutas pelas terras devolutas usurpadas

A lei de terras de 1850 impediu indiretamente os escravos de adquirir terras. A posse adquirida pelo trabalho dá algum direito na lei. Mas, quando o Estado "vende" essas terras para os que têm dinheiro, o posseiro fica sujeito às maiores arbitrariedades. Nos últimos anos, essas vendas envolveram enormes corrupções. A Constituição do Pará obrigou o governo a fazer uma revisão dessas negociatas. O prazo se esgotou e nada foi feito.

Cresce a consciência de que, mesmo que não faça reforma na estrutura agrária, o Estado não pode mais destinar aos latifundiários as terras públicas. As constituições estaduais

limitam a área que o Estado pode vender e algumas declaram que o restante deve ser entregue aos sem-terra. A partir dessas leis foram desenvolvidas diversas lutas para recuperar as terras que o latifundiário ocupa indevidamente.

No Nordeste, há muitas terras desapropriadas para construir açudes. Mesmo sendo públicas, boa parte está sendo usada por grandes proprietários. É nessas terras que se multiplicam, hoje, as ocupações. É uma forma de lutar pela água, tão preciosa quanto a terra.



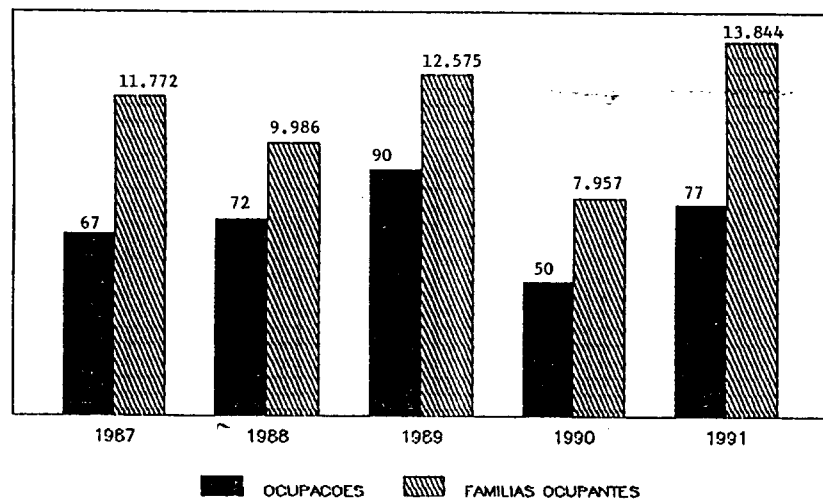
Foto: Teresinha Oliveira

Trabalho é o documento dos posseiros (Fazenda Saco do Rio Preto, Bonfinópolis, MG)

CORREÇÃO AO GRÁFICO DA PÁGINA 12 - Terra, Água e Paz...

OCUPACOES DE TERRA NO BRASIL

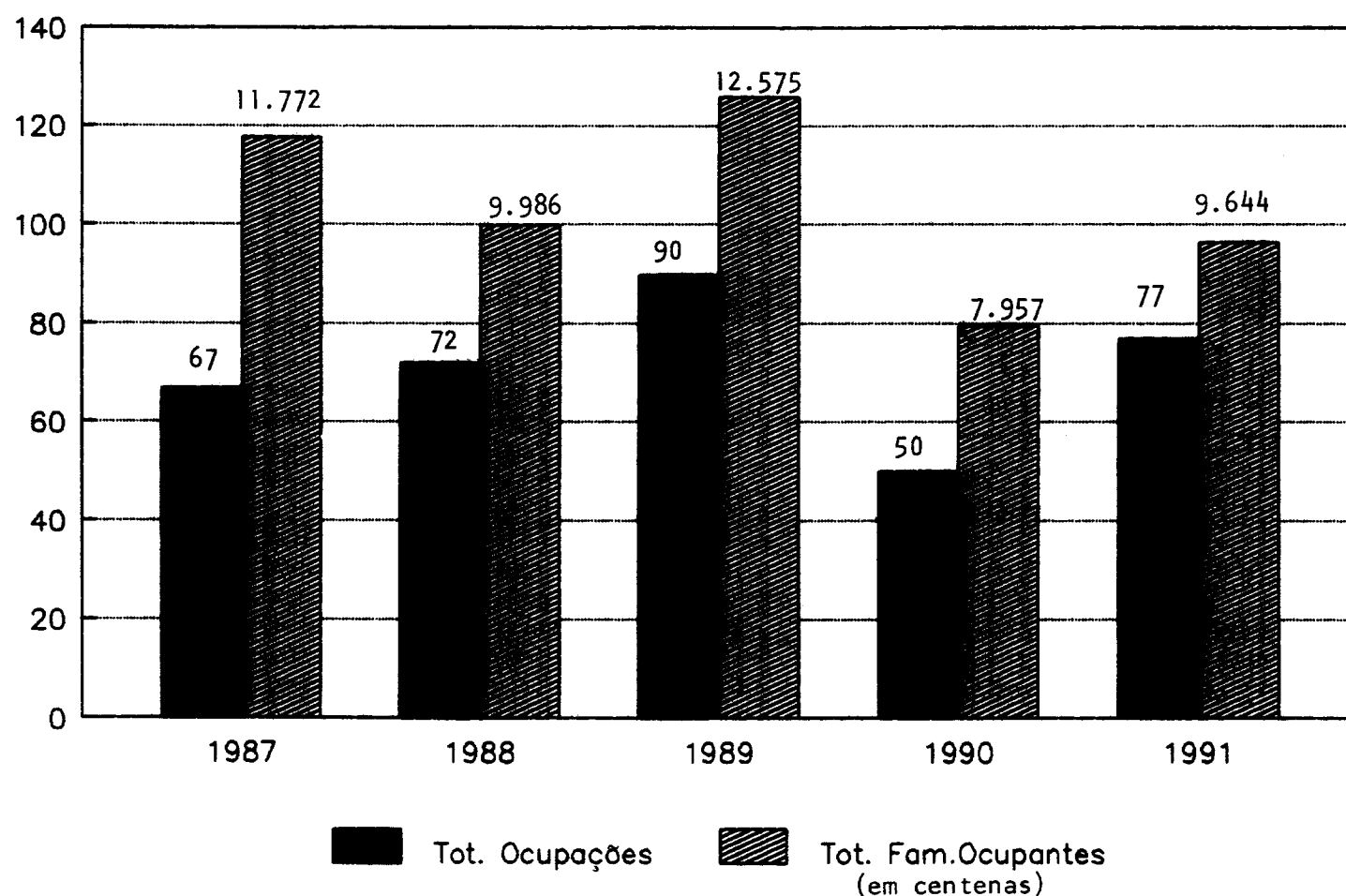
Quadro Comparativo (1987-91)



Fonte: CPT NACIONAL 1992

OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL

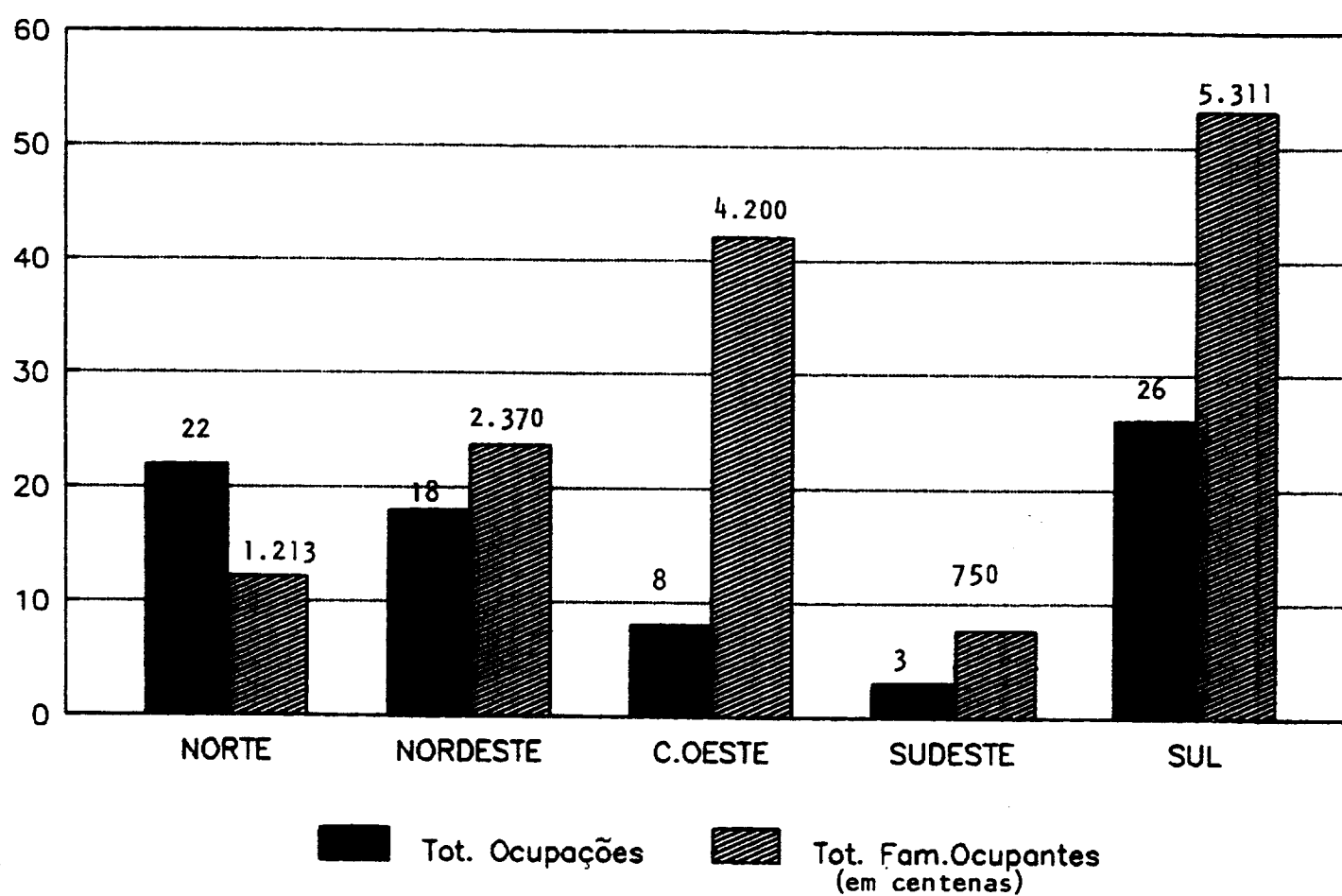
Quadro Comparativo (1987-91)



Fonte: CPT NACIONAL 1992

OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1991

POR GRANDES REGIÕES



FONTE: CPT NACIONAL 1992

OS POBRES TÊM DIREITO ÀS TERRAS DO ESTADO

No final do século passado, as terras do Pontal do Parapanema-SP foram griladas por Manoel Goulart e João Evangelista de Lima, ambos agrônomos. Seus títulos foram anulados, mas outras falsificações foram feitas. O Governo reconhece que existem hoje 963.000ha. cujo dono é o Estado. Metade já foi discriminada.

Em agosto de 91, o Comitê Estadual pela Reforma Agrária de São Paulo fez ampla campanha exigindo que o governo titule as pequenas ocupações de até 100 ha., assente imediatamente os trabalhadores sem terra nas áreas já discriminadas e dê andamento aos processos judiciais de discriminação.

O Comitê descobriu que as terras estavam sendo entregues, na sua maior parte, aos grileiros. Quêrcia, no final de seu mandato, e o Governador Fleury faziam acordos com os grileiros, entregando-lhes o título de 70 a 75% da terra ocupada e arrecadando somente 20 a 25%.

Diante dessa situação, a CPT-SP e a AJUP-RJ entraram com uma Ação Popular contra Quêrcia, Fleury e os latifundiários da região, requerendo:

1. anulação de todos os acordos lesivos, com o retorno de todas as terras para o poder público;
2. a legitimização das posses verdadeiras, até o limite permitido por lei — cem hectares;
3. a proibição de novos acordos;
4. abertura de inquérito para apurar o crime cometido contra o patrimônio público e que sejam criminalmente condenados os responsáveis.

3.3. A derrubada das cercas

“Hoje nos chamam de ilegais e invasores. Mas que lei é esta que acoberta pistoleiros armados?” Assim se manifestaram trabalhadores que ocuparam, em março de 1991, as terras improdutivas do Engenho Ronda, no município de Pombos, em Pernambuco.

Trabalhadores em desespero pela sobrevivência, sem casa, sem comida, sem cidadania, organizam-se para ocupar terras — largadas, abandonadas, inaproveitadas ou aproveitadas contra o interesse da maioria. E chamam-nos invasores. E contra eles movem discursos, atos judiciais, mãos armadas (clandestinas ou legais). Por acaso, todos sabemos de que e como vive essa gente? Ou nem queremos saber? O que os leva a se juntarem organizados para ocupar um latifúndio improdutivo, uma terra devoluta exposta à grilagem, umas terras abandonadas? O que os move a correr todos os riscos, até de vida? João Gonçalves, o “João Sem Terra”, líder dos camponeses envolvidos na ocupação da fazenda Itapemirim, em Ribeirão do Pinhal, no Paraná, ainda que reconhecendo que essas ocupações “são traumáticas e conflituosas”, não vê outra saída. É o que ocorre com os que foram expulsos de suas terras, os que tiveram de vendê-las a preço de nada, os que emigraram, os que se jogaram sem traba-

lho e sem perspectivas nas periferias das cidades, os bóias-frias submetidos a uma espécie de escravidão. De 80 famílias que ocuparam a fazenda Itapemirim, a maioria era de bóias-frias. Também eram bóias-frias, em sua maior parte, os ocupantes da fazenda Guairacá, em Londrina, no Paraná.

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, durante o ano de 1991, avisou pela imprensa que não seriam desapropriadas áreas de conflito para fins de reforma agrária. Apesar dessa ameaça, os camponeses brasileiros continuaram ocupando terras, na esperança de conseguir sobreviver com suas famílias. Em 1991 foram 77 ocupações realizadas em todo o país. Pela enormidade do nosso território e diferenças culturais, o ritmo e a forma dessas ocupações foram bem diversificados. Houve em 91, ocupações de menor repercussão na opinião pública, nos estados do Nordeste como Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí; e do Norte como o Tocantins. Ali, sem muita publicidade, as lutas foram muito intensas, como no caso da fazenda Cajazeiras, em Araguaçu-TO.

O que impressiona é a capacidade de resistir anos a fio em acampamentos provisórios — alguns já com 4 ou 5 anos, parecendo

mais favelas rurais. Expulsos de um lugar, partem para outro. Alguns avançaram até em terras produtivas, dizendo: “Não é para ficar aqui, mas só saímos quando o governo providenciar uma terra para plantarmos”.

SOS VIDA — SOS AGRICULTURA

Em 1991, a luta do campo encontrou um de seus espaços mais significativos nas estradas. Somando as várias caminhadas, foram mais de 3.000 kms percorridos pelos agricultores e sem-terra, tentando sensibilizar a sociedade e o governo para suas necessidades. A primeira caminhada foi a de Mato Grosso do Sul (Dourados a Campo Grande — 225 km). Foram 19 dias de caminhada para exigir terra para oito acampamentos.

Santa Catarina juntou gente do campo e da cidade, exigindo terra para plantar e para morar. De 1º a 25 de julho, andaram de Curitiba a Florianópolis (335 kms). Era o SOS VIDA que estava começando, promovido pelos comitês contra a violência no campo. Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul também tiveram suas caminhadas em outubro. Para reclamar crédito, desapropriações e a libertação dos quatro sem-terra presos em Porto Alegre, por causa das acusações de assassinato de um soldado em agosto de 1990, a maior caminhada foi a gaúcha. De fato, eram duas: uma saiu de Bagé, outra de Palmeira das Missões. Cada uma fez 500 kms. O prefeito de Porto Alegre lhes entregou as chaves da cidade, com estas palavras: “Nós temos 247 favelas na cidade, a maioria habitadas por ex-colonos. Para acabarmos com isto é preciso uma reforma agrária.”

A maior conquista das caminhadas foi certamente a solidariedade do povo, na estrada e nas capitais. A chegada se transformava sempre em grandes manifestações. Mas o Estado também foi forçado a assumir alguns compromissos.

As ocupações são a mais forte denúncia contra a injustiça da estrutura agrária, contra o Estado que, não realizando uma reforma agrária, abandona a maioria da população.

3.4. Movimento dos Sem-Terra

Sindicatos de trabalhadores rurais, organizados na CUT e na CONTAG, o Movimento dos Sem-Terra e Atingidos por Barragens e outros organismos lideraram, em 91, com amplo apoio das Igrejas e da CPT, grandes movimentos pelas condições de vida no campo. Foram lutas nacionais, apoiadas em necessidades sentidas em cada região.

No sul, a seca e a falta de crédito deram lugar ao SOS Agricultura. No dia 18 de março, 300 agricultores ocuparam a Praça da Matriz, em Porto Alegre, reivindicando reforma agrária, atendimento previdenciário, crédito para enfrentar a seca e assentamento dos atingidos por barragens. Nos dias 8-10 de abril essas manifestações se transformaram num grande movimento que atingiu todo o Estado, com manifestações em muitas cidades, pressionando bancos, previdência e outros órgãos do governo.

Em Santa Catarina, os efeitos da seca foram denunciados com uma greve de fome de 23 agricultores em Florianópolis, de 22 a 30 de abril. A greve parou quando o governador prometeu juntar-se ao protesto, se o governo federal não liberasse as verbas prometidas.

No Pará, os agricultores, sobretudo da região bragantina, lançaram o “grito do campo”, também no final de abril. Dia 28, 3.000 lavradores chegaram a Belém, e cobraram, na praça e em negociações, crédito e preços para seus produtos. Exigiam que o Fundo Constitucional para o Norte (FNO) cumprisse sua destinação legal: fosse utilizado em favor dos pequenos produtores.

Os assentados em terras conquistadas e desapropriadas promoveram lutas para arrancar do governo as condições mínimas para sobreviver na terra. O resultado foi muito pequeno, em proporção aos esforços. As tentativas mais radicais incluíram ocupações do Incra nos estados e em Brasília. Não é fácil colocar o Estado a serviço dos pobres do campo. Em 91 contamos 18 ocupações de prédios do Incra, secretarias de agricultura e outros órgãos do Estado.

Em Alagoas, a caminhada que aconteceu depois da ocupação da Secretaria de Agricultura foi duramente reprimida na Praça dos Martírios. Dos 50 feridos, 10 ficaram em estado grave e uma mulher abortou. Seu refúgio foi a igreja próxima.

3.5. Lutas dos atingidos por barragens

A construção de barragens está quase paralisada por falta de dinheiro do governo. Mas estão crescendo os movimentos de resistência a seus perniciosos efeitos no



Na terra conquistada, organizar a comunidade e a produção (Taquaral, Corumbá-MS)

Foto: Jerônimo Nunes

campo. O objetivo das maiores lutas, em 91, era conseguir que o assentamento e indenização dos atingidos fosse uma prioridade. Esse foi o motivo que levou os 3.000 atingidos de Itá-RS a ocupar os escritórios da Eletrosul. As obras estão paradas, mas os agricultores sabem que não têm mais futuro na área e exigem solução.

Duas grandes lutas estão sendo travadas por populações já desapropriadas há muito tempo, em Itaparica e Tucuruí.

A Barragem de Itaparica fechou suas comportas em 86. Seis mil e quinhentas pessoas, bem organizadas, foram transferidas com o compromisso da CHESF, conseguido a duras penas, de terra irrigada, condições de vida na nova área e 2,5 salários mínimos por mês para cada família, até as terras estarem preparadas para o cultivo. Em 91, a CHESF não pagou às empreiteiras que estão fazendo os canais de irrigação. Em junho, 2.500 pessoas ocuparam a barragem para exigir da CHESF o compromisso de reiniciar as obras. Os reassentados lutaram, durante 6 meses, para que as obras de desmatamento fossem executadas pelas famílias desempregadas há tantos anos. A cada mês têm de descobrir

PRODUIZIR OU ABANDONAR O ASSENTAMENTO?

Diante do grande número de famílias desistindo da terra conquistada com tanto esforço, os assentados, junto com a CUT e a CPT, organizaram o I Encontro dos Pequenos Produtores das Áreas Desapropriadas e Adquiridas do Litoral da Paraíba. Aí se iniciou um processo de reflexão que foi levado a todas as áreas, levantando as necessidades e os projetos. A semente germinou numa reivindicação ao governo e uma comissão de articulação para conduzir o processo. A 18 de abril, 600 pessoas tomaram conta do centro de João Pessoa para entregar ao governador suas reivindicações. Foi o início de uma caminhada. Em dezembro, os agricultores invadiram a Sede do Projeto Nordeste, em busca de 600 milhões de cruzeiros que sabiam ter chegado do Banco Mundial.

novas formas de reajustar o salário de acordo com o preço de uma cesta básica. Quantos sacrifícios em nome da energia para o progresso!

A Barragem de Tucuruí foi inaugurada em 1984. A matéria verde da mata inundada envenenou os rios, matou os peixes, criou tamanha praga de mosquitos que pesquisadores calcularam ser possível cada pessoa receber 500 picadas por minuto. Os agricultores que, com muita luta, conseguiram ser reassentados hoje lutam para ser transferidos de novo, porque não conseguem colher a roça por causa dos mosquitos.

Representantes de Tucuruí e dos povos indígenas participaram do Segundo Tribunal das Águas, realizado em Amsterdam (Holanda), de 17 a 21 de fevereiro de 1992. O Tribunal exigiu que o governo do Brasil reavalie sua política energética, que considere as alternativas aos projetos de represas em grande escala para a obtenção de energia e que a população envolvida participe de todas as decisões. Uma campanha nacional e internacional está exigindo que o governo brasileiro solucione os problemas dos atingidos pela barragem de Tucuruí.

Para evitar enchentes, promover irrigação, gerar eletricidade e, também, para favorecer fazendas do então governador de Minas, a CEMIG construiu várias barragens no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas. Pesquisas da CPT provaram que a irrigação no semi-árido vai salinizar as terras (uma das barragens foi construída em Salinas — terra já salgada). Pesquisas oficiais confirmaram. Para esta região é preciso encontrar outro modelo agrícola que preserve a terra, os rios e o povo.

A partir dos problemas criados pelas barragens, os atingidos estão se organizando para elaborar projetos alternativos de desenvolvimento que realmente os beneficiem. O Vale da Ribeira, região mais pobre do Estado de São Paulo, é um exemplo. Com a ajuda de técnicos e da CPT, as populações atingidas elaboraram um projeto

de desenvolvimento que preserva os remanescentes de quilombos, os posseiros e a natureza, e vai tentar dar vida nova à região, sem barragens.

Estes exemplos são a cara do projeto hidrelétrico brasileiro. Poucos setores do país revelam tanto desprezo pela população. Desde abril de 91, as diversas lutas contra a política energética se uniram no Movimento Nacional de Atingidos por Barragens.

4. A LUTA POR NOVAS LEIS

A aprovação da Lei Orgânica Municipal — sobretudo o seu capítulo 50, "Da Agricultura" — e das leis complementares do município de Tauá-CE foi um episódio marcante na luta dos trabalhadores rurais. O conteúdo das leis abre novas perspectivas para a agricultura naquele município e mostra que só haverá reforma agrária se for possível executá-la em unidades territoriais menores, a partir de uma prática traçada em âmbito nacional.

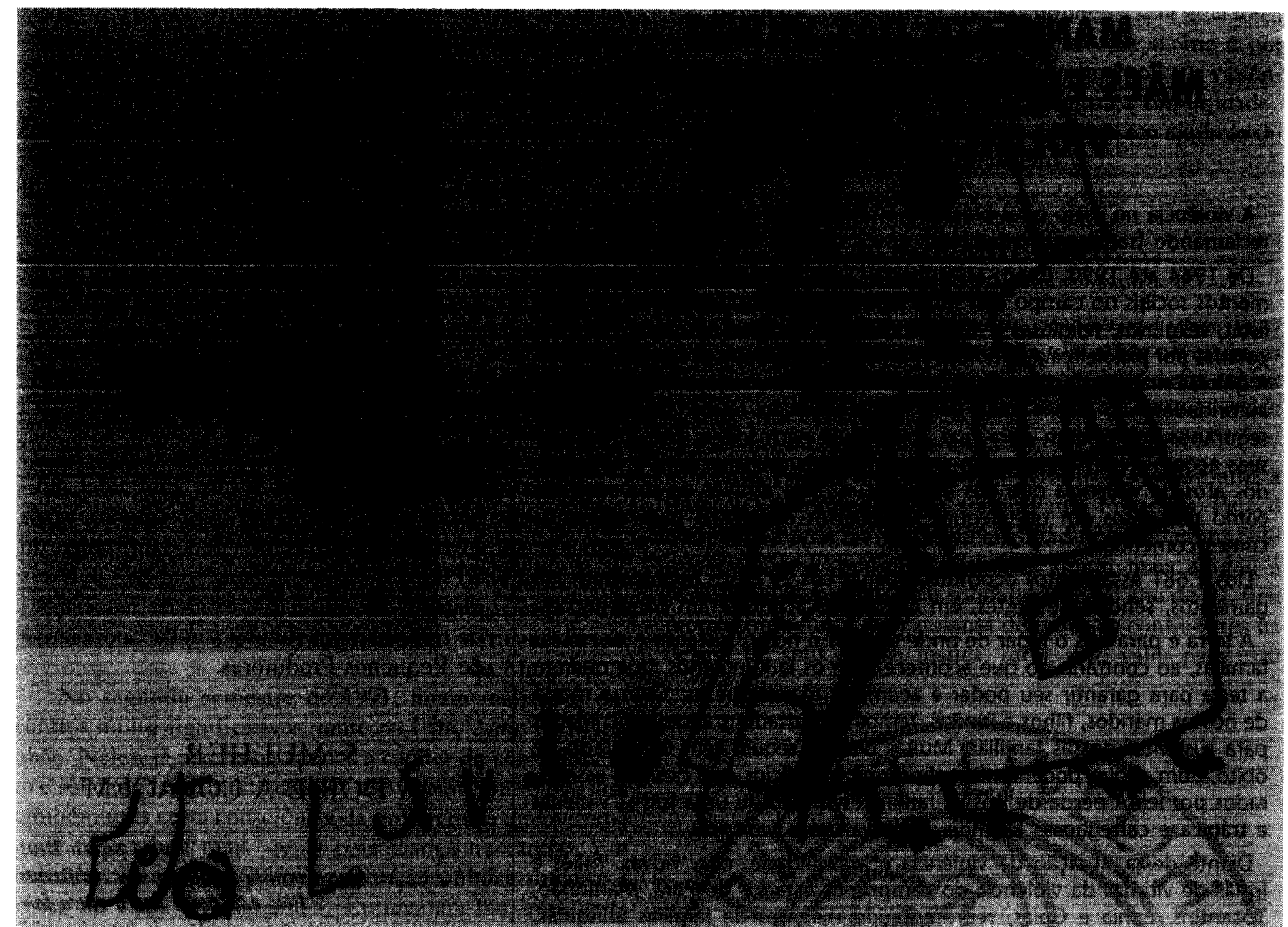
Tauá é um município do interior do Ceará, a 350 km da capital, Fortaleza, e tem 51.326 habitantes (Censo do IBGE, 1991). Seu quadro político-partidário não apresenta uma realidade favorável ao avanço da organização po-

pular, o que é típico de qualquer município do interior do Brasil.

O prefeito elegeu-se pelo PMDB, passou depois para o PDC e, atualmente, está organizando o diretório do PFL. A Câmara Municipal, com 21 vereadores, tem a seguinte composição: 10 vereadores do PMDB e um do PTB apóiam o prefeito. O PMDB, porém, está rachando e dando origem ao PFL e PL. Dez vereadores são do PSDB, sendo que um deles elegeu-se pela coligação PT-PDT. O atual presidente da Câmara é do PMDB.

Existe no município um Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), fundado em 1969. O STR tem 25 delegados sindicais e uma Comissão de Tecnologia Alternativa, com quatro membros. Existe também um Conselho Deliberativo, formado por 46 trabalhadores: os integrantes da diretoria do sindicato, os delegados sindicais e a Comissão de Tecnologia Alternativa.

Em 1988, o Conselho deu início às primeiras discussões sobre a Lei Orgânica Municipal, enfatizando principalmente o capítulo sobre a agricultura. Sua aprovação, em abril de 1991, contou com o forte apoio dos trabalhadores rurais de Tauá. Mas as conquistas alcançadas na Lei Orgânica Municipal tinham de ser garantidas. Por isso, em fevereiro de 1991, o Conselho Deliberativo do STR elabo-



Criança na terra conquistada.

MANIFESTO DAS VIÚVAS, MÃES E IRMÃS DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

A violência no meio rural brasileiro é uma chaga que continua aberta e reclamando tratamento adequado.

De 1964 até 1990, foram assassinadas 1.681 pessoas ligadas aos movimentos sociais no campo e às lutas pela terra: índios, lavradores, sindicalistas, religiosos, religiosas e advogados. Essas mortes, em geral, são executadas por pistoleiros a soldo dos grandes proprietários de terra e grileiros. A grande maioria destes crimes permanece sem punição, uma vez que as autoridades não fazem nada para que a situação mude. Os órgãos de segurança contribuem para que a violência permaneça, seja através de suas ações — pois é comum o uso de policiais militares para a execução dos atos de violência que nós sofremos —, seja através de sua omissão, como nos casos em que sequer são abertos inquéritos para apurar os crimes cometidos.

Dos 1.681 assassinatos ocorridos, apenas em 29 casos aconteceram julgamentos, sendo que destes, em apenas 13 aconteceram condenações.

A terra é para nós o lugar de onde tiramos o nosso sustento e de nossas famílias, ao contrário do que acontece com os latifundiários, que querem a terra para garantir seu poder e acumular mais riquezas. Com a morte de nossos maridos, filhos e irmãos, temos enfrentado grandes dificuldades para sustentar nossas famílias. Muitas de nós sequer têm o atestado de óbito, com o que poderíamos solicitar os benefícios que nos são assegurados por lei. A perda de nossos familiares se deu de uma forma violenta e trágica e carregamos até hoje a marca dessa violência.

Diante desta situação de violência e impunidade, nós, viúvas, mães e irmãs de vítimas da violência no campo nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Bahia e Goiás, representando milhares de famílias atingidas, nos dirigimos às autoridades e à sociedade para denunciar a situação em que nos encontramos e exigir solução. Para tanto é urgente e necessário:

- agilização dos inquéritos e processos existentes;
- abertura imediata de inquéritos nos casos em que não tenham ocorrido este procedimento;
- concessão de pensão através do Estado;
- escola para nossos filhos e filhas;
- reforma agrária e condições para que continuemos a trabalhar a terra.

Brasília, 5 de dezembro de 1991
Viúvas, mães e irmãs do Pará, Bahia,
Goiás, Tocantins e Maranhão.

rou um anteprojeto de lei agrícola municipal e enviou cópia a todas as delegacias sindicais, para que a proposta fosse discutida e todos participassem com emendas e sugestões.

Em fins de abril, o documento estava pronto e, no ato público do dia 10 de maio, a lei complementar do capítulo "Da Agricultura", com 2.500 assinaturas, foi entregue em praça pública ao presidente da Câmara de Vereadores, que até então alegava compromissos inadiáveis para não receber o documento das mãos dos trabalhadores.

A Câmara apreciou a proposta em duas sessões muito tumultuadas. A maioria dos vereadores era contrária à aprovação da lei complementar apresentada pelos trabalhadores, sob a justificativa, entre outros motivos, de inconstitucionalidade. A presença maciça de trabalhadores

rurais, porém, exerceu forte pressão e os parlamentares, com receio de que a rejeição prejudicasse as eleições municipais de outubro de 1992, decidiram aprová-la.

Foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes à sessão de 31 de agosto de 1991. É preciso salientar que grande número de trabalhadores, mobilizados, compareceu a esta sessão.

Mas, havia ainda o temor de que o prefeito vetasse a lei. Mais uma vez, porém, os trabalhadores pressionaram o prefeito a sancionar a lei, no dia 14 de novembro de 1991.

Em Tauá há uma experiência e uma esperança. Já está formado o Conselho de Política Agrícola e Fundiária, previsto pela Lei Orgânica Municipal, e que tem poder deliberativo. É formado por 16 pessoas, das quais 11 trabalhadores rurais: dois da diretoria do STR, seis das delegacias sindicais dos seis distritos do município, dois de associações de trabalhadores rurais e um da Cooperativa de Pequenos Produtores.

5. MULHER — A DOR E A CORAGEM

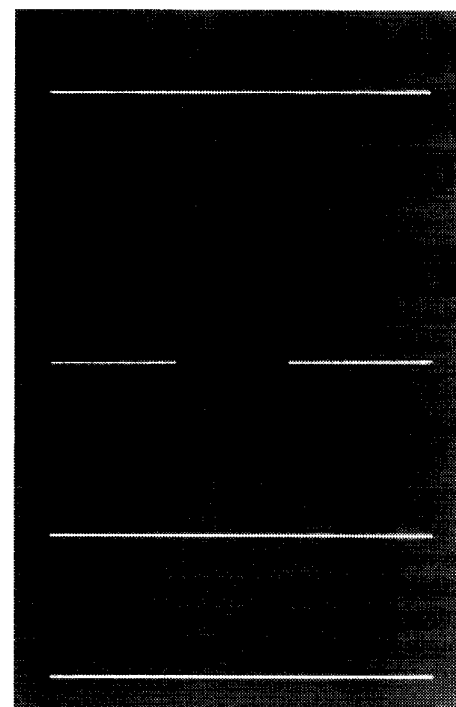
*"Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
se já fui machucado brutalmente."*

Violência e impunidade, trágico binômio da realidade no campo brasileiro. Há dezenas de anos morrem trabalhadores rurais; há dezenas de anos morrem sindicalistas, advogados, índios e agentes de pastoral; há dezenas de anos morrem pessoas no campo. As autoridades tapam os olhos e fazem ouvidos moucos. São quase mil e setecentos assassinatos documentados, 28 julgamentos, com 14 condenações nos tribunais. Assim, justiça no campo não tem passado de mera ficção.

Apesar deste quadro nada animador, também é verdade que os trabalhadores não têm permanecido inertes. As condenações ocorridas, ainda que poucas, são consequência das mobilizações e pressões sobre diversos setores do Poder Público.

Dentre os movimentos que eclodiram em 1991, aparece o das viúvas, mães e filhas de lavradores assassinados no campo. São testemunhas e vítimas do perverso sistema de concentração fundiária e injustiça reinante no país. Movimento inédito no meio rural, sua origem está plantada nos estados do Pará e Maranhão, onde tristemente a violência tem arrancado vidas e mais vidas.

Em Marabá-PA, o movimento teve início com encontros informais que objetivavam o conhecimento entre as mulheres como forma de demonstrar que não estavam



sozinhas e assim possibilitar a solidariedade entre elas. Destes encontros surgiu a necessidade de melhor compreensão das causas da violência e do porquê da impunidade.

No Maranhão, outro grupo de mulheres nas mesmas condições já vinha se reunindo acompanhado pela Igreja e pela Universidade do Maranhão.

No segundo semestre de 1991, foram realizados encontros muito significativos, tanto no Pará, como no Maranhão. Neles, já não havia apenas o caráter de conhecimento e solidariedade, muito embora estivessem presentes, mas também uma certa consciência da importância que o grupo pode ter na luta mais ampla pela justiça no campo. Em outubro, fizeram sua primeira aparição pública durante a visita do Papa ao Maranhão. Entregaram-lhe uma carta contando a tragédia do campo brasileiro e a sua própria.

Em dezembro, já com mulheres da Bahia, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão, o grupo se fez presente em Brasília durante a visita do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, ao Brasil. Acompanhadas também por Dom Luciano Mendes, foram recebidas pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados, Valdir Pires, e pelo Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira. Elas estiveram ainda presentes na reunião do Fórum Permanente contra a Violência no Campo. Naquela ocasião, fizeram o seu Manifesto que foi entregue às autoridades e à imprensa.

Mais jovens ou mais velhas, estas mulheres são verdadeiros exemplos de coragem, força e resistência. São Marias, Isauras, Olindas, Aldenoras, Elizabetes, Terezinhas e tantas outras, que já não querem só chorar a dor sentida. Que já não aceitam a simples explicação de que o que lhes aconteceu "foi vontade de Deus". Mulheres que já não aceitam dar a outra face, querem justiça pela agressão sofrida.

Na Argentina, na época da repressão, quando os militares matavam e faziam desaparecer pessoas, um grupo de mulheres, mães e avós de desaparecidos, ousou desafiar a ditadura, armadas apenas de sua dor, roupa e lenços pretos e uma grande coragem. As mães e avós da Praça de Maio. Essas mulheres minaram a ditadura argentina. Seu movimento foi um dos responsáveis pela volta daquele país à democracia.

No Brasil, o movimento dessas mulheres será uma força considerável no reforço da luta por reforma agrária e por justiça. Será o apelo da paz contra a prepotência e a violência do latifúndio; a força da justiça contra a impunidade.

O preto que usam nas roupas e lenços é o símbolo do luto em que vive o campo brasileiro.

6. SOLIDARIEDADE

*"Descansa em paz teu sono! que aqui vamos lutar!
por terra trabalho e pão! a luta vai continuar!
como você defendia! e não usou covardia! vamos também
defender! e esta santa ansiedade! será a nossa vontade!
embora tem que morrer."*

Esta poesia de Expedito Ribeiro (assassinado a 02.02.91) é dedicada a seu amigo Paulo Fontelles. Parece que cada mártir faz surgir novos lutadores. E, certamente que foi ele, Expedito assassinado, quem mais ajudou a ressuscitar a esperança e a solidariedade no ano de 91. Sua morte conseguiu juntar pessoas de todos os continentes na defesa de seus ideais: justiça, terra, paz, valor para esse



*for vision and work forming an essential contribution
to making life more whole,
healing our planet and uplifting humanity
is presented to*

Comissão Pastoral da Terra

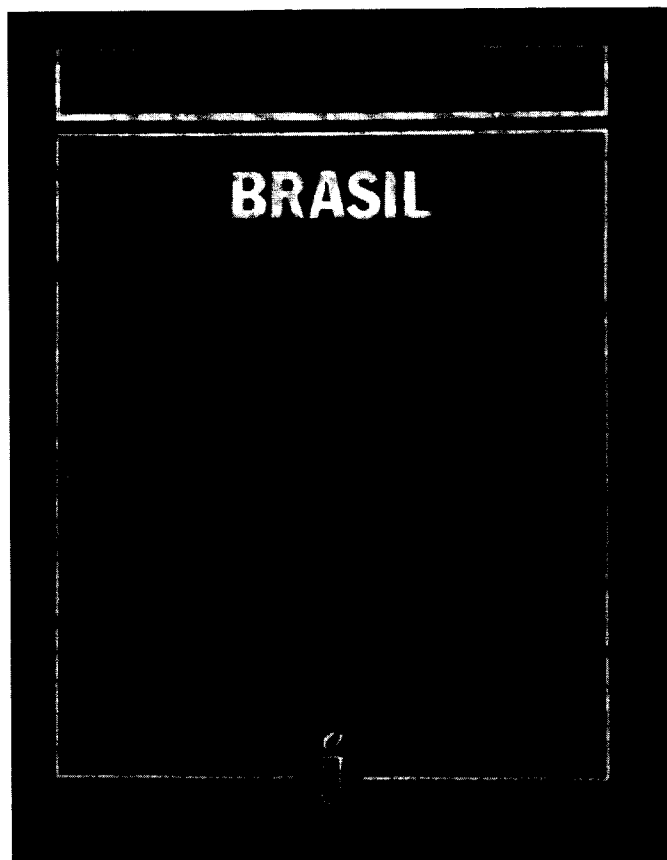
Stockholm December 9 1991

Jakob Ulexkull
Jakob von Ulexkull
Executive Director

“tesouro que tem por esses rincões,/ abafado e escondido neste chão/ nas raízes de um povo sofrido”.

Hoje, são mais de 20 Comitês Rio Maria: 14 no Pará, 5 em várias capitais, um nos Estados Unidos e um em Londres. Cinco senadores dos Estados Unidos, 203 intelectuais brasileiros, milhares de entidades e pessoas do mundo inteiro estão atentos ao Sul do Pará, exigindo justiça, não só para os assassinos de Expedito, mas também para os outros que morreram, os ainda ameaçados, os submetidos ao trabalho escravo. Sua esposa e suas filhas ajudam as viúvas a se organizarem em movimento. Em dezembro, Adolfo Esquivel esteve em Rio Maria, Marabá, Belém e Brasília para apoiar o movimento das viúvas e ajudar a descobrir outras formas de vencer a impunidade e arrogância dos fazendeiros.

A Campanha Continental dos “500 Anos de Resistência Indígena Negra e Popular” tem despertado iniciativas comuns, e revigorado os laços de solidariedade entre os movimentos populares do continente. Estão pautados encontros sobre os impactos do Mercosul, sobre a dramática situação dos brasiguaios, exigindo a busca de alternativas de integração que não sejam apenas econômicas, mas que respondam aos anseios de soberania dos nossos povos.



ANISTIA INTERNACIONAL: 30 ANOS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A 28 de Maio de 1961, o advogado Peter Benenson lançou, em Londres, um apelo em favor dos “prisioneiros esquecidos”. A idéia era documentar os fatos, mobilizar a opinião pública, organizar a pressão para ajudar as vítimas e suas famílias. Era o início de um extraordinário esforço mundial que se transformou na Anistia Internacional. Hoje tem mais de 1.100.000 membros, 6.000 grupos locais, em 150 países.

Seus objetivos: libertar os prisioneiros de consciência; garantir julgamentos justos, abolir a pena de morte, tortura e outros tratamentos cruéis de prisioneiros; acabar com as execuções extrajudiciais e os “desaparecimentos”.

Em 1991, a Anistia se fez presente nas injustiças do campo brasileiro em inúmeros casos. Denunciou o assassinato de crianças nas cidades. Fez um levantamento de 30 processos, antigos, mas parados, tentando levar a julgamento os responsáveis pela morte de lavradores e acompanhar suas famílias.

O mundo reconhece a exatidão e meticulosidade da Anistia em investigar os fatos. Sua atuação merece confiança. Por isso, muitos Estados já tiveram de se dobrar diante de suas cobranças.

Os movimentos democráticos do mundo não entendem como no Brasil acontece tanta injustiça. Apesar de o Governo Collor estar conduzindo uma inteligente campanha para mostrar que o Brasil está a caminho do Primeiro Mundo, as entidades internacionais de direitos humanos estão cada vez mais solidárias com os pobres do Brasil, crianças, povos indígenas, trabalhadores rurais. Queremos destacar duas que estiveram muito presentes em 1991: America's Watch e Anistia Internacional.

America's Watch publicou um bem documentado relatório sobre a Violência Rural, a 02/02/91 — dia da morte de Expedito. Essa triste coincidência trouxe ao Brasil repórteres internacionais que divulgaram pelo mundo a violência do sul do Pará.

Muitos trabalhos populares seriam impossíveis no Brasil sem a ajuda financeira de entidades internacionais. Apesar de seus recursos estarem limitados pela crise do Norte e pelas necessidades do Leste, elas continuam se voltando para a América Latina, sobretudo neste ano. Além de enviarem dinheiro, elas desenvolvem, nos países ricos, intensas campanhas de informação e tentam mostrar que os países do Norte devem se converter e pagar a dívida que têm com o Sul.

Por último queremos lembrar a Right Livelihood Award Foundation. Depois de intensa pesquisa, entregou seu prêmio de 1991 à CPT e ao MST. Com isso não quis simplesmente engrandecer duas entidades. Seu objetivo é mostrar que os caminhos do desenvolvimento devem passar por reforma agrária e defesa da ecologia. Essas palavras têm de caminhar juntas e do jeito que os pobres as querem.

TRABALHADORES, TERRA E MEIO AMBIENTE



CPT fiscalizando a destruição

Foto: Arquivo CPT

"Sempre que os elementos do mundo forem corrompidos por mau tratamento, Deus os limpará através dos sofrimentos e agruras da humanidade. Deus ofereceu toda a criação à humanidade para seu usufruto. Mas se este privilégio é abusado, Deus permite que a criação puna a humanidade."

Hildegard de Bingen (1098-1179).

"...a luta por uma expansão do mundo da beleza, da não violência, da calma, é uma luta política. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de substituí-la."

Herbert Marcuse, *Ecologia e Revolução*.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1992 pode tornar-se um marco histórico para o tema ecologia e preservação do meio ambiente, pois é o ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — CNUMAD, que vem sendo conhecida como ECO-92 e acontecerá na primeira quinzena de junho no Rio de Janeiro.

As pré-conferências, as reuniões preparatórias para os fóruns paralelos, assim como outros debates em torno da ecologia, estão sendo marcados por um discurso que enfatiza a urgente necessidade de ações concretas por parte de todos os países. É urgente um esforço global para recuperar os danos causados por um desenvolvimento destruidor do ambiente e que não tem garantido as condições necessárias à sobrevivência humana, com o mínimo de dignidade. Porém, há muitos pontos de discórdia entre os governos das nações que participam da Conferência. É o caso, por exemplo, dos impedimentos que os Estados Unidos estão alegando para assinar um protocolo internacional, comprometendo-se a limitar a emissão de gás carbônico (CO₂). Esse gás é resultado da queima de combustíveis fósseis e um dos principais causadores do efeito estufa, ou seja, do aumento da temperatura do globo terrestre por causa da poluição.

A questão central, no entanto, é outra: quem pagará os custos das medidas necessárias para resolver os problemas ambientais? O canadense Maurice Strong, secretário geral da ECO-92, calcula que serão necessários cerca de US\$ 600 bilhões por ano para consertar os estragos ambientais causados pelo desenvolvimento predatório vigente e mais US\$ 125 bilhões anuais para financiar os programas ambientais no Terceiro Mundo, soma essa que deveria ser paga pelos países ricos (Dados extraídos da revista *Isto é, Senhor* no. 1171, 11/03/92, p. 30).

O problema é que cada país quer pagar pouco ou nada dos custos de programas ambientais. Além disso, os países ricos defendem apenas a preservação dos recursos ambientais existentes no mundo, sem modificar o seu sistema consumista de vida. Os povos dos países pobres, e alguns de seus governos, ao contrário, exigem mudanças

mais profundas que favoreçam, ao mesmo tempo, a superação da miséria e a criação de um saudável meio ambiente para toda a humanidade. Este impasse tem colocado em risco a Conferência, esperada como um passo histórico fundamental para iniciativas globais de preservação da vida do planeta e diminuição das enormes distâncias sociais entre países pobres e ricos.

Neste capítulo, queremos apresentar as experiências que, independentemente dos impasses da ECO-92, lavradores, ribeirinhos, índios, seringueiros, pequenos produtores, assalariados têm desenvolvido, de norte a sul do país, buscando formas alternativas de sobrevivência, de relação com os recursos naturais, e de preservação do meio ambiente em que vivem.

2. AS LUTAS POPULARES E A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

2.1. Preservação da Amazônia sem os amazônidas?

O encontro dos presidentes dos países amazônicos, ocorrido em fevereiro de 1992, em Manaus, foi marcado por um discurso supostamente avançado. Afirmaram, no documento final: "Estamos convencidos de que a um planeta ambientalmente sadio deve corresponder um mundo social e economicamente justo". Disseram também que a maior parcela de responsabilidade na destruição progressiva do meio ambiente é dos países desenvolvidos. Por isso, eles não podem impor normas de controle ambiental e freios ao desenvolvimento dos países pobres. Além disso, afirmaram ainda que "o subdesenvolvimento é tanto causa como efeito grave da deterioração do meio ambiente. Portanto, a solução dos problemas ambientais está intimamente ligada a uma nova atitude de cooperação internacional que se traduza na expansão dos recursos financeiros" (*Jornal A Crítica*, 11/02/92).

Ainda no início de 1991, ficou famosa a polêmica levantada pelo Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho. Usando um discurso de defesa dos caboclos da região, atacou os ambientalistas: "Nós não queremos que o Amazonas continue virgem assim, nós queremos explorar essa floresta e desenvolvê-la em benefício do homem, sem destruí-la, fazendo conservação e não preservação. Conservação através de um manejo inteligente e não preservação que é idiotice. É imbecilidade daqueles que querem isso aqui como se fôssemos uma porção de micos de circo para eles olharem quando tiverem vontade de vir à Amazônia" (*Jornal A Crítica*, 09/04/91).

Bem sabemos que o discurso populista de Mestrinho ou as posições adotadas pelos presidentes dos países amazônicos se tornam, na prática, sustentáculos de iniciativas como o Programa-Piloto para Conservação das Florestas Tropicais. Esse programa conta com o aval da CEE (Comunidade Econômica Européia) e do Banco Mundial. Possui um orçamento global da ordem de US\$ 1,566 bilhão para um período de 6 anos. A idéia, aparentemente, mais original desse Plano consiste em apoiar iniciativas já

existentes de desenvolvimento auto-sustentado. Porém, no subprograma de projetos demonstrativos, cujo orçamento global é de US\$ 218 milhões, a maior parte dos recursos se destina a serviços de consultoria (cerca de US\$ 193 milhões). A ajuda para pequenos produtores é de apenas 12,5 milhões para um período de 6 anos. A discrepância fala por si só e mostra que muitos desses recursos vão servir para alimentar uma enorme burocracia.

A preservação do meio ambiente e, mais precisamente, da Floresta Amazônica não se resume à preservação da floresta e dos animais. A Amazônia é habitada por ribeirinhos, seringueiros, índios, agricultores. A maioria deles vive em condições precárias. Eles não podem ser esquecidos na definição de programas para a região. Grupos sociais menos favorecidos têm sido capazes de formular alternativas para a satisfação de suas necessidades e contribuir no desenvolvimento de programas sociais compatíveis com o seu meio. Por isso, é imprescindível a participação dos mesmos na elaboração dos projetos relativos à produção e à preservação do meio ambiente. Estes agentes podem fornecer conhecimentos adquiridos na convivência com a terra e com a natureza, que são indispensáveis na implantação de projetos de desenvolvimento que busquem a utilização de tecnologias socialmente adequadas, que respeitem o meio ambiente e que sejam economicamente viáveis.

2.2. A pesca predatória e a ação das comunidades ribeirinhas

O desaparecimento do peixe de muitos lagos e rios é uma realidade na Região Amazônica. Existem lagos em que, há 15 anos atrás, o pescador poderia escolher o tamanho do tambaqui ou pirarucu para pescar. Hoje, gasta-se o dia inteiro para pescar algumas piranhas. Algumas espécies estão em extinção, principalmente o peixe-boi e a tartaruga. A grande maioria da geração jovem, embora morando à beira de imensos lagos, nunca viu um exemplar destes animais.

No período do verão ou da vazante, dá-se a mais violenta agressão à fauna local. Tracajás são caçados, até com cachorros, porque saem para desovar na praia e se tornam presas fáceis. Também seus ovos são muito procurados. Os instrumentos de pesca ao tracajá vão ficando cada vez mais sofisticados, aumentando, assim, as consequências destrutivas da pesca predatória. Também, a invasão aos lagos vai se tornando cada vez mais audaciosa. Pescadores arrastam canoas por terra até chegar ao lago, onde os peixes estão concentrados. Utilizando-se de imensas redes, arrastam tudo



O futuro das novas gerações depende de nós

o que existe no lago, peixes grandes e pequenos. No período da safra (setembro a janeiro) os peixeiros jogam fora o peixe armazenado nos frigoríficos quando encontram cardumes de peixe de maior valor comercial.

A prática da pesca predatória, feita especialmente pelos geleiros (grandes barcos de pesca com caixas de gelo), está provocando a escassez ou até mesmo a extinção de diversas espécies de peixes e animais aquáticos, trazendo a fome para as populações ribeirinhas. Diante dessa realidade, grupos econômicos, agências governamentais, CEE, Banco Mundial e tantos outros têm proposto alternativas para um "desenvolvimento sustentável" na região. Na verdade, provocam maiores problemas que soluções viáveis, tanto para as populações locais como para a preservação do meio ambiente.

O "Projeto Echéa", projeto de produção de peixe em gaiolas subaquáticas, é um bom exemplo. Segundo estudos da Universidade de Manaus, esse programa, mesmo que seja bem intencionado, poderá ser prejudicial para a região, tanto em termos sociais como ecológicos. Primeiro, porque a sua proposta de interferência no ecossistema poderá ser feita de forma desequilibrada, por exemplo, com a produção anual de 500 milhões de alevinos. Segundo, porque a proposta é usar a mão-de-obra do pescador artesanal para transformá-lo, junto com toda a sua família, num operário da pesca, sem respeitar a sua forma tradicional de atividade e interação com o meio ambiente. Terceiro, esse projeto tem sido combatido pelas pessoas das comunidades da região porque prevê o desenvolvimento da pesca para a exportação, usando o trabalho familiar dos ribeirinhos, enquanto falta peixe para a alimentação da população local.

Diante disso, as populações das comunidades ribeirinhas desenvolveram projetos próprios de preservação de

lagos e rios, visando garantir o sustento das comunidades e preservar o meio ambiente. A prática das comunidades consiste basicamente em selecionar lagos para a pesca de consumo, utilizando somente utensílios artesanais, e lagos de procriação (lagos santuários), onde é vedada qualquer espécie de pesca por tempo indeterminado. As comunidades se reúnem e, em conjunto, elaboram um estatuto (normas) de preservação, a ser rigorosamente observado por todos aqueles que o assinarem.

Assim, as comunidades formam os Comitês de Pesca ou os Comitês de Defesa do Pescado, os quais são encarregados de articular e organizar a vigilância dos lagos e rios. São encarregados, também, de mobilizar os membros das comunidades para expulsar os geleiros que invadem os lagos e praticam a pesca predatória. Esses comitês enfrentam, muitas vezes, situações delicadas, até de confronto armado, como os casos ocorridos em Tefé, Parintins e Itacoatiara. Esses comitês têm, ainda, a finalidade de sensibilizar os pequenos produtores para que não desmatem as margens dos lagos, rios e os igapós. Esse desmatamento afugenta os peixes por causa da falta de alimentos e frutas.

2.3. A busca de autodeterminação

A luta dos ribeirinhos para criar formas de sobrevivência adaptadas ao ecossistema amazônico certamente não é a única forma de resistência criativa do povo da região à devastação ambiental e à degradação humana. A luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras e preservação de suas reservas também está entre as iniciativas populares de preservação do ecossistema, da vida e da cultura da população amazônica. Apesar da resistência de altas patentes do exército brasileiro, uma vitória significativa em 1991 foi a aprovação de uma lei federal, regularizando a criação da Reserva Yanomami. A luta dos povos indígenas pelo direito de autodeterminação é, certamente, o exemplo mais explícito da necessidade de pensar a Amazônia e a preservação de seu ecossistema, tomando

seriamente em consideração a sua população local, suas condições de vida, sua luta por sobrevivência e pelo direito ao exercício da cidadania.

Outro exemplo é a luta dos seringueiros pela demarcação das reservas extrativistas, por formas alternativas de produção e preços para seus produtos visando garantir a sua subsistência. O Ibama chegou a ganhar elogios internacionais, mas sequer iniciou a regularização e demarcação das 4 reservas extrativistas, criadas por decreto assinado ainda durante o Governo Sarney.

Outra boa experiência estão fazendo os lavradores do Acre através da criação de uma cooperativa de culturas permanentes, em Nova Califórnia. O objetivo é produzir alimentos de boa qualidade, que garantam maior rentabilidade e preservação do meio ambiente. Para tanto, cada pequeno produtor cedeu dois hectares de sua propriedade para o cultivo de árvores frutíferas da região, como por exemplo, a castanheira e o cupuaçu.

Na região da Transamazônica, os pobres do Campo inventaram há dois anos o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, envolvendo pessoas e movimentos dos municípios de Medicilândia, Uruará, Altamira e Pacajás, Rurópolis, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Repartimento, todos do Pará. Em 91 este Movimento foi protagonista de dois grandes momentos de mobilização. De 31 de maio a 7 de junho, promoveu um acampamento na cidade de Altamira, envolvendo cerca de 2.000 pessoas, dos movimentos de trabalhadores rurais, de trabalhadores na educação, de associações de pequenos produtores, de cooperativas, de mulheres, de jovens e de estudantes. Reivindicando a recuperação global do projeto de colonização da Transamazônica, através de investimentos públicos em saúde, educação, estradas, energia e desenvolvimento agrícola, tudo aliado à preservação ecológica. Foram dias de intensas atividades, incluindo um ato público, no dia 4/6, que contou com aproximadamente 8.000 pessoas e negociações com representantes dos governos municipais, estadual e federal.

No entanto, o acampamento de Altamira foi apenas um momento da luta. O MPST levou adiante seu processo de organização e no dia 27/8 conseguiu sair de Altamira com 5 ônibus e 250 pessoas rumo a Brasília, para levar suas reivindicações diretamente ao governo federal. A caravana chegou em Belém-PA no dia 29/8, onde foi engrossada por mais um ônibus com 50 pessoas, e permaneceu até o dia 5/9 em processo de negociação com o governo estadual. No dia 7/9 chegou a Brasília, onde, no correr dos dias, foi sendo recebida por vários ministros. Porém, somente no dia 17/9 conseguiu uma audiência com o Presidente Collor, depois que os acampados formaram com seus próprios corpos a frase: "A



Os que conquistam a terra descobrem novos caminhos para o desenvolvimento

Foto: Damião Sanchez

PRESERVAÇÃO DOS LAGOS I

EXPERIÊNCIA EM COARI

O lago do Cacete localiza-se no município de Maraã, próximo ao rio Copeá-Paraná do Jurupari. Desde 1985, 7 comunidades de trabalhadores rurais guardavam este lago como reserva pesqueira ou lago de criação. De comum acordo, estabeleceram a norma que proibia a pesca por tempo indeterminado, tanto no inverno como no verão. O lago tornou-se farto em peixes. Essa reserva pesqueira passou a abastecer os lagos da redondeza, facilitando aos moradores a pesca de subsistência.

Um incidente destruiu o sucesso dessa iniciativa popular. Uma pessoa da comunidade pescava, principalmente o pirarucu, e comercializava em Coari. Os demais moradores desconfiaram e, fazendo uma busca na mata, ao redor do lago, descobriram as ossadas e caveiras dos peixes.

Sentindo-se ludibriados, os demais moradores não tiveram a calma necessária para refletir. Todos se lançaram no lago e, em pouco tempo, dezenas de toneladas de peixe foram capturadas. O presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coari desabafou: "Como amazonense e coariense eu nunca vi uma fartura desse tipo". O resultado é que tanto no lago do Cacete como nos lagos vizinhos o peixe praticamente desapareceu (Texto extraído do Paneiro 117, p. 8 — Boletim Informativo do Regional AM/RR da CPT.)

TRANSAMAZÔNICA NÃO PODE ESPERAR", no horário da cerimônia de subida da rampa. A partir desta audiência e pressionado por uma greve de fome que envolveu 70 pessoas, no dia 19/9 o presidente formou uma Equipe Intermunicipal para elaborar um documento com propostas para a região. No dia 2/10, ficou acertada, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional, a destinação de Cr\$ 1,6 bilhão, ainda em 91, para recuperar 600 km da rodovia e que a Secretaria Nacional de Transporte destinaria Cr\$ 250 milhões para a região, além de 400 mil litros de óleo diesel. Este resultado foi a consagração de uma intensa luta, que teve de enfrentar, inclusive, a descrença de vários moradores da região.

3. MARANHENSES DEFENDEM CAMPOS NATURAIS

Durante os festejos da padroeira de Cajapió, Nossa Senhora das Mercês (setembro de 91), houve um pedido insistente: a ajuda de Deus para que os búfalos saíam da Baixada, interrompendo essa obra de uns poucos homens que não se preocupam com seus semelhantes. Era uma expressão religiosa da luta dos lavradores de 4 municípios (Anajatuba, Cajapió, Rosário e Santa Rita) que queriam ver respeitado o artigo 241 da Constituição Estadual, segundo o qual os búfalos deveriam ser retirados dos campos naturais da Baixada Maranhense, até outu-

bro de 1991. No entanto, este prazo foi esticado para o dia 5 de abril de 1992. Novamente o prazo não foi cumprido. Criadores e deputados falam em ampliá-lo por mais 18 meses.

A criação de búfalos nessa área começou no início da década de 1970. Segundo o Presidente da Associação de Criadores, chegou a 300.000 cabeças em 1988. Há uma história longa de sofrimento de lavradores, pescadores e de suas famílias, ameaçados pelos búfalos. O búfalo, criado solto nos campos — terras públicas — acaba com a água potável e com a pesca, transformando os lagos em poças de lama, alterando todo o ecossistema da região.

O Prefeito de Cajapió diz que existe unanimidade no município: "Antes da chegada dos búfalos havia fartura em Cajapió. Aqui o homem do campo mantinha sua sobrevivência e dava produção para o município, combinando três atividades — a lavoura, a pesca e a criação de pequeno porte. Hoje, tudo isso acabou. O búfalo chegou e,

com ele, a sujeira nos lagos e açudes. Com a falta de oxigenação das águas, o peixe morre. A pequena criação e a lavoura são prejudicadas porque o búfalo não respeita cerca. Sai derrubando tudo e invadindo roças. Come até as roupas que estão nos varais. Deixa o lavrador com fome e nu".

PRESERVAÇÃO DOS LAGOS II

LUTA EM URUCARÁ

No interior de Urucará, no lago de Carara-açu, a comunidade do Divino, em setembro de 90, decidiu demarcar o lago para a preservação do peixe. Em várias reuniões comunitárias, o pessoal chegou ao acordo de não usar a malhadeira, mas somente pescar com instrumentos artesanais. Decidiram, inclusive, que a comunidade teria o direito de queimar as malhadeiras que, por acaso, fossem usadas. Todos assinaram as decisões, registradas no Livro de Atas da Comunidade.

No início do ano de 1991, um companheiro da comunidade começou a usar malhadeira. A comunidade tomou a malhadeira e, depois de esperar alguns dias por uma possível explicação do infrator, a queimaram em praça pública, na presença de toda a comunidade, de acordo com as normas que o próprio infrator também havia assinado.

Em consequência, o infrator fez denúncia na delegacia local que intimou quatro companheiros a pagar a malhadeira. Na audiência, o delegado tentou intimidar os quatro companheiros. Mas como os acusados estavam com uma cópia do acordo comunitário foram liberados pelas autoridades locais.

Graças à união da comunidade do Divino e a sua prudência de ter acordos escritos e assinados por todos, foi conquistada uma vitória e a possibilidade de manter a proposta de preservar o lago de Carara-açu da pesca indiscriminada, a qual é responsável pela fome da população e extinção de várias espécies de peixes (História extraída do Paneiro 115, p. 5 — Boletim Informativo do Regional AM/RR da CPT.)

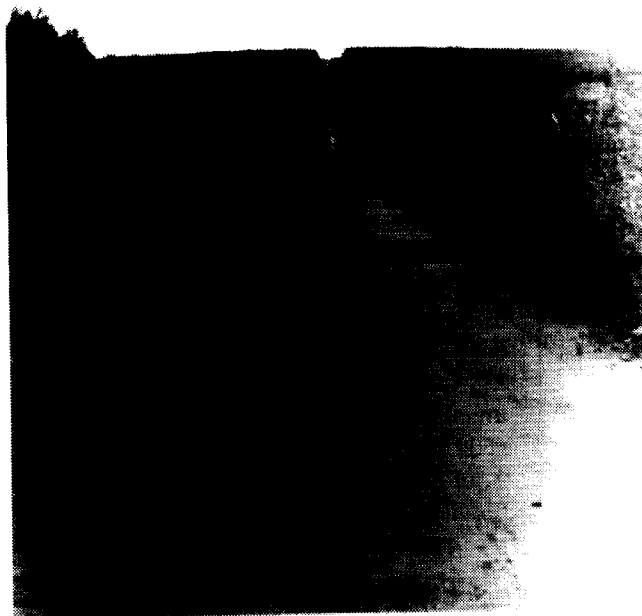


Foto: Damião Sanchez

Monocultura do eucalipto seca e degrada a terra

Esta também é uma questão que diz respeito à ecologia, pois além do interesse na preservação dos lagos da região devemos ter claro que defender a ecologia é defender os povos que há séculos convivem com o meio ambiente!

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A região sul do Pará e Norte de Tocantins caracteriza-se pela transição entre o Cerrado e a Floresta Tropical. Os lavradores e lavradoras, na sua maioria migrantes de outros estados do país, usam a prática de cultivo agrícola baseado nos sistemas de roçada, derrubada, queimada e plantio de culturas de subsistência.

A prática das queimadas vai desgastando a fertilidade do solo e, após alguns anos de cultivo, a roça é substituída pela pastagem e pelo gado, passando o cultivo para outra área com nova derrubada. Assim, a mata vai sendo devastada e os lavradores e lavradoras são obrigados a deixar a região em busca de novas áreas.

Além do desconhecimento do meio ambiente e da falta de tecnologias adaptadas e recursos para uma produção ecológica, as condições gerais de vida da população rural são bastante difíceis: o transporte é dificultado pelas grandes distâncias e pela má qualidade das estradas, tornando quase impossível o escoamento da produção; não há assistência médica; a educação básica é precária. Além disso, é uma região conhecida internacionalmente por seus altos índices de violência: expulsão de posseiros, assassinatos de lideranças, casos de trabalho escravo.

Diante da realidade social, econômica e política da região, o STR, o GECA (Grupo de Estagiários de Concei-

ção do Araguaia — formado por estudantes da USP) e a CPT começaram um trabalho conjunto. Ele visa conscientizar os lavradores e lavradoras sobre os efeitos das queimadas e buscar práticas alternativas nas comunidades.

O começo do projeto de conscientização ambiental se deu com a organização, pelo STR, de dois seminários sobre sindicalismo e ecologia (maio de 90 e abril de 91). O objetivo fundamental desse trabalho é estimular a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para superar seus problemas comuns, na busca de melhores condições de vida, através de um novo modelo de desenvolvimento para a região, adequado às condições ambientais e sociais.

Já no Estado do Espírito Santo, onde existem regiões bem distintas de pequenos proprietários rurais e de latifúndio, percebem-se grandes áreas sem árvores e sem vegetação nativa e em outras permanece ainda a mata atlântica. As regiões destruídas são de latifúndio e onde tem mata e vegetação nativa, como capim gordura e samambaia, são dos pequenos agricultores. O latifúndio no Estado é caracterizado pela criação extensiva de gado. Nos últimos anos surgiu, também, o “verde assassino”, o eucalipto da Aracruz Celulose, grande indústria de papel, que destruiu vastas áreas de vegetação nativa.

O pequeno agricultor soube conviver um século e meio com a mata atlântica em municípios como Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá.

Os órgãos de “proteção à natureza” se instalaram nestes municípios para promover um terror contra o pequeno



Foto: Damião Sanchez

Gergelim — proteínas

agricultor. Proibiram-lhe a rotatividade no uso da terra, que consiste em usar a terra de 4 em 4 anos, permitindo a ela um descanso e recuperação da vegetação nativa. Muito sábia é essa forma de agricultura, pois em se tratando de uma região montanhosa, evita a erosão e diminui as doenças que atacam a lavoura, reduzindo o uso de agrotóxicos. Os órgãos governamentais, em nome de uma falsa ecologia, estão querendo forçar os agricultores a cultivarem somente em uma área da propriedade, deixando a outra área coberta de vegetação nativa. Para tanto estão tratando os agricultores como se fossem marginais. Vão às suas casas com polícia florestal armada de fuzis e escopetas para ameaçar o povo. Destacam pesadíssimas multas por um pequeno roçado.

Os agricultores estão reagindo de forma organizada. Fizaram um regulamento entre eles obrigando-se a não mais derrubar mata natural, reflorestar áreas descobertas com árvores nativas e quem provocar um incêndio se obriga a plantar a área queimada com mudas nativas. Organizaram também uma Associação de Pequenos Agricultores para garantir apoio mútuo e organizar mutirões para vencer o terror espalhado pela polícia.

No dia 24 de julho de 1991, na localidade de Tijuco Preto, no município de Domingos Martins-ES, a polícia florestal atacou um proprietário que estava tirando capim gordura e samambaia de uma área para o plantio de mandioca. A presença da polícia na região chamou atenção e em pouco tempo estavam reunidos 53 agricultores para apoiar o companheiro perseguido. Foi uma discussão de 2 horas com a retirada da polícia do local sem prender ou multar. O agricultor, com ajuda dos companheiros, no mesmo dia aprontou o seu roçado. Se não fosse a organização do povo, os órgãos governamentais, “preocupados” com a ecologia, já teriam arrancado da terra esses agricultores responsáveis pela produção de comida para a Grande Vitória e cidades vizinhas.

5. AGRICULTURA ECOLÓGICA

Várias experiências de novas práticas agrícolas que não agredem o meio ambiente vêm sendo realizadas no país. Busca-se produzir alimentos de boa qualida-

TRABALHO POPULAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Iniciamos, em 1990, um trabalho de esclarecimento sobre a questão do meio ambiente junto aos lavradores e lavradoras do Município de Conceição do Araguaia-PA.

A preocupação imediata era entender as exigências do IBAMA quanto à licença e autorização para o desmatamento e queimada, porque o órgão iniciou, naquele ano, a chamada “Operação Amazônica”, priorizando as atividades de fiscalização no Sul do Pará. Com helicópteros, apoio da Polícia Federal e grande propaganda no Rádio e TV, o IBAMA pretendia causar um “choque” entre os produtores rurais da região. Realizou operações de impacto, tendo participado, inclusive, de despejos ilegais e arbitrários de posseiros em áreas de conflito.

O Chefe Regional do IBAMA não compareceu, quando foi convidado pelo STR para participar do encontro sindical, e sua postura era de confronto com as organizações de pequenos produtores. Em 1990 muitos posseiros foram multados, por causa de pequenas derrubadas e queimadas para lavouras de subsistência. Essas multas foram contestadas pelo STR, junto à Superintendência Regional em Belém.

Em 1991, o trabalho foi se aperfeiçoando e passamos a contar com o apoio de estudantes de Agronomia da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), que participaram de diversas atividades de discussão e ajudaram a elaborar material didático para ser utilizado pelas lideranças sindicais.

Foram realizados dois Encontros Sindicais sobre Ecologia, em maio/90 e abril/91, dos quais participaram cerca de 120 representantes de mais de 45 comunidades diferentes. Os principais temas estudados foram: 1) recuperação das discussões e encaminhamentos tomados pelo STR em 1990; 2) histórico da política ambiental, surgimento das leis e criação do IBAMA; 3) importância e necessidade de preservação da natureza, com sugestões sobre mudanças no sistema de produção, influência sobre a qualidade de vida e o futuro dos filhos; 4) planejamento do uso da terra e preservação a natureza; 5) orientações e decisões do Movimento Sindical: cuidados com as queimadas, definição de limite máximo para a derrubada anual e reivindicação ao IBAMA de isenção de licença oficial aos pequenos, mediante apresentação de Termo de Compromisso individual e abaixo-assinado por comunidade ou região.

Houve um avanço significativo no trabalho do STR, porque, através do Termo de Compromisso, documento simples, fácil de ser compreendido, houve uma boa aceitação dos lavradores, que começavam a assumir a responsabilidade de fazer aceiros, chamar os vizinhos para controlar as queimadas, além de limitarem suas derrubadas anuais em, no máximo, 2 alqueires (10 hectares). A comunidade também encaminhava um abaixo-assinado, com um pedido coletivo de isenção da licença, anexando o compromisso comunitário.

O Chefe Regional do IBAMA foi novamente convidado a comparecer ao Encontro Sindical, juntamente com representantes do Incra, Emater, Secretaria da Saúde/Depto. Meio Ambiente. Diante da maior organização do Sindicato, a posição do IBAMA se modificou. A postura passou a ser mais de entendimento e colaboração.

Depois dos Encontros de Estudos, realizaram-se mais de 50 reuniões nas comunidades, onde eram apresentados os cartazes, discutida a proposta do sindicato de encaminhar o Termo de Compromisso e abaixo-assinado, com insistência na questão do controle efetivo das queimadas. Após três meses de trabalho intenso (maio, junho e julho), o sindicato recolheu mais de 1.800 Termos de Compromisso e assinaturas, entregando-os no Escritório Regional do IBAMA. Com o resultado deste trabalho, a grande maioria dos lavradores reconheceram que, em 1991, as queimadas foram mais bem controladas, com mais organização entre os vizinhos e mutirões. Enfim, criou-se uma consciência geral da importância de cuidar melhor e evitar prejuízos desastrosos à natureza.

Guaracy Boşchiglia Junior — CPT de Conceição do Araguaia



Foto: Damião Sanchez

Feijão irrigado — os pequenos em busca de auto-suficiência

de, não prejudiciais à saúde, com custos baixos e que garantam a sobrevivência da pequena propriedade.

Um exemplo deste tipo de experiência pode ser constatado na Região da Serra e Litoral de Torres, no Rio Grande do Sul. Está em andamento uma série de iniciativas que visam eliminar o uso de agrotóxicos, entendendo que eles comprometem a qualidade do alimento produzido, a saúde dos agricultores e dos consumidores, além de agredir o meio ambiente. Para tanto, os pequenos produtores estão investindo na formação de associações de produtores ecologistas, a exemplo da Associação de Produtores Ecologistas de Antônio Prado e Ipê-RS, que existe há mais de três anos.

Atualmente já existem 9 grupos de pequenos produtores que trabalham efetivamente com agricultura alternativa nos municípios de Torres, Carlos Barbosa, Antonio Prado e vários outros municípios da região Serrana. Estas associações contam com a assessoria técnica do Centro de Agricultura Ecológica de Ipê-RS e com o apoio da CPT local e da Cáritas Diocesana.

Estas associações têm se articulado com movimentos populares (como a Pró-Central do Movimento Popular — regional da Serra) e sindicais urbanos, buscando mercados alternativos para garantir o consumo da produção e criar novas práticas de comercialização que não se submetam às regras impostas pelo mercado regular.

Além da produção de alimentos, utilizando técnicas ecológicas, os grupos têm feito estudos, pesquisa sobre

produção e organização de comercialização coletiva, priorizando a entrega direta a consumidores também organizados. Atualmente, toda a produção ecológica da serra e litoral de Torres é vendida diretamente a consumidores organizados em Porto Alegre, Caxias do Sul e nas praias. Parte da produção vai para o Rio de Janeiro. Já existe uma demanda de alimentação saudável bem maior que a capacidade de produção dos grupos organizados, o que vem incentivando o surgimento de novos grupos.

Começa-se a estudar também como implantar a industrialização de alimentos ecológicos na própria associação de produtores, buscando aumentar a renda dos agricultores e garantir a qualidade dos alimentos, mantendo o preço final aos consumidores próximo ao dos produtos da agricultura química tradicional.

(Dados retirados do relatório do I Encontro de Agricultura Ecológica da Região da Serra e Litoral Torrense — Caxias do Sul-RS, 04/02/92)

6. ECOLOGIA E AGROTÓXICOS

“Fui passar veneno (Antak Br. NTK 9) de broto de fumo, de ‘short’ e camisa. No outro dia começou a dor de cabeça. Tomei alguns remédios e fui para a cama. Começou a piorar e fui para o hospital de Massaranduba. O médico disse que era pneumonia. Fiquei um tempo assim, mas cada vez ficava pior, com dores nos braços e no peito. Fui ao médico novamente e ele me deu um remédio para passar nos braços. Ele me encaminhou para Camboriú e um médico de Curitiba mandou fazer os exames de intoxicação e disse que eu ia ficar com os braços secos. Foram 8 anos de tratamento e não adiantou nada, nem mesmo a fisioterapia. Eu não consigo levantar o braço direito. Sinto dor e cansaço nos braços e no peito. Não agüento trabalhar porque não tenho força.”

O depoimento de Vilmar Betone, 32 anos, agricultor em Santa Catarina e vítima de envenenamento com produto químico usado na agricultura é ilustrativo das consequências humanas e ambientais que o atual modelo de desenvolvimento agrícola tem provocado.

Essa realidade é generalizada na agricultura brasileira. Existem situações realmente alarmantes, como é o caso dos pomeranos, no Estado do Espírito Santo. De acordo com a *Folha Ecológica*, o município de Santa Maria de Jetibá, responsável por 60% da produção total de hortigranjeiros do Estado, consome 30 toneladas de agrotóxicos por ano. Ou seja, quase dois litros por habitante. Com uma população total de 17 mil habitantes, 70% de origem pomerana, o município tem um total de 11 mil casos de pessoas que sofrem de algum tipo de câncer. Segundo especialistas da região, isso é consequência do uso de agrotóxicos e do desmatamento e dizimação da Mata Atlântica, o que tem provocado o aumento da ação dos raios solares ultra-violeta sobre a pele e o consequente surgimento de câncer de pele (Dados da *Folha Ecológica*, ano 1, maio de 91, pp. 8 e 9).

Contudo, não podemos deixar de fazer referência ao fato de que entre os pequenos produtores capixabas, e em especial entre os pomeranos, começa-se a difundir práticas agrícolas menos prejudiciais à saúde, que respeitam o meio ambiente, utilizam cada vez menos produtos químicos e que garantem um produto de melhor qualidade. Aumentam cada vez mais os grupos que buscam desenvolver práticas de agricultura alternativa.

Mas, infelizmente, os índices de casos de intoxicação e envenenamento por uso ou contato com produtos agrotóxicos são alarmantes por todo o país. No início de 91, o jornal *O Liberal* (Belém/PA) publicou dados do Ministério da Saúde, afirmando que, entre 86 e 89 ocorreram 81.599 casos de intoxicação por produtos agrotóxicos, com 801 mortes (*O Liberal*, 03/03/91, p. 7). Não há dados exatos, mas muitas dessas pessoas contraíram câncer, pneumonia e impotência, entre outras doenças.

Resultado da chamada “revolução verde”, implantada por empresas norte-americanas na década de 60, o alto uso de agrotóxicos para a produção de alimentos não é consequência somente da desinformação dos lavradores que deles se utilizam. Com o argumento de aumentar a produtividade, esse modelo agrícola favorece as indústrias ligadas ao setor, como é o caso dos maquinários e produtos químicos. Isso tem levado à prática do uso indiscriminado de agrotóxicos para que a indústria possa manter sua produção, independente dos danos humanos e ecológicos.

7. SECA NO NORDESTE

No ano da realização da ECO-92, o tema da seca do Nordeste e suas consequências sociais e ambientais, bem como a realidade de outras regiões semi-áridas do planeta, foi discutido na ICID (Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas), que se realizou em Fortaleza, entre os dias 27 e 31 de janeiro de 1992. Um dos saldos positivos desta Conferência, para o Nordeste, foi o reconhecimento unânime de que seus problemas crônicos, resultantes da seca, são muito mais de natureza política do que técnica. O que fundamenta esta conclusão é a constatação de que em áreas de outros países, onde chove muito menos, as condições de sobrevivência das populações são garantidas através de políticas adequadas de aproveitamento dos recursos hídricos. Segundo Álvaro Pantoja, “as chuvas que caem no Nordeste são o dobro das que caem em Israel e quatro vezes mais com relação ao

estado americano do Texas. Mas nesses lugares não se vê miséria causada pela estiagem”.

Desde que os portugueses chegaram no Brasil, a região semi-árida já viveu mais de 50 secas, sendo que 13 somente neste século. A seca de 1991 foi uma das mais terríveis dos últimos anos, pois choveu 30% menos do que a média histórica da região. A seca atinge mais de 9 milhões de nordestinos, espalhados por uma área de 775 municípios (Dados da Revista *Isto é, Senhor*, 29/1/92, pp. 24 a 26). As lavouras tradicionais como feijão, milho, arroz, mandioca, tiveram suas safras quase totalmente frustradas; só em Pernambuco a perda das safras de feijão e milho foi entre 80 e 90% e mais de um milhão de pessoas foram atingidas pela estiagem.

Como se não bastasse a seca, no final de 91 e início de 92 o Nordeste foi atingido por grandes cheias, criando o que se chamou de deserto verde, porque a inundação destruiu grande parte da plantação.

Diante desta realidade, multiplicam-se os casos de saques em toda a região. A feira da cidade de Princesa Isabel-PB foi saqueada três vezes em 1991 (*Correio Braziliense*, 27/01/91). Nas cidades pernambucanas de Morcilandia e Ipubi cerca de 100 pessoas, no dia 10 de janeiro de 92, saquearam a feira livre. Em Serra Talhada, na mesma época, o saque à feira livre foi feito por aproximadamente 800 pessoas.

A FETAG-BA e o movimento sindical do campo, aproveitando a posse dos novos deputados, organizaram uma grande mobilização no dia 31/1/91. Participaram mais de dois mil camponeses das regiões que sofrem as consequências da seca. Ocuparam a área de acesso à Assembléia Legislativa para pressionar as autoridades a buscar soluções concretas para o problema. Graças a essa mobilização, o governador da Bahia se comprometeu a liberar verbas para a compra de cestas básicas para as famílias atingidas.



Foto: Damião Sanchez

Da terra fraca dos pobres surge um jeito de transformação



Foto: Damião Sanchez

Casa de farinha — produção para o consumo do povo

Nessa realidade, a única atitude do governo federal é a distribuição de cestas básicas e a criação de frentes de trabalho, que servem mesmo é para dar voto aos políticos da região. As cestas "...são, na verdade, as legendárias sacolas de alimentos distribuídos aos flagelados da seca, tão comuns no Nordeste quanto a própria seca e talvez a mais completa subversão dos versos de Zé Dantas, imortalizados na voz de Luiz Gonzaga: 'Mas dotô uma esmola, a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão'" (*Isto é, Senhor*, 29/1/92, p. 25). A alimentação distribuída pelos órgãos federais competentes é insignificante para atender a população faminta. As cestas básicas só atendem a 1% dos vitimados, levando a maioria da população ao desespero e a lançar mão do saque para sobreviver (*Correio Braziliense*, 27/01/91).

Na verdade, o grande problema do nordeste não está no clima, mas tem duas outras fontes principais: a aplicação indevida dos recursos destinados à região e a alta concentração das terras.

Por um lado, os escândalos de desvios de verbas destinadas aos flagelados e a obras na região são sem conta. Além do que, as obras que chegam a ser construídas na região se destinam a favorecer uma minoria de privilegiados e apaniguados dos sucessivos governos. Complicando mais ainda a situação, as obras de irrigação, por serem mal planejadas, tem gerado um efeito contrário aos seus objetivos, pois a retirada da vegetação local, permitindo que a área sofra erosão, a irrigação excessiva, aliadas à ação do sol, fazem com que, no solo frágil, o excesso de água evapore, fazendo aflorar grande quantidade de sais existentes no solo. Esse processo de salinização vai transformando a região em um grande deserto. Calcula-se que se esse pro-

cesso não for barrado, até o ano 2000, 45 milhões de hectares do Nordeste deixarão de ser terra fértil e se tornarão deserto.

Por outro lado, nos deparamos com a alta concentração da terra, especialmente das áreas cultiváveis. O documento "Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD" descreve a situação fundiária nordestina com as seguintes palavras: "É importante considerar que, no sertão, está a estrutura fundiária mais concentrada do País, além de relações sociais muito atrasadas. O processo de modernização da agricultura no sertão pouco tem contribuído para resolver o problema crucial daquele espaço".

Há muito tempo os camponeses e arrendatários nordestinos lutam para que atitudes de longo alcance sejam tomadas por parte dos órgãos competentes. Suas reivindicações têm caído num deserto político tão árido quanto o chão nordestino. Por isso, a luta dos lavradores da região nos tem ensinado que a "libertação das águas" é uma decisão política fundamental, porque muitos açudes, lagoas, poços foram construídos com o dinheiro público das frentes de trabalho e com o suor dos trabalhadores nos anos de seca, mas hoje estão cercados para o uso particular das fazendas. Os mesmos trabalhadores que represaram a água não têm acesso a ela.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA SECA

A solução racional para o problema da seca no Nordeste depende de decisão política e da aplicação de tecnologias apropriadas. Várias pesquisas e estudos realizados apontam para:

- manejo adequado com prática da agricultura de sequeiro, com culturas de ciclo curto e retenção de água quando ela cair (barragens, cisternas, barragens subterrâneas);
- irrigação adequada ao semi-árido;
- utilização de águas subterrâneas;
- ampliação dos beneficiários dos açudes e de outras obras;
- reflorestamento das nascentes e margens dos cursos d'água.

No entanto, estas sugestões não estão consideradas pelos órgãos competentes. As áreas secas requerem uma programação que tenha nível técnico e preocupação com o social: culturas secas como o sorgo, amendoim e gengibre, em áreas que não servem para irrigação; evitar a pecuária e reflorestar, inclusive, as caatingas. O que falta no Nordeste não é a água, mas falta armazenamento e movimentação dos recursos hídricos. É preciso escolher as áreas irrigáveis com condições econômicas e ecológicas. Por exemplo, o Ceará, em 91, perdeu apenas 50% de sua safra de lavouras de subsistência, enquanto os demais estados nordestinos acumularam perdas entre 80 e 90%, isso porque o monitoramento climático garantiu previsões de tempo para plantar na hora certa.

(Texto extraído do documento "Algumas análises sobre o semi-árido e as políticas de enfrentamento dos efeitos da seca de 90 e 91 por parte do governo e dos trabalhadores". Fevereiro de 92. CPT-NE.)



A PEDAGOGIA DO TERROR



Foto: Douglas Mansur

Pe. Francisco Cavazzuti, vítima de tentativa de assassinato reivindica justiça para todos os assassinados

1. INTRODUÇÃO

Falar em violência, no Brasil, é falar, principalmente, da participação ativa ou da omissão deliberada do Estado, tanto na cidade, como no campo. É falar da ação concreta dos aparelhos repressivos do Estado e de particulares, através da violência física, mais explícita e direta; ou da ausência das mais elementares formas de políticas sociais, que vai minando lentamente as possibilidades de vida de grande parte da população.

1991, segundo ano do governo neoliberal de Collor. A violência se expressa de maneira diversificada. O narcotráfico toma conta das manchetes dos jornais. O extermínio de crianças, com uma média de 4 assassinatos por dia, é escândalo internacional. A Câmara dos Deputados cria três CPIs para investigar a violência: do narcotráfico, do extermínio de menores e da violência no campo.

Em todo o país, aconteceram 383 conflitos no campo, envolvendo, aproximadamente, 242.196 pessoas, numa disputa por 7.037.722 hectares de terra. Foram assassinadas 54 pessoas no campo.

Muito embora os números de conflitos e assassinatos tenham declinado, convém lembrar que a gravidade da violência no campo não se limita ao número elevado de conflitos. O mais grave são as formas refinadas da violência. É a pedagogia do terror seletivo, utilizada para golpear as organizações dos trabalhadores e destruir os meios de produção dos pobres do campo, submetê-los. Assim, não se mata aleatoriamente. Cresceu o número de assassinatos de lideranças. Os latifundiários sabem que um movimento sem líderes é um movimento com maiores dificuldades de mobilização.

A situação dos assalariados do campo não é menos preocupante. A concentração da terra tem levado enormes contingentes de lavradores a procurarem esta forma de trabalho como última esperança de não morrer de fome. Contudo, logo vêem que aí também a exploração é muito grande. É o retrato nu de um modelo agrícola que concentra terra, renda e tecnologia. Segundo a CEPAL, o Brasil se encontra entre os países em que a concentração é mais escandalosa.

A violência se exprime nos acidentes de trabalho que continuam, apesar da legislação. Os bóias-frias são transportados em condições mais precárias que os animais. O Ministério do Trabalho nada faz para executar as normas que ele próprio fixou. Sequer conseguiu agir contra a Destilaria Cachoeira, em Rio Brillhante-MS, onde um trabalhador foi assassinado por um segurança da empresa.

A violência da exploração se exprime também de modo brutal contra os aposentados do campo e da cidade. Entre os aposen-

tados rurais, além do minguado salário que lhes é pago pela Previdência, 300 mil deles tiveram no mês de novembro suas aposentadorias arbitrariamente cortadas, com a simples alegação de possíveis fraudes. Só foi possível regularizar essa situação alguns meses depois.

Também as mulheres, trabalhadoras rurais, viram frustrada a possibilidade de terem o auxílio natalidade. O dispositivo foi vetado pelo presidente Collor, atendendo às pressões dos usineiros. A par disso, cresciam nos noticiários as denúncias de fraudes e corrupção no INSS que, somados a outros escândalos, levaram à queda do Ministro Magri.

No Nordeste, a violência social está refletida na estrutura física das pessoas. No final de novembro, o médico Meraldo Zisman, professor de nutrição na Universidade Federal de Pernambuco, disse que uma geração nanica está em expansão naquela região e que isso acontece devido à desnutrição das pessoas. Em uma palavra: devido à fome.

O repórter Kaike Nanne, da revista *Veja*, entrevistou o trabalhador rural Amaro João da Silva, de 46 anos e 1,35 m

SUL DO PARÁ A MORTE PROGRAMADA

O sul do Pará é campeão da violência no campo. É notícia constante sobre trabalho escravo. O ano de 1991 começou registrando o assassinato do líder sindical Expedito Ribeiro de Souza, em Rio Maria. A partir daí o terror se instalou. Um mês depois do assassinato de Expedito, atentaram contra a vida de Carlos Cabral, substituto de Expedito na presidência do Sindicato. Os fazendeiros locais se organizaram com o apoio de prefeitos da região. Inúmeras pessoas, líderes sindicais, políticos e o padre Ricardo Rezende sofrem constantes ameaças de morte. A onda de violência desencadeada tem por objetivo desviar a atenção da opinião pública do assassino de Expedito, Jerônimo Amorim.

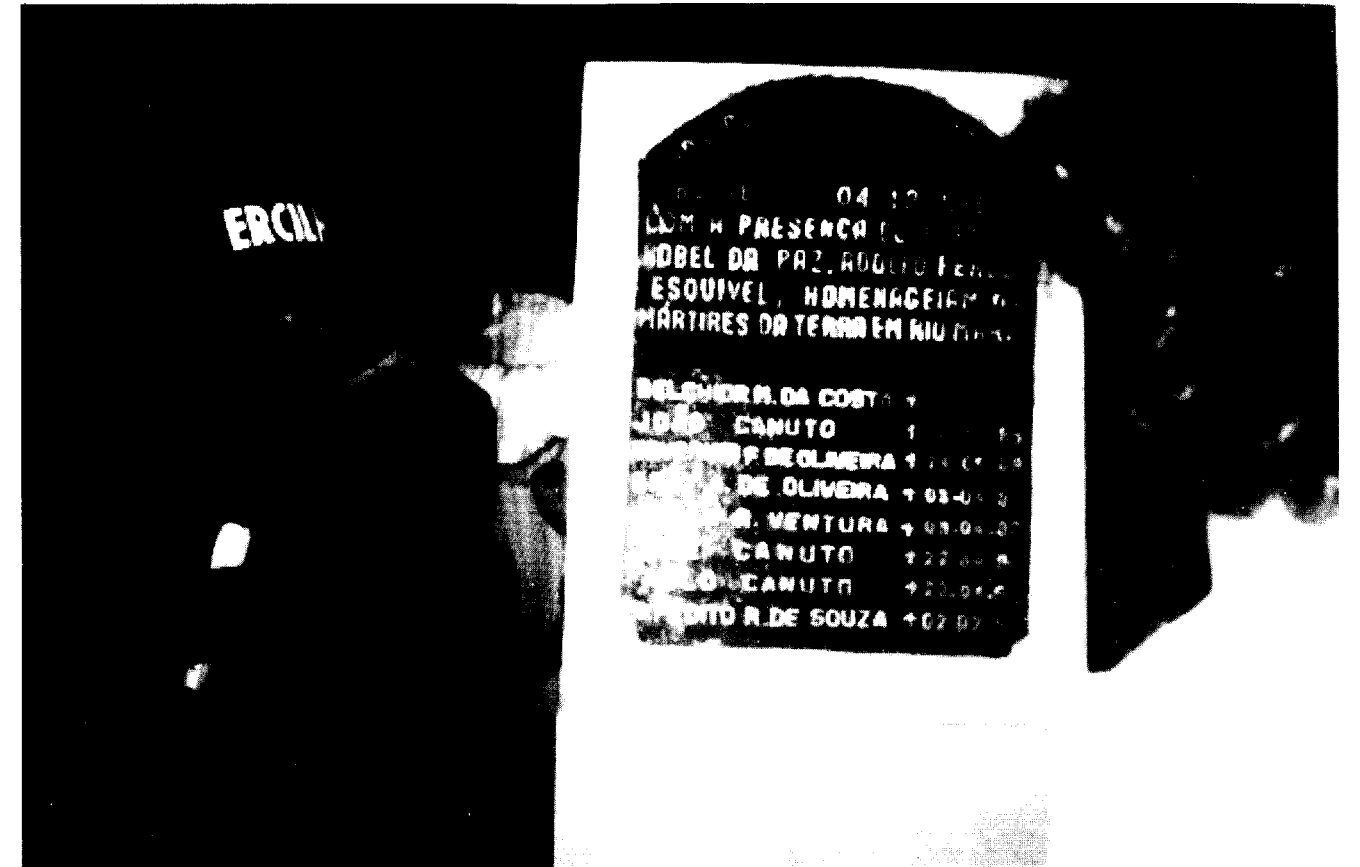
Até o juiz de Xinguara, que preside o processo do assassinato dos irmãos Canuto, teve sua vida ameaçada.

Ainda no mês de março, a violência no sul do Pará levou a Assembléia Legislativa do Pará a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar suas origens e causas.

Durante a diligência dos membros da CPI da violência no campo, instalada pela Câmara Federal, em Rio Maria, chegaram a alvejar o relógio da casa do Padre Ricardo.

Em Marabá, no mês de junho, numa ação totalmente ilegal, a polícia federal prendeu um grupo de lideranças do MST, sob a falsa acusação de estarem preparando um movimento guerrilheiro. O delegado diretor da polícia federal, Dr. Romeu Tuma, chegou a declarar que os líderes dos Sem-Terra estavam fazendo cursos de guerrilha em Cuba, para aperfeiçoar os métodos utilizados nas invasões de fazendas. Apesar da ilegalidade da prisão, só depois de dois meses o grupo foi liberado, acompanhado do desmentido oficial do mesmo delegado.

Os acontecimentos de Rio Maria evidenciam o caráter organizado da violência. Aqui se trata do terror seletivo. O assassinato sistemático de qualquer liderança de trabalhadores que desponte e possa, no futuro, representar um elemento de unificação e organização permanente, com caráter de classe. Que signifique a possibilidade de os trabalhadores rurais virem a representar uma força social e política que estabeleça novos patamares de disputa com o poder local oligárquico.



Monumento em honra aos mártires de Rio Maria, inaugurado por Esquivel em 4.12.91 e destruído pelo Prefeito em 6.12.91

de altura. João é morador do Engenho Bondade, em Amaraji, a 100 km de Recife. Perguntado sobre o motivo pelo qual não cresceu, ele respondeu: "É de tanto trabalhar e passar fome.(...) Hoje mesmo já deu meio-dia e eu estou em pé com um copo de café que tomei às 4:00 horas da manhã. Tem dia que a gente não sabe se vai comer ou não". Embora a Constituição brasileira assegure que toda pessoa tenha direito à alimentação digna, moradia, escola, saúde etc., e um salário que garanta tudo isso, não é raro se encontrar casos como o de João. O Estado não cumpre e não faz cumprir a Constituição.

Tais formas de violência social são muito mais abrangentes que a violência física e muito mais graves, porque atingem a maioria da população e chegam à consciência da sociedade como um fato "natural".

Nunca o salário mínimo esteve tão vilipendiado como agora. Ele, em si mesmo, é uma forma de violência legalizada contra a maioria dos trabalhadores. Mais grave ainda, a grande maioria dos trabalhadores sequer tem contrato regular de trabalho.

Por seu turno, a epidemia do cólera deixa às claras o descaso para com as condições de sobrevivência das pessoas mais pobres. Ela não resulta tão somente de uma questão de falta de higiene pessoal, como quer o governo, mas sim das péssimas condições em que se encontra o país, no que se refere a

saneamento básico, e da ausência de uma política de saúde pública voltada para atender as necessidades da maioria da população.

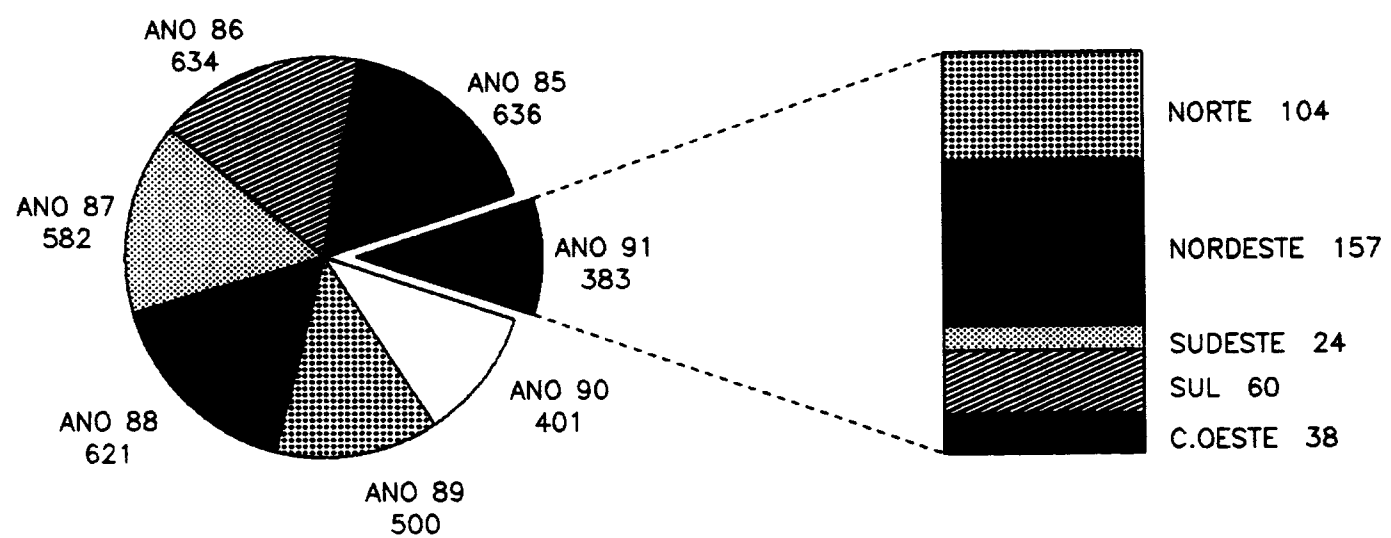
As precárias condições em que vivem os trabalhadores agrícolas, aliada aos minguados salários, que com frequência sequer recebem, obrigam um número cada vez maior de mulheres e crianças a procurar se empregar nas fazendas. Ao mesmo tempo, para manter ou elevar ainda mais as taxas de lucros das empresas rurais, rebaixa-se a idade de recrutamento da mão-de-obra incorporando cada vez mais crianças às insuportáveis jornadas de trabalho.

Em relatório feito pela FETAG — AL, consta a existência de 50 mil crianças e adolescentes dos 6 aos 13 anos, trabalhando no corte de cana para ajudar suas famílias. Este

O FIM DA PICADA: MENINO DE 8 ANOS ASSASSINADO EM SERVIÇO

Em Barreiras-BA, Valmir Rodrigues de Souza, 8 anos, trabalhando para o fazendeiro "Tinho Chorénga", estava conduzindo um carro de bois e uma das rodas ficou presa num buraco. Irritado, o fazendeiro espancou o pequeno trabalhador a socos. Valmir foi parar no Hospital Regional onde morreu. A Polícia pediu a prisão preventiva do fazendeiro. (FSP, 31.10.91)

NÚMERO DE CONFLITOS DE TERRA no Brasil de 1985 a 1991

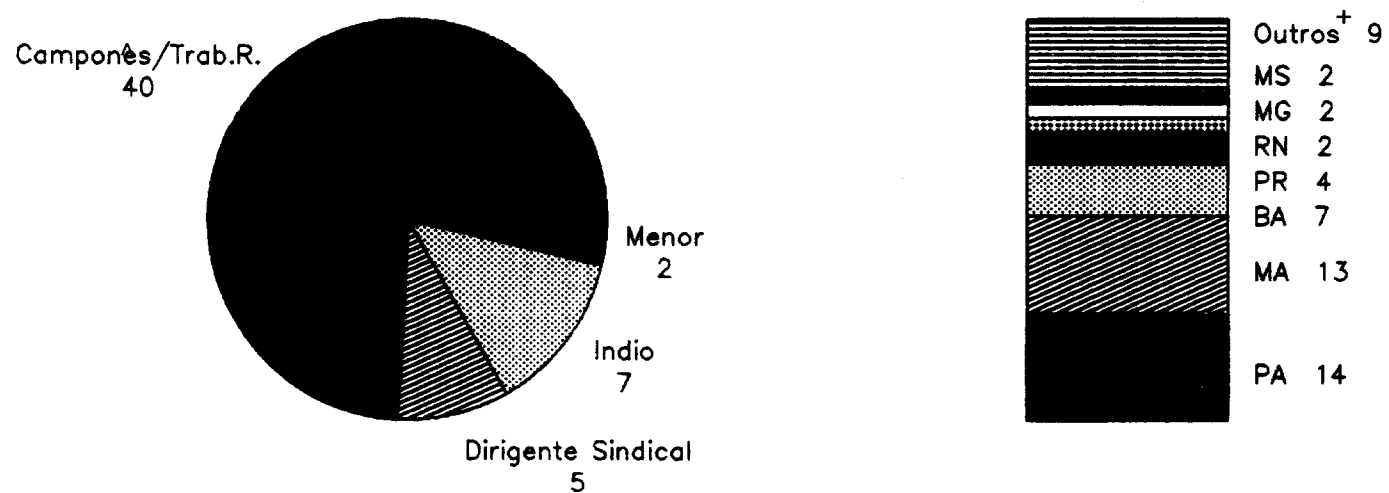


CONFLITOS 1985-1991

1991 POR REGIÕES

FONTE: CPT NACIONAL 1992

ASSASSINATOS NO CAMPO EM 1991



QUEM MORREU

ONDE MORREU

⁺ Entende-se por Outros os Estados onde não ocorreu mais de uma morte

Fonte: CPT Nacional



Foto: Elias Brandão

Povos indígenas

dado é apenas do estado de Alagoas. O mesmo acontece de forma crescente em outros estados do país.

A situação da mulher não é menos trágica. Chegam a ser contratadas pela metade do salário de um homem, para fazer o mesmo serviço. Licença-gestante, sequer conhecem. Se estão grávidas e não podem trabalhar, são despedidas.

O Brasil é um dos países onde mais se matam menores e se exploram mulheres. Sônia H. Novaes G. Moraes e Maria Orlanda Pinassi escrevem: "Somos o país com um dos maiores índices de assassinatos de menores, de mulheres inseridas inadequadamente no mundo do trabalho, do desterro da escravidão atípica, da violência generalizada" (Reforma Agrária, ABRA, maio/ag. 91, editorial).

2. TERRORISMO E VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS

Com relação aos conflitos fundiários, o ano de 1991 confirmou o que já era sabido: "O campo brasileiro é um vulcão em permanen-

CRESCE A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou, em 31 de março de 1992, o relatório do levantamento sobre a violência praticada contra os povos indígenas no decorrer de 1991.

"Os números são assustadores. Foram assassinados 27 índios, 14 a mais que no ano anterior. Houve ainda nove tentativas de homicídio, 14 ameaças de morte e 21 suicídios. Violência que poderia ter sido evitada com providências como a retirada de invasores das terras indígenas e a punição dos agressores".

Se nos lembramos que a população indígena está reduzida a mais ou menos 250.000 pessoas, as vítimas de assassinato correspondem a 0,0108%, um índice terrivelmente alto. Comparando com a população do Brasil, corresponderia, aproximadamente, a 15.800 pessoas assassinadas.

Para ter presente o quanto cresceu a violência, examinemos este quadro:

	1989	1990	1991	% 90/91
Assassinatos	10	13	27	+ 107,6
Ameaças de Morte	8	8	14	+ 75
Suicídios	-	31	21	- 32,2
Mortes-em-surto/ epidemias	50	69	206	+198,5
Invasões de terra	-	7	23	+ 228,5

(Serviço de Documentação — CIMI)

"Nas invasões de terra estão incluídas as invasões de garimpeiros, madeireiros e pequenos produtores." As violências e assassinatos acontecem por causa da ganância destruidora dos madeireiros, da sede de ouro dos "empresários de garimpo", do desespero dos garimpeiros e posseiros pobres, que invadem terras indígenas por falta de outras alternativas.

"Os suicídios continuam sendo uma ameaça principalmente aos Guarani Kaiowa. Mesmo sendo menor em 1991, o número é extremamente preocupante, pois só neste ano, 1992, seis Guarani Kaiowa já se suicidaram... A situação geral de vida é tão desesperadora que os próprios Guarani tem dado mostras de que já não é tão importante continuar vivendo. A falta de terra os impede de exercerem plenamente a cultura tradicional, vivendo como Guarani."

Ocorreram 33 surtos e epidemias, envolvendo 26 povos indígenas. A malária foi a doença que provocou maior número de surtos e de mortes. Só entre os Yanomami foram registrados 7.788 casos da doença, provocando 79 mortes entre janeiro e outubro. No conjunto, a malária provocou 121 mortes. A maioria das vítimas fatais desses surtos e epidemias podia ter continuado com vida. Bastaria que a assistência médica estivesse presente em todas as áreas e prestasse verdadeira assistência às necessidades dos povos indígenas.

Os assassinatos e tentativas de homicídio aconteceram, quase em sua totalidade, por causa das invasões das terras indígenas feitas por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros. "Houve assassinatos com requinte de crueldade. O corpo do Makuxi Geraldo Mendes foi encontrado amarrado nas águas do rio Maú, onde garimpava, com marcas de tiro na testa, abaixo do ouvido e na garganta. Os Makuxi vivem no estado de Roraima, próximos à fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, e é o povo que mais agressão sofreu no ano passado. Mas foi o Maranhão o Estado onde ocorreram mais assassinatos, exatamente oito."

"Para o CIMI, a solução desses conflitos exige a demarcação de todas as terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, como determina a Constituição brasileira. Mas somente a demarcação não basta. É necessário também que o governo brasileiro promova a retirada de todos os invasores, os responsáveis diretos pelas agressões cotidianamente praticadas contra os povos indígenas." Além disso, é preciso acabar com a impunidade. "Dos 27 assassinatos ocorridos, o CIMI possui informação sobre algum tipo de providência em relação a onze casos. Mas apenas os envolvidos em dois assassinatos foram detidos."

Precisamos entrar mais firmes na mobilização em favor da sobrevivência e da autonomia dos povos indígenas! Só a democratização de todas as terras, com a vitória da luta popular pela terra, garantirá terra e liberdade para os povos indígenas viverem segundo suas culturas.

te erupção, verdadeiro cenário de mortes violentas" e nunca esclarecidas.

Em conflitos, foram assassinadas 54 pessoas, 96 sofreram tentativa de assassinatos e 247 foram e continuam ameaçadas.

Mais que os números, é importante descobrir a pedagogia traçada e seguida. Quando se mata menos, talvez seja porque se seleciona mais as vítimas. Ou porque se aposta no terrorismo. Certamente, trata-se também de melhores ações defensivas e preventivas dos trabalhadores.

De Norte a Sul do país, a violência teve características de verdadeiro terrorismo. Nem mesmo as escolas, crianças e mulheres foram poupadas. Os atos terroristas foram desde explosões de bombas até envenenamentos de plantações.

Convém lembrar que a UDR voltou a se articular e a se manifestar publicamente no Sul, principalmente no estado do Paraná.

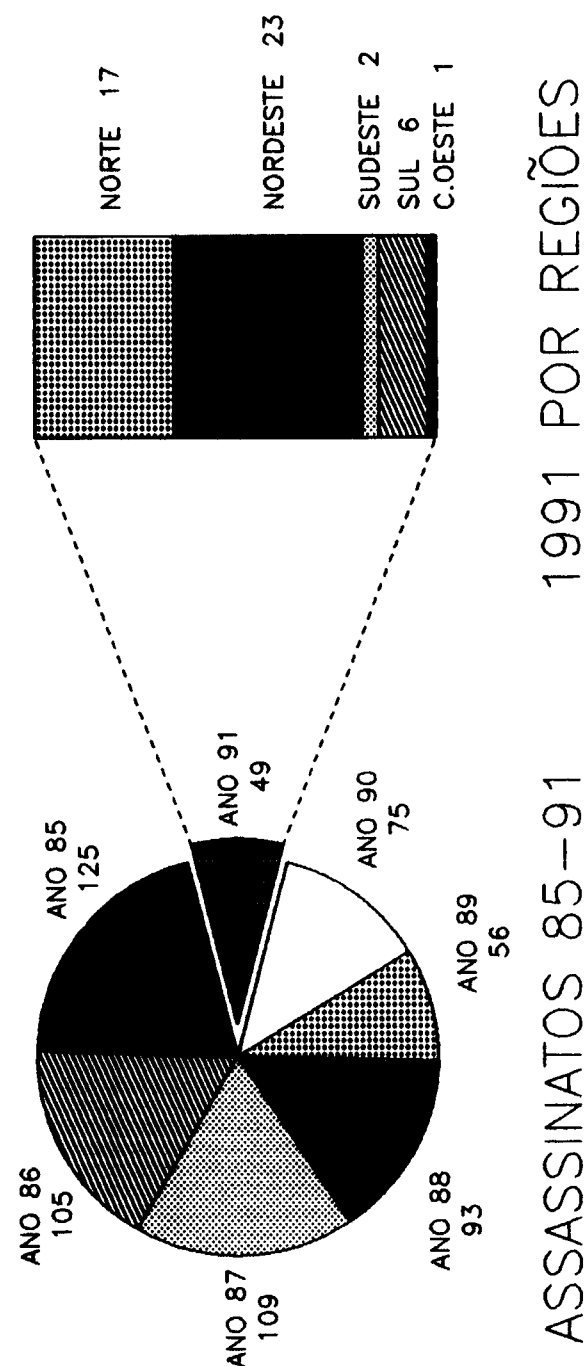
O terrorismo não foi privilégio do Paraná. No estado do Maranhão, em Olho D'água das Cunhãs, no conflito de



Foto: Arquivo CPT

Atentado à casa paroquial de São Gabriel — RS 29.10.91

Assassinatos de 1985 a 1991 em Conflitos de Terra no Brasil



FONTE: CPT NACIONAL 1992

Limociro da Mata, pistoleiros lançaram 6 bombas de fabricação caseira nas proximidades do povoado. Uma das bombas não explodiu e os lavradores puderam constatar que era feita de uma lata de leite em pó recheada com TNT e terra. Denunciado o fato, sequer foi instaurado inquérito para investigá-lo.

Na localidade conhecida por Data Feliz Lembrança, formada pelos povoados de Feliz Lembrança, Cantanhede, Piranha, Alto Belo e Bacuri, município de Coroatá-MA, foi instalada uma verdadeira praça de guerra. Cerca de 60 policiais militares invadiram a região. Paralisaram reuniões, invadiram casas, prenderam lavradores e espancaram crianças.

Em outro episódio, no povoado de Cantinho, em consequência de um despejo ordenado pela Juíza de Vargem Grande-MT, quinze policiais, oficiais de justiça e jagunços armados e usando tratores invadiram as casas dos lavradores às 6 horas da manhã. Destruíram tudo e atearam fogo nas 27 casas. As crianças fugiram para o mato. O interessado e responsável por tudo isso é o Prefeito da cidade.

Cinco soldados dos municípios de Conde e Esplanada-BA, um sargento e o escrivão, conhecido por "Bigodão", chegaram à fazenda e se apresentaram como oficiais de justiça, portadores de ordem judicial e prenderam: Maria da Conceição; Maria Dalva de Jesus Antônio, de 70 anos; Muraildes de Jesus Conceição; Laurita Ribeiro da Silva; Edileusa Maria dos Santos; Áurea da Conceição; Jardelina Maria da Conceição, de 78 anos; Creuza Cruz dos Santos e Edvaldo Antônio dos Santos. Todos eram posseiros, duas mulheres estavam grávidas e quatro amamentavam.

A observação desses casos nos permite caracterizar uma ação violenta que articula interesses de latifundiários e do aparato do Estado (prefeitos, juizes), cujo objetivo é estabelecer o terror entre os trabalhadores, atingindo sobretudo velhos, mulheres e crianças, para expulsá-los da terra. Ao contrário do terror seletivo que golpeia as lide-

A UDR E AS MILÍCIAS

No Paraná, no conflito da fazenda Santana, município de Campo Bonito, o advogado da fazenda desafiou o governo dizendo que se este não autorizar a polícia a fazer o despejo, os próprios fazendeiros o farão, utilizando homens armados. A *Folha de Londrina*, do dia 6/9/91, noticiou a organização de uma frente de fazendeiros para enfrentar os Sem-Terra. Segundo o jornal, o grupo é apoiado pela UDR e pela Sociedade Rural.(...) "Os proprietários estão se preparando para formar seu exercitinho." Em todo o estado foi intensa a procura por pistoleiros. Tanto que o presidente do Sindicato Rural Patronal de Ribeirão Pinhal, Ernesto Hauer, comenta: "O mercado da segurança está inflacionado em Ribeirão Pinhal. O salário de um pistoleiro, livre de casa e comida, é de 110 mil cruzeiros. Quem é que aguenta manter esse pessoal que vem de fora em plena colheita de café?" (*Folha de Londrina*, 27/8/91; *O Estado do Paraná*, 27/8/91.)

A ação terrorista dos fazendeiros não poupa sequer as crianças. No conflito da fazenda Faxinal dos Silvérios, município de Pinhão-PR, uma escola onde se encontravam crianças foi atacada a tiros por um grupo de 30 pistoleiros fortemente armados. Em pânico, algumas crianças desmaiaram. A menina Ivanice de Fátima Barbosa, 10 anos, foi baleada no pé.

Os mesmos pistoleiros cercaram o acampado Júlio Seferino da Silva. Ameaçaram-no para que ele deixasse as terras e convencesse seus companheiros a fazerem o mesmo. Agrediram fisicamente a esposa de Júlio que se encontrava com o filho de 14 meses no colo, derrubando a criança no chão. Bateram em Terezinha de 14 anos e em Avelino de 5 anos. Confiscaram móveis e pertences da casa.

Na localidade de Rio Areia, ainda no município de Pinhão, 40 pistoleiros com tratores, caminhões, moto-serras e armas expulsaram 36 famílias de assentados. Na operação, a menina Vanderli Aparecida da Silva, 13 anos, foi atingida por um tiro que lhe perfurou o braço direito e o abdome. A menina foi internada em estado grave (Relatório CPT Paraná).

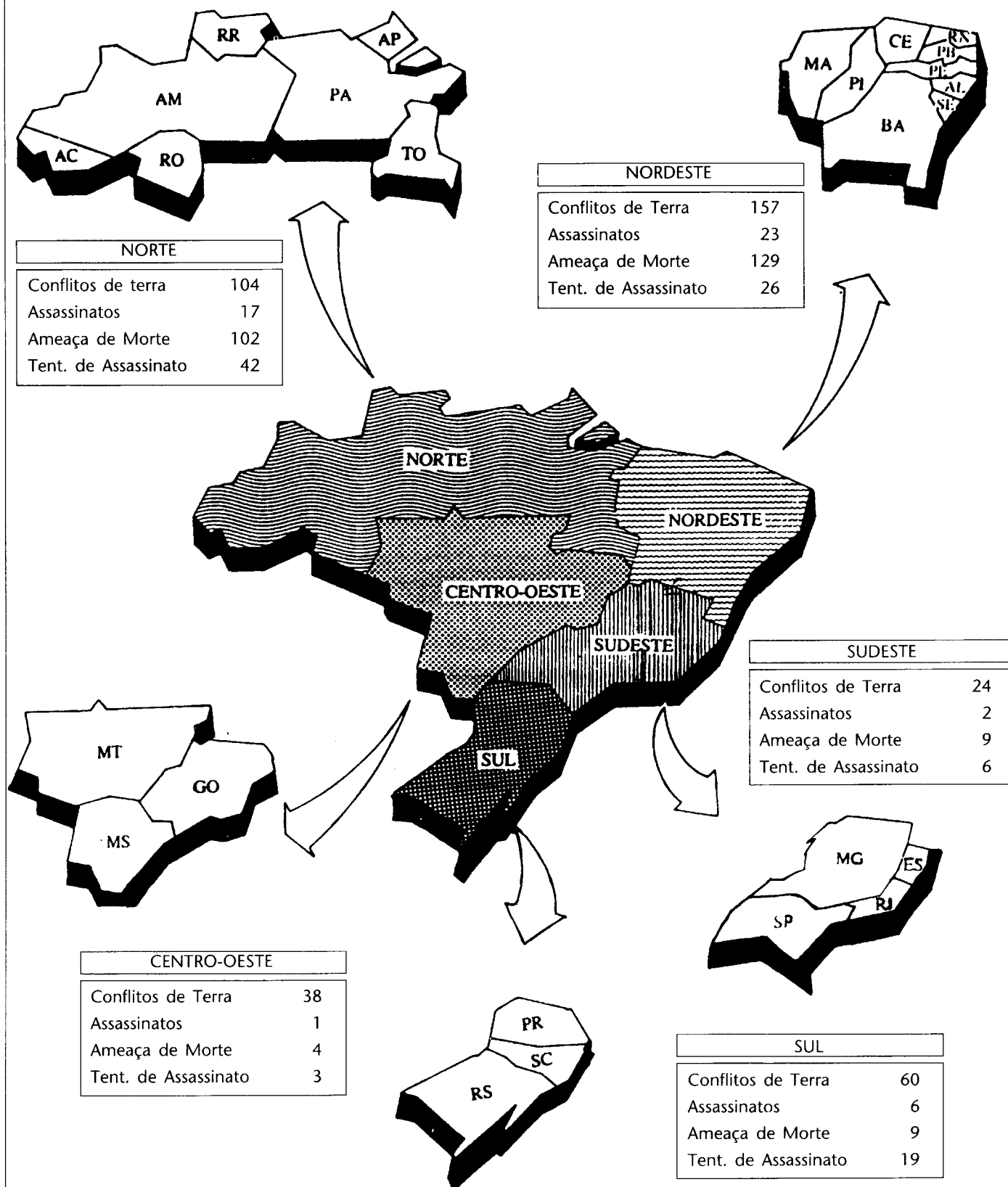
PACTO DE ACÉGUA LATIFÚNDIO FECHA AS CERCAS

"Quem vender suas terras para novos assentamentos terá de pagar uma multa de 80% do valor da venda." Esse é um dos artigos do pacto fechado por 60 fazendeiros em Acégua, lugarejo do município de Bagé-RS. O objetivo do pacto é impedir que o governo estadual compre ou pressione o INCRA a comprar terras para os sem-terra.

Está em Bagé o Centro de Treinamento e Capacitação para os Beneficiários da Reforma Agrária, criado pelo INCRA. A presença de 600 famílias nessa área incomodou os fazendeiros. E se transformou em guerra, quando os sem-terra, esfomeados e sem esperança, resolveram ocupar a fazenda vizinha — São Pedro — no dia 8/4/91. Foram recebidos a tiro e morreu o jovem Neuron Pinheiro Machado. Apesar disso, a ocupação foi efetuada e a oligarquia rural se organizou. Cláudio Lopes, da Federação dos fazendeiros, que estava começando a "fase das guerrilhas rurais". Uma passeata dos fazendeiros, no dia 11/4, manifestou toda a discriminação contra os pobres: "Os sem-terra são a vergonha dos colonos". A presença deles no município foi considerada uma "calamidade pública". "Vamos fechar o município para os assentamentos".

No dia 17/5, a UDR montou a "operação vizinho" para proteger as propriedades em volta da fazenda São Pedro. Seiscentos e cinquenta fazendeiros da região, em 11 veículos, apoiados por avião, empunhando armas de porte ilegal, participaram da operação. Quando o Governo conseguiu comprar uma propriedade em Santana do Livramento, para assentar os sem-terra, o Presidente do Sindicato Rural reclamou do ministro Cabrera, que prometera "não assentar invasores". No dia 29 de outubro, o "Correio do Povo" publicou declarações do Presidente da UDR de São Gabriel, Carlos Alberto Teixeira, dizendo que, se fosse preciso pegar em armas, todos os fazendeiros de sua cidade tomariam esta medida. "Guerra é guerra", diz ele. Nessa mesma noite explodiu uma forte bomba na casa paroquial de S. Gabriel. O atentado parece ter ligação com o apoio que os dois padres dão aos sem-terra.

CONFLITOS DE TERRA POR REGIÕES EM 1991



CORONÉIS DA BAHIA DESAFIAM A JUSTIÇA

As 300 famílias de Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa-BA, receberam liminar favorável do Juiz da Comarca, Antônio Laranjeira Barbosa. A liminar já foi reforçada com multas. O Juiz foi a Salvador pedir reforço à Secretaria de Segurança. Mas o grileiro Carlos Bonfim desafia, a cada mês, sua autoridade: em maio queimou barracos e construiu barragem em cima das roças; em outubro contratou mais 15 pistoleiros para incendiar as casas de novo; em dezembro jogou veneno nas plantações, matando os peixes do rio.

A Fazenda Jaboticaba, Andorinha-BA, é terra devoluta, habitada há 100 anos por 300 famílias de posseiros. O INTERBA reconheceu. O Juiz da Comarca determinou que é ilegal a presença do grileiro Nelson Cavalcanti nessa área. Mas os trabalhadores vivem sob constantes ameaças de morte.

Decididamente, coronel do interior da Bahia se julga superior aos poderes do Estado e às necessidades e direitos do povo.

Mas o mais normal ainda é os coronéis estabelecerem aliança com os juizes. Treze famílias de posseiros da Ilha do Pau do Macaco, Porto Seguro-BA, moram nessa terra, de domínio da União, há 40 anos. Há 10 anos resistem às pretensões do Coronel reformado Pedro Leite. Em 1991, o Coronel encontrou apoio no juiz Márcio Montenegro, que determinou o despejo. A ilegalidade da decisão judicial, a necessidade e a fome levaram as famílias a voltar à ilha.

A Bahia ainda espera que pelo menos um dos mandantes e assassinos de trabalhadores rurais assassinados nos últimos 27 anos seja condenado. A inoperância e conivência da justiça é, certamente, um dos motivos do espantoso número de linchamentos.

na Alves da Silva foram obrigadas a ficar na mata.

Por intervir em favor dos lavradores, o padre Danilo foi espancado por um pistoleiro de José Acioli, pretendente da fazenda, e a irmã Marta Rancheski foi presa, de modo arbitrário, pela promotora Maria de Nazaré Santos Viana. Só foi liberada depois de pagar fiança de dois salários mínimos.

Nas ações de violência não foi raro encontrar a presença de autoridades das diversas esferas do Poder Público. Chegou-se ao descalabro de um juiz acompanhar um despejo de posseiros e ameaçar de prisão o Bispo da Diocese de Barra-BA, D. Itamar Vian, por este interceder a favor dos lavradores.

Ressalte-se aqui o esforço dos latifundiários e do aparato jurídico-repressivo do estado em afastar, dos trabalhadores do campo, todos os setores sociais que os apóiam. O objetivo é claro: isolar os trabalhadores e suas organizações, para melhor golpeá-las e destruí-las, quebrando assim as possibilidades de resistência na terra.

4. ONDE A VIOLÊNCIA GOLPEIA MAIS FORTE

Pará, Maranhão e Bahia apresentaram a maior quantidade de casos de violência. O poder dos latifundiários, mais do que nunca,

se traduz em força bruta. Os senhores das terras não admitem qualquer resistência. Na Bahia, uma nova categoria, trata-se agora do terror de massa, orientado para alcançar aqueles que aos olhos do Estado apropriado pelos latifundiários e grileiros são os setores mais frágeis dos trabalhadores.

3. GOLPEAR OS ALIADOS: ISOLAR TRABALHADORES

Em São Félix do Xingu-PA, conflito da Fazenda Colorado, pistoleiros e policiais se irmanaram para despejar famílias de posseiros. Obrigaram a posseira Maria Lopes Soares a mostrar-lhes as casas dos outros posseiros. Espancaram até mulheres, queimaram e destruíram casas e pertences dos lavradores. Maria das Graças Alves da Silva, com 3 filhos pequenos, e Maria Madale-



Foto: Arquivo CPT

Casa de brasiguais derrubada a moto-serra

DESUMANIDADE TOTAL

No dia 19 de novembro de 1991, no povoado de Jacaruci do Leste, Itiúba-BA, o camponês Cipriano José dos Santos, 82 anos de idade, pos-seiro, que cultivava três tarefas de terra desde que nasceu, foi seqüestrado e levado para a roça onde foi torturado até assinar um recibo pelo qual transferia sua posse para os irmãos Lima. Já banhado de sangue, foi ainda arrastado pelos cabelos, pisoteado, seu rosto esfregado no arame farpado, e recebeu 4 tiros de revólver calibre 38, desferidos por Marçal Vieira de Lima, o "Sazinho". Também participaram de todos os atos, Gilberto Vieira de Lima, o "Pombinho", e seus seis filhos.

Várias pessoas de Itiúba, profundamente consternadas, levaram o fato ao conhecimento do delegado local, José Eduardo Rocha, informando, inclusive, o paradeiro dos criminosos.

Todavia o delegado não efetuou as prisões e permitiu-lhes a fuga.

O Bispo e agentes de Pastoral da Diocese de Bonfim-BA repudiaram essas atrocidades e denunciaram as ameaças de morte que pesam sobre outro camponês, Hipólito Batista, 70 anos, e responsabilizaram o delegado.

(Nota de repúdio do STR de Itiúba.)

ria começa a ser alvo dos latifundiários: jornalistas e radialistas. Tentam com isso evitar que a opinião pública tome conhecimento dos crimes por eles cometidos.

A CPI da violência no campo, instalada pela Câmara Federal, esteve presente nestes três estados. A Comissão ficou estarrecida ao constatar "in loco" as denúncias que já haviam sido feitas e ver que a realidade era muito mais crua do que os depoimentos dados em Brasília.

Nos estados do Maranhão e Bahia, a grilagem chega ao absurdo de arranjar mais títulos do que as terras disponíveis.

O Jornal *Tribuna da Bahia* do dia 10.1.91 traz a seguinte notícia: "Uma minuciosa pesquisa nos livros dos cartórios baianos pode trazer à tona um dado curioso: no papel, o território da Bahia é maior que o do Brasil. A revelação é do presidente do INTERBA, Joaquim Pereira Franco, a respeito do volume de falcaturas que se escondem nas gavetas dos cartórios.

O que existe de terras no segundo andar é alarmante, diz Pereira Franco. São terras que não existem, cujos 'donos' são grileiros ou 'gente bem' à espera de uma área devoluta para implantar tal registro".

Dom Paulo Pontes, Arcebispo de São Luís-MA, em documento publicado pelo Jornal *O Estado do Maranhão*, de 20.11.91, p. 20, declara: "A grilagem documentada pelos cartórios atingiu números alarmantes. Numa reunião de bispos com o governador Luís Rocha em 1985, este teve a louvável franqueza de dizer pateticamente: — Senhores bispos, me ajudem! Gostaria de fazer o levantamento cartorial das terras do Maranhão. O chão do Maranhão tem três andares. Os cartórios dificultam. Ajudem-me".

As declarações não deixam dúvidas sobre o ponto a que chegou o crime da grilagem com a convivência dos cartórios e das autoridades. Não é possível que um gover-

nador não consiga sequer levantar esta situação. Se assim é, quem é o responsável?

As CPIs realizadas para investigar as causas e origens da violência no campo brasileiro, tanto a federal como as estaduais, foram unânimes em concluir que o Estado, nas suas diversas esferas e setores, é o grande responsável pela violência no campo.

A impunidade dos mandantes e proprietários das fazendas, aliada à impunidade dos agentes do Estado que praticam violência ou se omitem no cumprimento de seu dever, é uma das principais fontes alimentadoras da violência.

É preciso que a punição se dê em todos os níveis. Inclusive com perda de cargos, no caso de autoridades.

Nas corregedorias de polícia e da justiça, é preciso incluir a sociedade civil organizada, para que as falhas dos seus membros não sejam examinadas apenas pelos

seus pares, o que induz à desconfiança da sociedade nessas instituições.

Por dever de justiça, convém ressaltar o esforço de pessoas de setores do Poder Público para fazê-lo funcionar. Alguns juízes e promotores têm, com seriedade, conseguido realizar alguns julgamentos.

5. JUDICIÁRIO: ESPAÇO DE PRIVILEGIADOS

"Não há justiça que paire acima dos conflitos, só há justiça comprometida com os conflitos, ou no sentido de manutenção ou no de transformação" (Roberto Aguiar).

Um novo (não tão novo) palco está sendo explorado, de forma mais intensa, nas cenas e contracenias da disputa pela posse/propriedade da terra. O Judiciário que dispõe de uma estrutura intimidadora e não é alcançado pela maioria absoluta da população nacional. Poucos são os que entram no fórum à procura do socorro jurídico. Este é um espaço, quase exclusivo, de alguns privilegiados.

A deusa grega *Diké*, que simboliza a Justiça, hoje nada mais é do que uma estátua embelezadora dos fóruns e tribunais. Os homens que zelam pelo cumprimento da lei têm os olhos bem abertos e suas posturas alimentam o descrédito do Judiciário.

No ano de 1991, o Setor de Documentação da CPT registrou que foram impetradas 60 ações possessórias por parte de fazendeiros, empresas e Poder Público. Destas, 43 foram de reintegração de posse, o que significa que os autores não detinham a posse e passaram a pretender a propriedade plena (posse + domínio) de uma área. Outras 17 foram de manutenção: ou seja, os autores se encontravam, de alguma forma, na posse do imóvel, seja através de um capataz ou mesmo de um boi, e pediram a retirada dos

"invasores". Essas possessórias vêm sempre acompanhadas com pedidos de liminares, solicitando que o Juiz conceda, de imediato, a posse da terra, para depois discutir o mérito da questão.

Mas o que vale a pena registrar é que dos 60 pedidos de liminares, 58 foram deferidos. Este é um dado que revela o uso do Judiciário como meio seguro de se conseguir a propriedade da terra, sem o confronto direto com os camponeses. Ao invés de pistoleiros, os fazendeiros contam com o respaldo de oficiais de justiça e policiais militares para "limpar a área".

No Tocantins, o Juiz de Itaguatins, assim procede: é realizada a audiência de justificação prévia da posse da fazenda Piripiri. Após ouvir as testemunhas, o juiz tira a sentença, que já havia preparado em casa, antes de ouvir os depoimentos, e lê para o escrivão transcrevê-la para os autos. Na hora, o advogado dos camponeses argúi a suspeição do juiz. Este, ao invés de suspender o processo, decide mandar despejar as famílias. (Em tempo, os autores da ação eram dois magistrados de Goiânia.)

Há uma máxima jurídica que afirma: "O direito não socorre os que dormem". Um outro caso concreto ilustra, porém e de forma peculiar, que esta máxima pode ser traduzida por "o direito socorre os espertos e penaliza os

simples". O fazendeiro José Rodrigues conseguiu tomar o minúsculo pedaço de terra da família de João Ambrósio e Isabel Maria que, por desconhecimento, não se preocuparam de documentar a terra, no município de Alto Rio Doce (MG). O processo correu à revelia, porque João Ambrósio recebeu "um papel da justiça e um aviso de que deveria aguardar chamada". Ele, sem entender nada, ficou esperando, até que dois oficiais de justiça, "no fiel e estrito cumprimento do dever legal", policiais militares e filhos e genros do José Rodrigues chegam e executam o despejo. Depois de as mulheres tirarem algumas coisas, queimam as duas casas. Quando chegam João e seus filhos, vêem que também seus documentos e Cr\$ 70.000,00 em dinheiro foram queimados juntos. Com o despejo, João, esposa, filhos e netos foram morar em casas de parentes pobres na cidade. João e sua família estavam trabalhando e não dormindo, como a justiça presumiu.

5.1. Júris: desponta uma esperança

O Tribunal Popular do Júri é considerado uma das poucas formas do exercício da democracia direta nesta República, momento em que as pessoas não delegam po-



1º de maio no Espírito Santo

Foto: Damião Sanchez



Foto: Ermanno Allegri

Povo exige condenação dos assassinos. Policiais guardam o Fórum. Alhandra — PB — 28.02.91.

deres a ninguém. Pessoas comuns do povo, formando o Conselho de Sentença, aplicam a justiça conforme suas consciências e com base nas provas do processo. Neste procedimento da lei processual penal, o papel do juiz é fundamental para fazer andar o processo e presidir o Conselho de Sentença.

Antes de enfocar o que aconteceu em termos de júris populares no ano passado, há que se destacar que, a partir do levantamento realizado pela CPT e MST, nestes 27 anos — de 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1991 — foi registrado um total de 1.684 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, camponeses, advogados, religiosos, padres e outros profissionais vinculados aos movimentos populares no campo, em função da luta por melhores condições de trabalho e pela terra no Brasil.

Nestes 27 anos, só 25 desses homicídios foram julgados. Houve condenações só em 14 casos, assim especificados: 7 casos de mortes de camponeses; 3 de advogados; 2 de índios; 2 de sacerdotes. Nos outros 11 casos, a absolvição foi total, mas alguns desses júris foram anulados.

Em 1991, foram realizados 7 julgamentos, 5 inéditos e 2 em que outros responsáveis já haviam sido julgados. Dois casos chegaram ao júri em tempo recorde. O primeiro ocorreu em Arinos (MG), em novembro de 1990. Januário e José Natal foram assassinados. No dia 10 de junho de 91, o pistoleiro Milton Soares, que matou os dois posseiros,

foi julgado e condenado a 26 anos de prisão. O segundo aconteceu em relação à chacina de uma família, em Terra Nova do Norte (MT), em outubro de 1990, com quatro pessoas assassinadas. Um ano depois, foram a julgamento o fazendeiro Clemente de Almeida e o pistoleiro Sinvaldo Nascimento.

A punição foi exemplar: 67 anos de prisão para o mandante e 35 anos para o executor. Além desses dois casos, os homicidas do posseiro Francisco Cardoso foram julgados e condenados no Piauí. O fazendeiro-mandante Osmar Pedro, e o pistoleiro Osmarino Souza foram condenados a 16 anos de reclusão cada um. O crime ocorreu em 1989.

Vale salientar a novidade de estarem sentados, lado a lado, no banco dos réus, fazendeiros e pistoleiros.

As mortes dos índios Guajajara, no Maranhão, ocorridas em 1980, e a do "gatilheiro Quintino", consumada em 1985, no Pará, tiveram seus responsáveis absolvidos. O primeiro pelo Tribunal do Júri e o segundo pela Auditoria Militar do Estado Paraense.

Esse quadro revela que, quando a Justiça supera a morosidade, é possível a condenação dos envolvidos nos crimes. As provas estão mais evidentes e isso ajuda aos que julgam. Em todo caso, ainda há muito a se percorrer, pois a Justiça só se pronunciou sobre 2,8% dos assassinatos no campo ocorridos nos últimos 27 anos.

IV

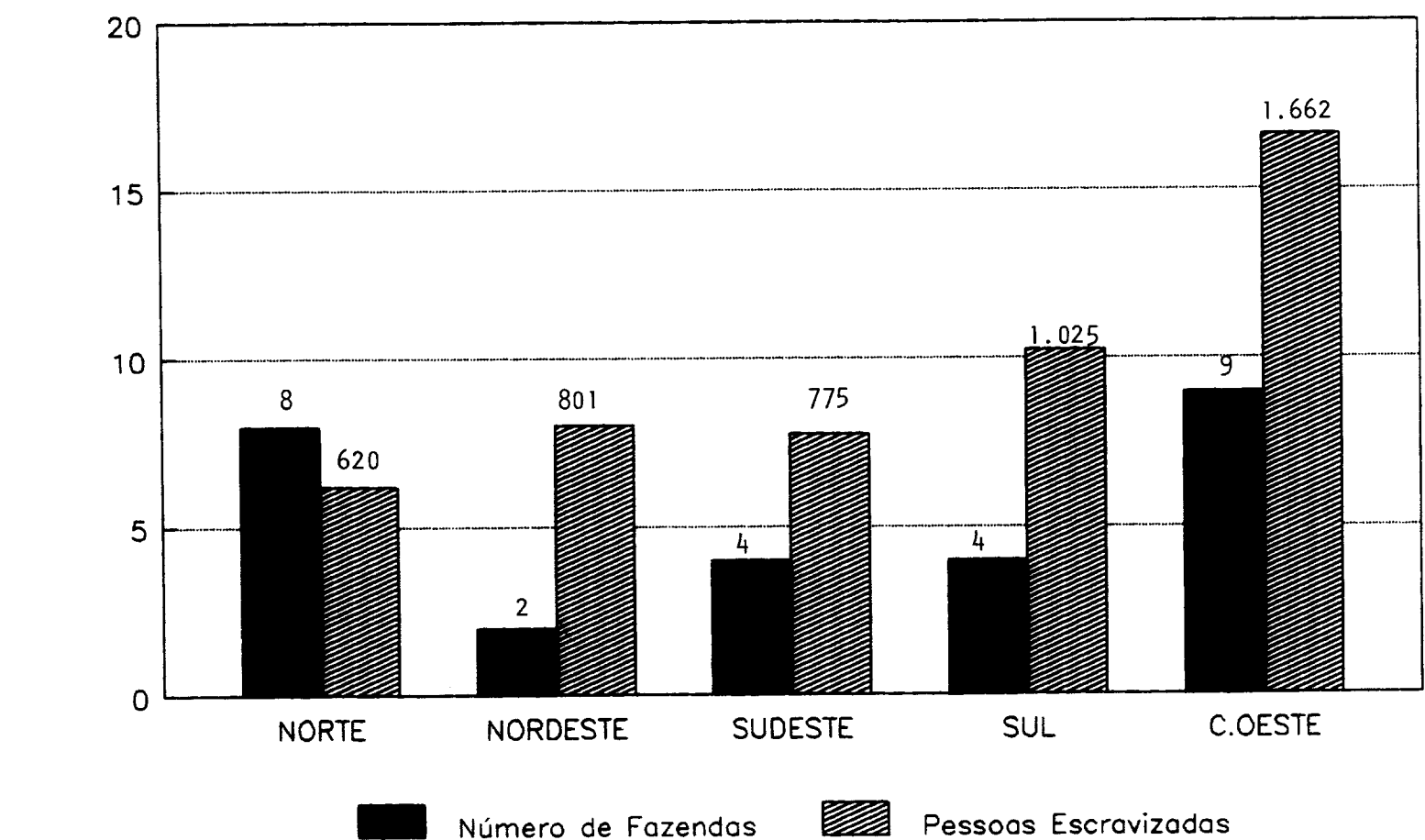
A ESCRAVIDÃO DOS TRABALHADORES



Foto: Elias Brandão

Em que plano do governo entram os adolescentes?

TRABALHO ESCRAVO EM 1991 POR GRANDES REGIÕES



FONTE: CPT NACIONAL

"No fim do serviço, o cantineiro disse que eu devia com o débito de Cr\$ 16.000,00. Eu falei que ia embora, ele disse que não. Sempre que um tentava sair, a gente sabia que eles pegavam de volta e botavam pra trabalhar. Os fiscais andavam armados com espingardas de cartucho. Eu ficava na geladeira só com a cantina no domingo fazer as compras. Lá nenhum homem se gozava. Não podia sair por conta própria" (João Rodrigues de Souza, 61 anos, trabalhador forçado da Faz. Santana do Indaia/SP. Antônio do Indaia, Ourilândia do Norte-PA).

1. INTRODUÇÃO

"Você nunca mais vai sair daqui, enquanto não pagar a dívida" — foram as palavras do gato Adão Franco para o peão Ivan Elit, contratado no Maranhão para trabalhar na Fazenda Santana do Indaia, em Ourilândia do Norte-PA. Recusando a escravidão, três peões fugiram para o mato. Cinco dias depois, foram apanhados pelo gato com a advertência: "Tenho ordem para matar vocês, caso vocês não voltem para o trabalho". "Nós trabalhamos para pagar a conta, éramos constantemente vigiados por fiscais armados com espingarda cartucheira calibre 20."

Estes dados constam nos depoimentos dos 65 peões libertados pela Secretaria do Trabalho do Pará, apoiada pela Polícia Militar e acompanhada por dois repórteres da revista *Veja*, membros da CPT e do MEB e o tio de um dos menores presos nas fazendas Santana e Santo Antônio do Indaia. Apesar do flagrante, ninguém foi preso. Tarlei Alves, administrador da fazenda, pagou a diferença salarial e duas multas. A Polícia Federal de Marabá instaurou inquérito e indiciou 5 gatos e pistoleiros, mas não os do nos da fazenda.

"Desde 1980 denunciamos a utilização, no sul do Pará, de mão-de-obra escrava em 32 grandes propriedades, totalizando 3.144 pessoas, homens, mulheres, crianças, 53 das quais foram assassinadas", declarou Pe. Ricardo Rezende na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, no dia 5 de fevereiro de 1992. Em outubro de 1992, Pe. Ricardo receberá o prêmio da luta contra a escravidão, outorgado pela organização Anti-Slavery International de Londres, Inglaterra.

"Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas" — diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU. Também a Convenção Nº 105 da OIT, ratificada pelo Brasil através do Decreto Nº 58.882, de 14 de julho de 1966, trata da abolição do trabalho forçado e condena a escravidão por dívidas e servidão.

Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil estão:

"A dignidade da pessoa humana" e "os valores sociais do trabalho" (Constituição Federativa art 1º, III e IV).

O Código Penal Brasileiro, artigo 149, determina: "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo." — Pena: reclusão de dois (02) a oito (08) anos.

Os Doutrinadores entendem que a redução de alguém à condição de escravo se dá pela sujeição.

"Já se falou que o delito se cifa na sujeição total de um homem a outro. Quase sempre o fim será a prestação de trabalhos. Nossa lei não se preocupa com os meios de que o agente lança mão.

Reduzido a condição análoga à de escravo, a situação da vítima será, o mais das vezes, de verdadeiro seqüestrado (p. ex., não sair da fazenda onde trabalha, da plantação onde presta serviços etc.).

O crime, entretanto, existe, mesmo sem essa restrição espacial. A sujeição absoluta de um homem a outro realiza-se, ainda que àquela seja consentida certa atividade, alguma liberdade de movimento...

...Não é preciso também a infligência de maus-tratos ou sofrimentos ao sujeito passivo" (NORONHA, E. Magalhães, in *Direito Penal*, 2º v., Saraiva, 1977, p. 179).

Os casos que têm chegado à CPT são exemplos da redução de trabalhadores à condição de escravos na sua forma mais aguda. Nelas existe a mercantilização de trabalhadores braçais, efetuada por um intermediário — o "gato" — que os alicia nas cidades e, depois de vários dias de viagem, os entrega às fazendas onde, diturnamente, são vigiados por pistoleiros. Normalmente os trabalhadores são transferidos de um estado para outro. O aliciamento é feito através de propostas de remuneração atrativas, que não passam de engodo.

As despesas de viagem, passagens e alimentação são custeadas pelo "gato". Desta forma, os trabalhadores já chegam devendo, antes mesmo de iniciado o trabalho. Também ocorrem casos em que o "gato" salda as dívidas das pensões onde os trabalhadores se hospedam à espera de trabalho.

As ferramentas de trabalho são cobradas do trabalhador. Os preços praticados nas cantinas — amazeis — seguem uma tabela arbitrária. A dívida se transforma em um instrumento eficaz para reduzir os trabalhadores à sujeição.

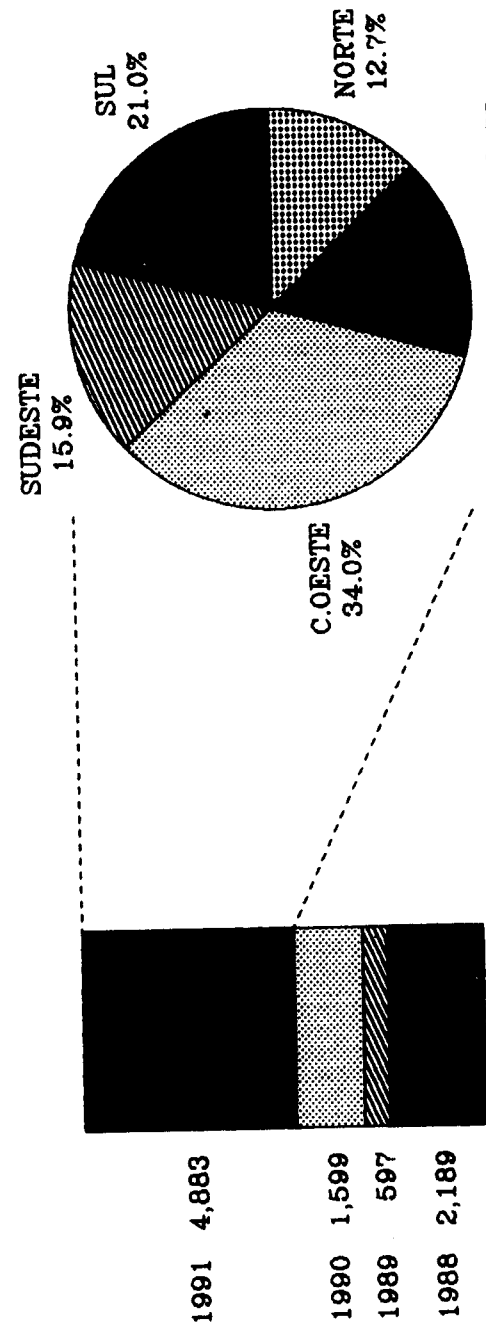
Além da enganação do salário proposto, da dívida impagável, cujo montante, às vezes, nem é dado a conhecer ao interessado, os trabalhadores são cercados no seu direito de ir e vir por pistoleiros armados e com ordem de matar em qualquer tentativa de fuga. Não é rara a apreensão de documentos pessoais.

Estes são exemplos de casos que chegam à CPT. Casos onde humilhações e torturas são rotina.

Apesar destes, e do entendimento doutrinário, frequentemente setores do Poder Público desconhecem, segundo seus relatórios, a situação.

Ora, se um trabalhador é levado a uma constante dívida com o empregador, se não recebe seu salário, se não lhe é permitida a escolha de onde fazer suas compras, se é ameaçado com prisão ou morte caso tente escapar, e se tudo isso é feito com o propósito de prendê-lo ao trabalho, não está presente aí a *subjugação*, elemento essencial para a caracterização do crime?

Trabalho escravo (1988-91)

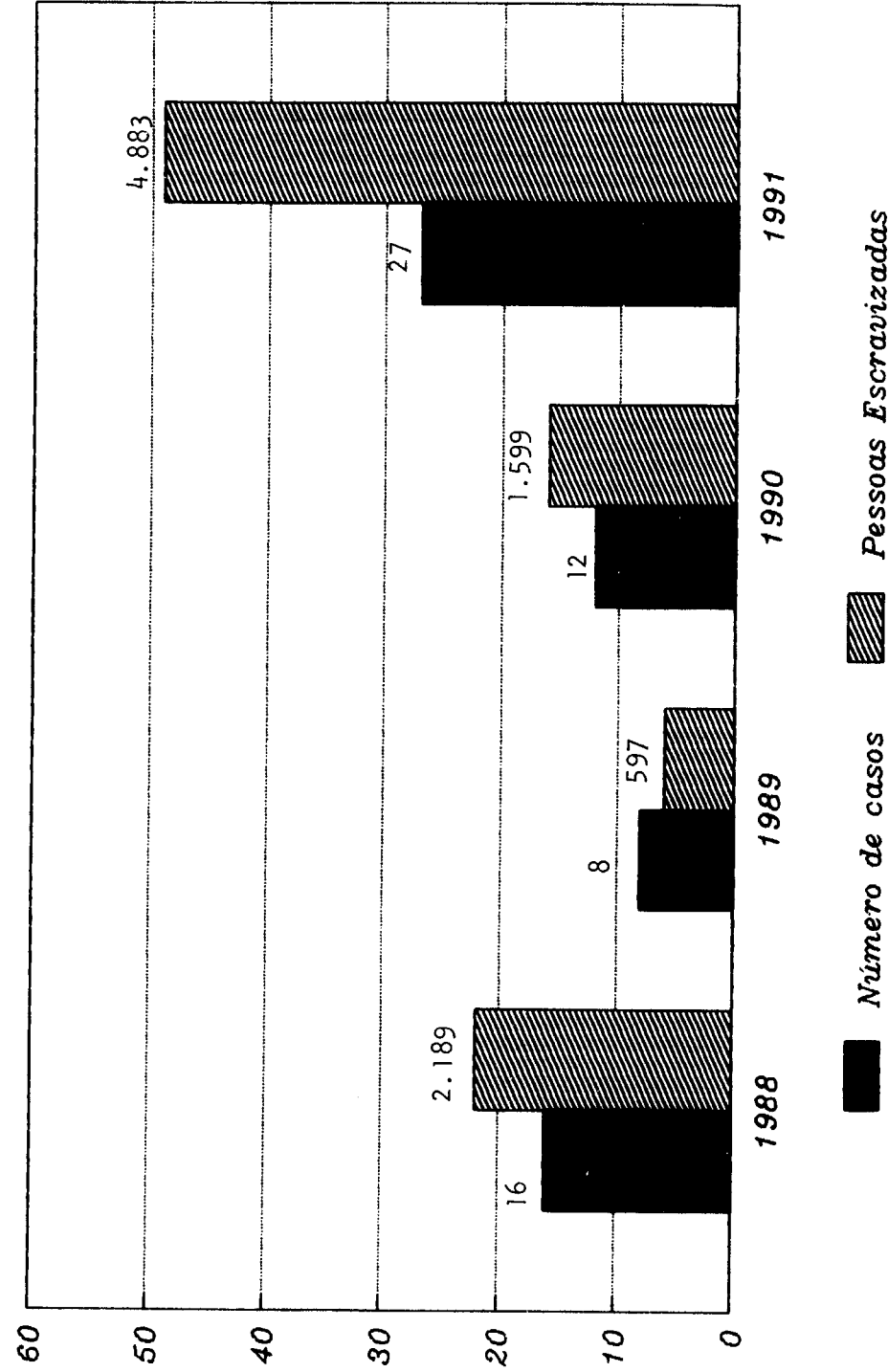


NUM.PESSOAS 1988-91 1991: POR REGIÕES

FONTE: CPT NACIONAL

Trabalho Escravo

QUADRO COMPARATIVO (1988-91)



Fonte: CPT Nacional

2. A SITUAÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

São inúmeras as denúncias documentadas feitas por trabalhadores que conseguiram fugir da escravidão. Interessante destacar que, consumando-se a fuga, os peões ansiosamente procuram denunciar a situação, seja a autoridades ou a entidades que os apóiem. José de Souza Martins fala que, nas épocas do ano em que as fazendas precisam de mais mão-de-obra, o número de trabalhadores submetidos a condição análoga à de escravos chega, em todo o país, a 40 mil.

Nos últimos quatro anos, temos recebido e registrado crescentes denúncias desses fatos (Cf. Quadros).

Ano	Nº de casos	Nº de pessoas envolvidas
1988	16	2.189
1989	8	597
1990	12	1.599
1991	27	4.883
Totais	63	9.268

Estados que mais utilizaram o trabalho escravo:

Estados	Lugares/casos	Nº de pessoas
AL	1 Usina S. Simão	1
AM	1 fazenda	56
BA	1 Usina N. Aliança	800
ES	1 Lasa Agro.Ind.	587
GO	1 fazenda	194
MA	1 fazenda	19
MT	15 fazendas	2.787
MS	3 (2 faz. e 1 usina)	446
MG	1 Emp. Rodas S/A	80
PA	21 fazendas	1.322
PR	1 Faz. Canaã	5
RJ	5 fazendas*	243
RS	4 fazendas	1.028
RO	1 fazenda	900
SP	5 fazendas	550
TO	1 fazenda	250
Totais	63 fazendas	9.268 pessoas

* Uma mesma fazenda foi denunciada em 1989 e 1991.

O Estado em que mais foram registrados casos de trabalho escravo foi o Pará. Entretanto, foi registrado maior número de trabalhadores no Mato Grosso.

3. ONDE O TRABALHO ESCRAVO É MAIS UTILIZADO

Desmatamento

Para fazer derrubadas e benfeitorias em regiões da Amazônia (Pará, Mato Grosso e Rondônia), as empresas transportam peões até de avião e os mantêm sob a vigilância dos "gatos" e pistoleiros, até terminarem o serviço. Se o governo brasileiro utilizasse efetivamente os mecanismos de controle ao seu alcance para fazer cumprir a legislação trabalhista, impediria o trabalho escravo e reduziria a destruição do meio ambiente, tornando-a mais cara para as empresas.

Usinas de álcool e açúcar

Utilizam intensivamente mão-de-obra escrava de outros estados nas épocas do corte da cana, alojando-os em condições subumanas, obrigando-os a pagar pelos instrumentos de trabalho. Muitas vezes, os escravos são, inclusive, crianças, mulheres e índios. Já houve denúncias em São Paulo, mas elas vêm acontecendo mais no Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Corte de madeira

No fabrico de carvão ou desmatamento para outros fins industriais, as empresas colocam os trabalhadores em abrigos precaríssimos e regiões distantes onde a liberdade é, normalmente, tolhida, de modo que os trabalhadores ficam realmente sujeitos. Houve casos no Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Em 1991, foram encontrados escravos na propriedade de um hortigranjeiro em São Paulo. Crescem as denúncias das péssimas condições de trabalho nas plantações de tomate, com utilização até de mão-de-obra infantil.

4. A ATUAÇÃO DO ESTADO

A responsabilidade de fiscalizar as condições de trabalho é atribuição do Ministério do Trabalho, hoje quase desativado. Apurar os casos de trabalho escravo, na esfera criminal, é responsabilidade da Polícia Federal (PF).

Pode-se dizer que os órgãos do Estado não descobriram um caso sequer de trabalho escravo. Só a denúncia dos que conseguiram fugir, apoiados depois por sindicatos, Pastoral da Terra e outras entidades, fez esses órgãos do poder público agirem, ainda assim precariamente.

Os que sempre negaram a existência do trabalho escravo não esperavam que durante o depoimento do Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, na CPI da Câmara dos Deputados, que investiga as causas de violência no campo, fosse aparecer um trabalhador do Pará denunciando que fora submetido à condição de escravo em uma fazenda do Estado de Goiás (*Folha de S. Paulo*, 27/6 de 1991, folha 1-9).

Alguns pistoleiros foram presos em 1991, no Estado do Pará. Mas é raro um inquérito policial que investigue esse tipo de crime ser concluído. E não existe inquérito que tenha incriminado um fazendeiro incurso nesse delito penal. No Ministério do Trabalho é costume promover acordos entre patrão e trabalhador, obrigando o empregador a pagar salários e passagens de volta, sem caracterizar a relação de escravidão. O "gato" Wilkens Jorge Martins, responsável pelo recrutamento de trabalhadores para serem escravos na fazenda Arizona, em Redenção (PA), e dez pistoleiros foram denunciados pelo Ministério Público, em 1990, e estão aguardando julgamento.

Nestes casos é preciso destacar a importância do trabalho realizado pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria Geral da República.

A questão do trabalho escravo foi objeto de um Seminário realizado pela Assembléia Legislativa do Ceará nos dias 21 e 22 de novembro de 1991, onde também se instalou uma CPI para investigar as denúncias de tráfico de trabalhadores e trabalho escravo.

A CPI chegou a apurar o tráfico de trabalhadores de Moçamba para Imperatriz, no Maranhão; de São Benedito para o imóvel Boa Esperança, em Rio Bonito, Rio de Janeiro; e de Pedra Branca para Leme, no interior de São Paulo (*Jornal O Povo* — Fortaleza, 21/11/91).

Também a Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso instalou uma CPI.

A Comissão realizou diligências na Usina Rio Branco. "Nessa oportunidade verificaram a constatação das denúncias feitas pelos trabalhadores, bem como puderam ouvir e ver tantas outras transgressões e afrontas às leis trabalhistas e aos mais elementares Direitos Humanos."

Em Poconé, Destilaria Coocap, localidade de Chumbo, a Comissão constatou: "Ali trabalhavam centenas de canavieiros, em condições subumanas, depois de terem sido atraídos por promessas sedutoras dos representantes da destilaria.

Esses canavieiros denunciaram péssimas condições de alojamento, comida pouca e ruim e pagamento apenas simbólico por 12 horas de trabalho diário. A inexistência de assistência médica agravava o quadro, pois naquelas condições eles adoeciam com frequência."... "Havia inúmeros menores trabalhando no corte de cana."

O relatório da CPI diz: "...as usinas empregam trabalhadores, em sua maioria, advindos e recrutados nos estados da região nordeste do Brasil e que as obrigações trabalhistas não são respeita-

das, bem como as condições de trabalho e liberdade oferecidas são precárias e restritas. Esses fatos são, portanto, comuns às usinas instaladas no Mato Grosso.

Observamos também a singular complacência das autoridades policiais e trabalhistas aqui instaladas".

E continua o Relatório:

"...como faltaram as condições descritas pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social, todo o trabalho se transforma em trabalho escravo".

A ação dos empresários, grileiros e pistoleiros; a ação ou omissão do Estado; e a resistência dos trabalhadores, nestes casos, configuram um processo sobre o qual se pode afirmar: a exploração do trabalho escravo no campo brasileiro não é uma exceção. É, antes, uma regra que se exprime de modo diferenciado nas diversas regiões do país. Mas está presente em todas elas. Faz parte dos métodos utilizados pelos "empresários" agrícolas para assegurar artificialmente o fornecimento de mão-de-obra. Esta prática acontece em determinadas situações, onde o regime assalariado rebaixaria sua taxa de lucro, ou simplesmente inviabilizaria a empresa. Em tais situações os "empresários", muitas vezes contando com a omissão ou a cumplicidade do Estado, não hesitam em lançar mão da mais retrógrada e desumana forma de exploração: a escravidão.



Foto: Damião Sanchez



O homem faz parte da natureza, destruí-la é destruir a si mesmo

Fica evidente que a modernização da agricultura brasileira e a incorporação de tecnologias avançadas não foram acompanhadas pela modernização das relações de trabalho. Debaixo das boas maneiras e do “discurso técnico” dos novos empresários rurais se escondem as esporas e o rebenque do antigo senhor de escravos.

Apresentar-se como uma nação democrática e abrigar, ao mesmo tempo, crimes dessa natureza, é uma contradição insanável. A luta dos trabalhadores contra a exploração

de mão-de-obra escrava inclui a pressão permanente sobre o Estado para punir os responsáveis maiores, os grandes proprietários de terra, os usineiros. A punição não pode ser outra senão a desapropriação incontida do imóvel onde se submetem os trabalhadores a tão degradante situação, para fins de reforma agrária.

É preciso que a sociedade brasileira vá além. É preciso incluir este crime no rol dos crimes hediondos, imprescritíveis.

V

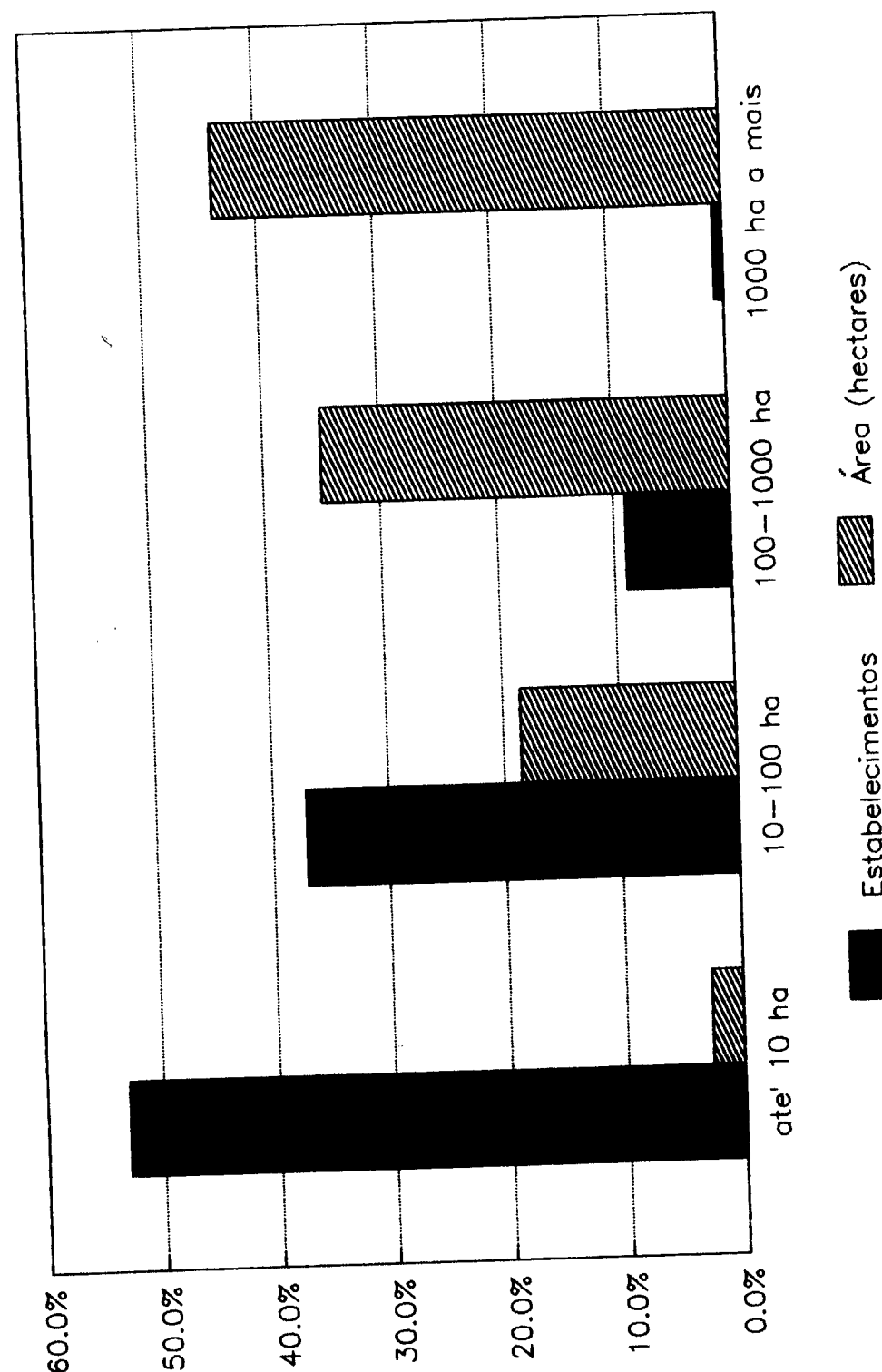
O ESTADO NEOLIBERAL: PRÊMIO E CASTIGO



Do lixo da história, surge uma flor — o cacto resistente

Foto: Elias Brandão

Brasil: Concentração Fundiária Censo Agropecuário do IBGE (1985)



1. INTRODUÇÃO

O período 1990/91 foi provavelmente o pior das últimas décadas para os produtores e trabalhadores rurais. A revolução verde, introduzida no Brasil nos anos 50-60, criou a dependência de sementes selecionadas e de produtos químicos. Agora, dependente, o campo se viu abandonado pelo Estado, sem subsídios, sem créditos acessíveis, sem preços garantidos. Na situação criada, isso significou incapacidade de organizar a produção com autonomia.

Nos mesmos anos 50-60, também a luta popular pela terra cresceu, exigindo o reconhecimento político dos camponeses sem terra e o fim do poder oligárquico baseado no coronelismo dos grandes proprietários. Foi dura a repressão que se abateu sobre esta afirmação de direito e de cidadania. Seja em tempos de ditaduras, seja nos tempos conservadores da "nova república" e do "Brasil Novo", sempre estiveram combinadas as ações das milícias privadas dos grandes proprietários com os apoios das forças policiais-militares e as ações e omissões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A violência foi a marca das ações do Estado e do monopólio capitalista da terra contra os camponeses. Este Relatório de 1991 demonstra como ela continua até hoje.

Olhando o Brasil de 1991, o jeito é concordar com Raymundo Faoro, em sua entrevista de janeiro de 1992 à revista *Istoé Senhor*: o plano desse governo é encolher o país: matando as crianças, massacrando os velhos, desempregando os jovens. Deveríamos acrescentar: acabando com as comunidades de pequenos produtores rurais.

O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, destinada a apurar as origens, causas e consequências da violência no campo brasileiro, chegou a conclusões importantes em suas investigações e diligências pelo país.

Diz o relatório que o Estado brasileiro tem sido agente ativo e passivo, tanto da violência física e jurídica contra trabalhadores rurais e camponeses, como da concentração fundiária no país. "A ausência, a omissão e a má atuação do poder público" foram destacadas pela CPI como "razão alimentadora da violência no campo".

E ainda, em suas conclusões e recomendações, diz o referido documento: "...não escapa à percepção de qualquer pessoa, desde que medianamente inteligente, que no cerne de tudo, na base de toda violência rural está, imediatamente, a injustiça social que grassa neste país, de norte a sul; a concentração de terra e de riquezas nas mãos de poucos potentados que detêm o controle até sobre poderes constituídos da República, em qualquer esfera; a impunidade com que se protegem esses potentados e seus prepostos; o desaparecimento dos órgãos encarregados tanto de prover a ordem, como de distribuir justiça de forma ampla, perfeita e gratuita. Desaparecimento e corrupção, binômio difusamente espalhado pelos quatro cantos".

Nos últimos dois anos, nos diz o professor de economia da UNB Dércio Munhoz, a política do governo colocou o Estado e a economia em estado de coma, sobrevi-

vendo, mas sem capacidade de reagir. E tudo para merecer "crédito" dos representantes dos governos e bancos credores de nossa dívida externa, provando que este governo tem decisão de seguir à risca as receitas de política econômica indicadas pelo Fundo Monetário Internacional — FMI.

O fato é que esse governo fez sua opção: tudo merece ser sacrificado em favor do pagamento da dívida externa! Se a consequência é a fome e a morte, o cinismo ocupa o lugar da ética — apesar do seguido uso do nome de Deus em vão —: "É um sacrifício inevitável, o custo social do ajuste estrutural necessário". E, mesmo contra as evidências, continua o cinismo: "Pode demorar e ser custoso, mas logo o progresso voltará".

É bom que se diga, desde já: a criação de melhores condições de vida e a realização de alguma reforma agrária não fazem parte da nova "carta de intenções" do governo brasileiro aprovada pelo Fundo Monetário Internacional. Nem faz parte do Programa de Ajustes Estruturais, "proposto" pelo FMI e aceito pelo governo brasileiro. O compromisso principal é este: garantir saldo de caixa para honrar os compromissos junto aos credores internacionais. E para isso, vale tudo. Até continuar promovendo e garantindo total impunidade aos que praticam toda sorte de violência, e que matam, para defender o privilégio de suas grandes propriedades. Ou fechar os olhos diante da mortandade e ameaça à saúde provocadas pela aplicação de produtos químicos agrícolas já proibidos nos países mais ricos. Ou mesmo aceitar que preços e taxas de lucro das indústrias continuem muito mais altos do que em outras partes do mundo, enquanto os salários despencam para um dos níveis mais baixos de todo o planeta.

Aprofundemos juntos, dando alguns passos para dentro dessa realidade que a todos nos aflige e interroga.

2. O "EFEITO TESOURA" DA POLÍTICA

Já é tradição brasileira: não se apóia o pequeno produtor. Ele é tratado como um "atraso". Gordos subsídios e empréstimos são concedidos exclusivamente aos grandes proprietários, apresentados como "capazes" de promover a "modernização" de que a agricultura voltada para a exportação necessitaria.

Em 1990/91, o que já era tradição virou verdadeira tragédia: os pequenos produtores viveram o que se pode chamar política da "tesoura": de um lado, o fio cortante da falta de recursos adequados; de outro, o corte certo da queda dos preços de seus produtos no mercado. Esta prática governamental foi apresentada como sendo "liberalização do campo", promovendo o "mercado" como regulador da produção.

Somando a diminuição da produção dos pequenos, tocada por sua conta e risco, com a queda da colheita dos grandes produtores, irritados com a falta de subsídios, o Brasil produziu a menor quantidade de grãos dos últimos 10 anos. E tornou-se, por isso, o segundo maior importador de alimentos do mundo. O desabastecimento do mercado

de alimentos só não foi maior por conta da queda do poder de compra dos salários no mesmo período, promovida pelo governo.

Outro fenômeno tornou ainda mais penosa a situação para os pequenos produtores e para os consumidores: sua submissão aos grupos econômicos que monopolizam setores da industrialização e da distribuição dos alimentos. A ação dos monopólios determina, por um lado, a descapitalização dos produtores e, por outro, penaliza os consumidores, cada vez menos consumidores em razão do arrocho dos salários.

Os pequenos produtores teimaram, foram criativos, apresentaram propostas, brigaram. Mas não foram ouvidos. Foram reprimidos em suas manifestações. Foram tratados, uma vez mais, como cidadãos de segunda classe.

O mesmo tratamento foi dispensado aos posseiros e aos trabalhadores rurais sem terra que lutaram pelo seu direito à vida e à terra. Sofreram toda sorte de violência: despejos judiciais apressados e injustos; massacres policiais; abandono total dos assentados ou acampados. Por outro lado, grassou a impunidade para os assassinos, para os mandantes dos crimes; a impunidade para os intermediários e contratantes de trabalho escravo... Os poucos avanços alcançados são mérito absoluto dos camponeses, de suas organizações e aliados. Não apenas na conquista da terra. Mas nas conquistas sociais que eles definem como "condições" para a vida no campo: a escola, os serviços de saúde, o respeito à cultura, a vida comunitária, a religião, a liberdade...

3. A REFORMA AGRÁRIA NA TV

Em 1991, o governo federal anunciou pelo menos cinco vezes que iria dar início ao seu plano de reforma agrária. E sempre com pompa e brilho, em cerimônias palacianas ou em outras oportunidades institucionais, algumas delas transmitidas obrigatoriamente a todo o país. Sempre prometendo a liberação de bilhões e garantindo o assentamento de milhares de famílias nas melhores condições imagináveis.

Nada disto saiu do papel. Ou melhor, nada saiu das imagens de televisão. Até prova em contrário, o "plano" não passa de mais um exercício de "criar imagem". Concretamente, esta foi a prática:

- Nada de reforma agrária. Nada, simplesmente. Para ser mais exato, o governo Collor realizou 8 desapropriações. Uma delas, em Marabá (PA), outras três em Bataiporã (MS). A fazenda Ipiranga, de Marabá, já tinha sido doada ao GETAT — quem sabe a que "preço"? —, mas não tinha sido

demarcada por ele! Das realizadas no MS, a fazenda S. João teve seu ato de desapropriação contestado no Supremo Tribunal Federal em julho de 1991. Outras três foram áreas cujos decretos de desapropriação, assinados por Sarney, haviam caducado.

- O ministro Cabrera disse que a demora na desapropriação de 1 milhão de hectares se deveria à emissão anterior de TDAs falsos! TDAs são os famosos "títulos da dívida agrária", papéis do governo para pagar desapropriações.
- Por fim, até julho o Ministério dispunha apenas de 5% do seu orçamento para 1991. O restante dos 400 bilhões estava bloqueado pelo Ministério da Economia. Que estava negociando com o FMI se deveria ou não liberar recursos para a reforma agrária!
- O Programa da Terra, anunciado em 24 de janeiro de 1992, apresentou a reforma agrária como um conjunto de medidas localizadas e de caráter social. Ficou claro que não se trata de um programa de reforma agrária, mas de medidas de adequação da estrutura fundiária ao modelo de produção agrícola baseado na expansão dos complexos agroindustriais e da agricultura de exportação. Em outras palavras, com o Programa da Terra, Collor/Cabrera pretendem aprofundar o modelo agrícola concentrador de terra, renda e tecnologia que vem sendo praticado desde os governos militares.
- O Programa da Terra não trata de desapropriações. É sempre bom lembrar que não se faz reforma agrária sem desapropriações. A maior parte dos recursos disponíveis serão destinados a obras de infra-estrutura nos municípios. Ou seja, o Programa da Terra será um mecanismo de distribuição de recursos às prefeituras com o objetivo de recompor a base política do governo Collor nas eleições municipais de



Oração, protesto, exigência. Romaria da terra — São Mateus — ES

Foto: Damião Sanchez

3 de outubro. Além desse objetivo, o governo reforça seu discurso para enfrentar a ECO 92, onde seguramente será questionado sobre a agricultura que se pratica no Brasil e sobre a preservação ambiental.

É oportuno lembrar que o mesmo Cabrera, que com a mão esquerda oferece à nação o Programa da Terra, com a direita articula a bancada dos latifundiários no Congresso Nacional para bloquear a regulamentação do Art. 185 da Constituição, que define a "propriedade produtiva". Deste modo ele inviabiliza qualquer medida prática de encaminhamento da reforma agrária e ainda atribui ao Congresso a responsabilidade pelo imobilismo.

Ainda no Congresso, os partidos que dão sustentação ao governo Collor bloquearam a aprovação da mudança do Imposto Territorial Rural, de 8% para 18%. Era proposta do governo. Foi derrotada. Quando sofre uma derrota como essa, o Governo simplesmente acata, para não enfrentar mais uma área de atrito com sua base parlamentar. A exceção foi a regulamentação do Artigo que define a pequena e média propriedade, quando os setores progressistas do Congresso fizeram valer seu ponto de vista.

Em relação ao tradicional pretexto da "falta de recursos", resta saber por que razões não se vai mais a fundo na investigação sobre os caminhos que levaram aos vergonhosos acordos do governo com os usineiros do Nordeste. O calote chega a Cr\$ 532,8 bilhões! (OESP, 18-6-91, p. 1). Além disso, seria preciso recuperar os bilhões roubados nas negociações, corrupções e sonegações de impostos e taxas... Afinal, como é que nunca faltam recursos para esses "amigos do poder"?

4. A TRAGÉDIA DA MIGRAÇÃO FORÇADA

Até o programa Globo Rural terminou mostrando para onde está sendo jogada a população "sobrante" do campo: em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, entre 1989 e 1991, o número de favelas deu um salto de 600 por cento: pulou de 2 para 14!

Este foi apenas um exemplo. Ele indica o destino e as condições de vida das vítimas da expulsão do campo para as cidades. Mas esta não é a única direção da migração hoje em dia. A imagem mais humilhante transmitida pela televisão foi na direção contrária: governos municipais pagando despesas de viagem para as famílias voltarem aos seus lugares de origem! A cidade não comporta tanta gente e não há empregos; a vida nos lugares de origem seria menos dura.



Ocultar-se, uma vez mais, a verdade: a migração não foi voluntária, livre, realizadora de ascensão social; a migração tem sua origem na expulsão, na violência contra a luta pelos direitos dos camponeses, na violência do abandono em relação aos direitos à saúde, à educação, ao lazer, à terra, à água, ao salário, à dignidade de viver e de pensar o futuro para os filhos.

Assim sendo, não dá para medir a profundidade da violência contida nesta "gentileza" dos governantes urbanos. Em lugar da promoção e defesa do direito à vida dos empobrecidos, algumas administrações públicas preocupam-se com a "limpeza das cidades". Do mesmo modo que o grileiro/proprietário/empresário agrícola "limpa" a sua terra dos que atrapalham ou ameaçam seus privilégios, rendas e eventuais lucros. Usa-se e abusa-se do "morador", objeto de "favores" do oligarca rural ou urbano.

Onde viverão os brasileiros?! Nas regiões pobres do Nordeste, sujeitos a morrer de fome e de sede por causa da seca, da "indústria da seca", da cerca que torna pro-



priedade privada e privilégio a água, a terra, a vida? Ou em Rondônia, de onde, nos últimos anos, parte mais gente do que chega, fugindo da falta de "condições para viver"? Onde?!

5. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ALIMENTOS: "FAÇA O QUE EU DIGO, NÃO O QUE EU FAÇO"

O velho provérbio está na praça, valendo mais do que nunca. Aquilo que para os antigos acontecia nas relações pessoais, agora é regra nas relações internacionais. É um dos efeitos da internacionalização do mercado. E como anda na moda falar só dos bons serviços e poderes do tal mercado, aqui pode estar uma de suas falsidades, ajudando a gente a arrancar a máscara desse "deus" apresentada pelos pensadores e políticos neoliberais.

Onde está a falsidade? Uma de suas caras foi mostrada nas reuniões e tentativas de negociações do GATT. Ele é um organismo criado para vigiar e corrigir as tarifas e preços dos produtos que são comercializados entre os diferentes países. Fazem parte dele os países que costumam vender e comprar produtos no mercado internacional e querem defender seus interesses. Pela letra de seu estatuto, ele deveria cuidar para que nenhum país fosse prejudicado no comércio internacional. Na prática, porém, a "teoria" é outra: até hoje ele tem feito valer regras que só favoreceram os países mais ricos e mais poderosos.

E agora, na chamada "Rodada Uruguai" do GATT, exige dos países com "dívida externa", que acabem com todo tipo de subsídios e taxas de importação para produtos agrícolas, por uma pequena redução dos mesmos subsídios em seus países! Nenhum deles, na prática de seus países, é contra os subsídios. Nem contra a "proteção" de produtos nacionais. Basta pensar no Japão, que não deixa entrar no país um só grão de arroz, mesmo que o seu arroz seja o mais caro do mundo! Alguns deles querem que os outros baixem o montante dos subsídios e as taxas de importação, facilitando o comércio entre eles. Nada mais do que isso.

Desse jeito, fica fácil "provar" que a agricultura praticada nos países ricos é mais avançada e tem até preços menores que os produtos dos países pobres. É que na agricultura e nos preços ficam escondidos subsídios, em média, de mais de 40 por cento.

Procuremos entender. Se caíssem os subsídios nos países ricos, a produção agrícola começaria a ter os preços marcados pelo mercado. Estariam, provavelmente, 40% acima dos atuais. Com isso, os produtos agrícolas dos países pobres teriam muito mais condições de vencer a concorrência. Já a agricultura dos ricos entraria em crise e seus países ficariam cada dia mais dependentes das importações. E isso eles não querem para eles. Seria perigoso!

Agora, como é possível que o Brasil, por exemplo, continue exportando, concorrendo com os preços subsidiados dos países ricos? E como é possível vender nossos produtos no mercado interno, evitando a concorrência dos preços dos produtos subsidiados nos países de origem?

Aí é que está o segredo da história. No Brasil, nós, brasileiros, pagamos preços mais altos pelos produtos que não são exportados, mais altos que os preços de exportação. Assim mesmo, exportar é bom negócio. O governo isenta taxas, impostos e oferece subsídios a este setor. É uma forma indireta de subsidiar a nossa agricultura. Só que, em lugar dos agricultores, quem recebe o ouro dos subsídios são os exportadores.

Atenção: seja na forma de preços altos, seja na forma de isenções e subsídios, somos nós brasileiros que tornamos possível a exportação. O governo retira de toda a sociedade os recursos que passa aos exportadores e, indiretamente, aos consumidores dos outros países. A forma em que aparece esse pagamento que fazemos é o aumento da fome e da miséria, fruto do desemprego, dos salários cada vez mais baixos que a maioria vai recebendo.

Se o Brasil optasse por seguir a prática dos países ricos, em lugar de submeter-se às suas receitas para os países pobres, não significaria favorecer só os exportadores e a agricultura de exportação. Nem só os grandes empresários. Seria melhor se seguissemos também o seu exemplo anterior: fazer uma profunda reforma agrária e basear a produção no trabalho dos pequenos e médios produtores, quase sempre organizados em cooperativas e associações de promoção e defesa de cada tipo de produto. E, inovando, promover uma agricultura ecológica, superando o modelo de agricultura química que envenena produtores, consumidores, águas e todo o meio ambiente. Com isso, democratizaríamos a terra, a renda e a tecnologia, reanimando o nosso mercado, diminuindo nossa dependência dos países ricos e poderosos.

Tudo indica, porém, que essas transformações sociais só acontecerão aqui seguindo um caminho diferente. Por aqui não existe burguesia nenhuma interessada em promover reforma agrária. Quem propõe essa transformação da sociedade brasileira e luta para isto são os posseiros, os camponeses sem terra, os pequenos produtores familiares, os povos indígenas. Junto com eles, é necessário incorporar a organização dos trabalhadores urbanos, seus sindicatos, entidades e associações e todos os que entendem e apoiam sua proposta e os aceitam como protagonistas desta reforma social. A reforma agrária é parte inseparável da questão nacional. Através dela os camponeses estão construindo sua cidadania, afirmando seu direito de viver e participar da sociedade brasileira como camponeses, com sua visão de mundo, sua cultura, seus valores.

6. RECEITUÁRIO DA DEPENDÊNCIA

A opção do governo, assumindo as receitas de política econômica do FMI, está cheia de contradições. Basta examinar as receitas para dar-se conta delas. Veja:

- desvalorizar a moeda local;
- diminuir os gastos governamentais em serviços públicos;
- impor controles sobre os salários;

- reduzir os controles sobre o comércio e o câmbio internacional;
- restringir o crédito local;
- reduzir o papel do Estado na economia.

O FMI quer que o Estado seja fraco em relação a algumas coisas, mas quer que continue bem forte em outras. O Estado deve ser fraco na hora de controlar o funcionamento dos negócios, na hora de concorrer com os capitalistas, na hora de defender os interesses nacionais. Nessa hora, exige-se total liberdade, "mercado".

Mas, quando se trata de salários, serviços sociais públicos e crédito — isto é, capacidade de crescimento do mercado local, nacional —, aí o Estado deve ser forte, para ser capaz de impor controles sobre os salários, reduzir o crédito, diminuir os gastos governamentais em serviços públicos... O Estado deve ser forte para desmontar o mercado local e para diminuir o seu próprio peso na economia! Para estes capítulos, "mercado", liberdade, só depois que o Estado fizer as devidas correções! Isto é, só depois que estiverem garantidas as melhores condições para o "bom" capitalismo internacional. A partir dali, ele mesmo garantirá ser um "capitalismo democrático". Uma democracia que valerá, é claro, para os participantes do mercado, para os que tiverem sobrevivido aos "ajustes estruturais" realizados pelos governantes, sob inspiração do FMI. Hoje, no Brasil, este setor da sociedade não ultrapassa 15% da população.

Não podemos esquecer: este receituário obriga a seguir exatamente o caminho contrário ao andado pelos países hoje enriquecidos. Antes de "abrir-se ao mercado externo", cada um deles firmou o seu mercado interno. Ao "abrir-se" eles procuraram defender a sua produção. Na verdade, eles procuraram mercados para os seus produtos. E não apenas industriais. Também para sua produção agrícola sobrando. E para garantir a produção agrícola necessária, distribuindo, ao mesmo tempo, a renda nacional e o poder, eles fizeram reformas agrárias profundas, retirando as terras das mãos dos improdutivos e poderosos senhores, entregando-as aos camponeses desejosos e necessitados de cultivá-las.

Quando se diz "fizeram", é importante lembrar que a melhor distribuição da renda, a realização da reforma agrária e o reconhecimento e garantia de direitos sociais foi uma conquista da sociedade, dos camponeses e dos assalariados. Nada foi "natural", fruto do desenvolvimento do capitalismo, iniciativa bondosa das elites.

VIDA COMO PROPRIEDADE INDUSTRIAL!

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 824/91, elaborado pelo Governo Federal. Esta lei, se aprovada pelo Legislativo, regulará direitos e obrigações relativas à propriedade industrial (Art. 1º).

Em seu Art. 18, Parágrafo 1º, o projeto propõe o patenteamento 1) de microorganismos em si, processos microbiológicos e produtos resultantes dos processos microbiológicos. Aprovada tal qual está, a futura lei garantirá, como consequência imediata, uma imensa reserva de mercado de sementes (cerca de US\$ 1 bilhão ao ano) para algumas multinacionais do ramo, que também produzem fármacos 2) e agrotóxicos.

O Governo brasileiro tem cedido invariavelmente às pressões internacionais sem levar em conta as reivindicações de diversos segmentos nacionais. Exemplo disso foi o pronunciamento da funcionária da Embaixada dos EUA, Carla Hills, durante sua visita ao Brasil, em junho de 1990: "Hills insistiu várias vezes sobre a necessidade de que o Brasil passe a reconhecer a propriedade intelectual de fórmulas farmacêuticas e outros bens criados pela indústria americana e consumidos no Brasil. Ela disse que só depois disto o Brasil conseguirá atrair investimentos com transferência de alta tecnologia" (ver *Jornal do Brasil* e *Gazeta Mercantil* de 7.6.90). O Sr. Quayle, vice-presidente dos Estados Unidos, fez o mesmo em agosto de 1991, por ocasião de uma visita ao Brasil (ver Rosseto, Carlos Jorge — in *Jornal do Comércio* de 15/16.9.91). Em 1991, o Governo Collor cedeu a mais essa pressão.

Do ponto de vista ético existem obstáculos ao patenteamento de seres vivos. O Art. 10, inciso IX, do PL 824/91, dispõe sobre o patenteamento de "material biológico não modificado que se encontre na natureza". Ora, a vida, sob nenhuma hipótese, pode ser patenteada por um inventor ou empresa, já que se constitui um dom de Deus, e um patrimônio inalienável da humanidade. É, portanto, imoral que qualquer legislação proponha tal absurdo que, inclusive, é inconstitucional. Em seu Capítulo VI, Art. 225, a Constituição Federal dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado 3).

As consequências inevitáveis da aprovação do PL 824/91 serão: 1 — Inibição, ainda maior, da pesquisa e produção de tecnologia no Brasil; 2 — criação de uma imensa reserva de mercado para as multinacionais dos setores farmacêutico, químico e alimentício, com consequente aumento dos preços destes produtos para os consumidores; 3 — ameaças à diversidade biológica do país e; 4 — sacrifício da pequena e média propriedades rurais.

Finalmente, podemos concluir que o PL 824/91 não é de interesse da sociedade civil brasileira. Ele não passa de mais um projeto de dominação dos ricos sobre os pobres. Mais uma vez o governo neoliberal de Collor coloca-se contra a sociedade para atender a interesses de grandes grupos econômicos.

1. Relação contratual entre o inventor e o Estado em que é assegurado o monopólio do invento ao inventor por um período limitado de tempo. O inventor, de sua parte, torna público o invento e seu processo.
2. Matérias-primas para fabricação de produtos farmacêuticos.
3. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Se este foi o "seu caminho", quais as razões para "re-ceitar-nos" o caminho oposto? Não será este apenas o "caminho das pedras"?

Um tecnocrata, do feitiço desses do FMI, teria revelado, falando do Brasil: "Não podemos admitir um outro Japão

abaixo da linha do Equador!" Se é assim, eles querem que nós sejamos fracos, sem capacidade autônoma de produção, de tecnologia...

Querem que sejamos parte dependente do seu mercado, contribuintes do caminho que os favorece.

Mas e quais as razões para que nossos governantes façam suas essas receitas do FMI? Só pode ser porque as elites brasileiras participam das vantagens criadas por este receituário político. Elas devem achar ótimo "diminuir" o Estado em tudo que atrapalha a realização de seus lucros, juros, rendas, negócios. Como é ótimo que o Estado seja forte para diminuir salários — não de todos, mas da maioria —, diminuir gastos governamentais em serviços públicos. Garantida a exportação, garantida a margem de lucros, garantida a privatização de empresas e de serviços públicos, esse mundo não é assim tão ruim...

Ruim mesmo, cada dia mais trágica, vai ficando a situação dos que vêm diminuir suas chances de trabalho, vêm cair o poder de compra de seus salários, vêm fechar as portas de qualquer reforma agrária, vêm desaparecer os serviços públicos de saúde, educação, previdência social... Se não tiverem teimosa criatividade, estão realmente condenados à morte.

Este é o quadro mais geral da política que nos ajuda a entender por que esse governo não tem nenhum interesse de realizar a reforma agrária. Por mais que ele anuncie,

ameace, faça promessas, apresente desculpas. A reforma agrária não faz parte da sua opção política.

Assim sendo, ela continua, na forma da luta pela terra, uma bandeira dos camponeses sem terra e da sociedade brasileira. Ela é uma necessidade política. Ela é a quebra indispensável do poder oligárquico assentado no monopólio capitalista da propriedade da terra no Brasil. Sua realização, por tudo isso, será uma conquista da sociedade. E sua realização comporta uma verdadeira transformação social, criando-se espaços e oportunidades para que as comunidades camponesas sobrevivam e contribuam para que esta sociedade seja democrática e pluralista, justa para a geração atual e para as futuras gerações.

Os dados da violência que publicamos neste relatório são indicação clara de que persiste uma luta política no campo brasileiro. De um lado, os que praticam e apóiam uma política de concentração oligárquica da terra, da renda, do direito e do poder. De outro, os que praticam relações democráticas e humanizadoras e, através da luta pela terra, pela agricultura alternativa, pela garantia dos direitos trabalhistas, pela saúde, pela boa escola, lutam pela democratização real da sociedade brasileira, destruindo as bases do poder oligárquico que controla as condições de liberdade da população. É urgente que entendamos o significado desta luta e encontremos a melhor maneira de participar em seu desenvolvimento.

Quadro 1

QUADRO COMPARATIVO — CONFLITOS NO CAMPO (1985-91)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
CONFLITOS DE TERRA							
Número de conflitos	636	643	582	621	500	401	383
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	49
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	242.196
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722 *
CONFLITOS TRABALHISTAS							
Número de conflitos	76	95	109	59	66	47	43
Assassinatos	14	17	24	9	9	4	5
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	307.123
TOTAL DE CONFLITOS							
Número de conflitos	712	729	691	680	566	448	426
Assassinatos	139	122	133	102	65	79	54
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	549.319
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722 *

* Em 1991 não consideramos os 6.000.000 de hectares referentes à área indígena lanomami em Roraima.

Fonte: CPT Nacional

Quadro 2

BRASIL 1990: ESTADOS E REGIÕES

Estado	Sigla	População (Estimativa de 1990)	Extensão km²
NORTE			
Rondônia	RO	1.095.600	243.044
Acre	AC	417.200	152.589
Amazonas	AM	2.001.800	1.564.445
Roraima	RR	120.400	230.104
Pará	PA	5.001.800	1.248.042
Amapá	AP	256.100	140.276
Tocantins	TO	1.100.000	286.706
Subtotal		9.992.900	3.865.206
NORDESTE			
Maranhão	MA	5.181.800	328.663
Piauí	PI	2.666.100	250.934
Ceará	CE	6.471.800	148.016
Rio Grande do Norte	RN	2.318.900	53.015
Paraíba	PB	3.247.600	56.372
Pernambuco	PE	7.360.900	98.281
Alagoas	AL	2.420.400	27.731
Sergipe	SE	1.416.600	21.994
Bahia	BA	11.738.000	561.026
Subtotal		42.822.100	1.546.032
SUDESTE			
Minas Gerais	MG	15.831.800	587.172
Espírito Santo	ES	2.523.900	45.597
Rio de Janeiro	RJ	14.133.300	44.268
São Paulo	SP	33.069.900	247.898
Subtotal		65.558.900	924.935
CENTRO-OESTE			
Distrito Federal	DF	1.864.200	5.814
Mato Grosso	MT	1.727.100	881.001
Goiás	GO	3.843.300	355.386
Mato Grosso do Sul	MS	1.797.000	350.548
Subtotal		9.231.600	1.592.749
SUL			
Paraná	PR	9.137.700	199.554
Santa Catarina	SC	4.461.400	95.985
Rio Grande do Sul	RS	9.163.200	282.184
Subtotal		22.762.300	577.723
Total		150.367.800	8.506.645

Fonte: IBGE (AEB-91)



Foto: Elias Brandão

Repressão e revolta dos canavieiros em greve — Maringá — PR

Quadro 3

CONFLITOS DE TERRA 1991 — VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

	Número de Conflitos	Hectares Conflitivos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinato	Ameaçados de Morte	Vítimas de Tortura	Vítimas de Sequestro	Agredidos Fisicamente	Presos	Vítimas de Lesões Corporais	Terrorismo
NORTE												
AC	8	2008000	9692	0	6	11	1	0	1	4	0	0
AM	5	202000	1847	1	1	1	0	0	0	0	0	0
PA	47	863587	41632	14	30	59	6	26	28	73	1	28
RO	10	78000	2196	1	0	1	0	0	0	1	0	0
RR	1	0	15	0	3	3	0	0	0	0	0	0
TO	33	150327	6549	1	2	27	1	8	1	47	0	0
Subtotal	104	3301914	61931	17	42	102	8	34	30	125	1	28
NORDESTE												
AL	5	5800	1001	0	2	0	50	0	1051	0	0	0
BA	53	399816	24622	6	10	40	8	3	511	31	1	0
CE	9	6652	2116	0	1	3	0	0	0	0	0	0
MA	36	1552915	16947	13	11	18	5	3	7	23	0	300
PB	18	9217	5015	1	0	51	0	0	1	13	0	0
PE	9	18906	41310	0	0	7	0	0	0	0	0	0
PI	15	102267	4156	1	0	3	0	0	0	0	0	0
RN	10	5927	2160	2	0	0	0	0	0	0	1	315
SE	2	200	62	0	2	7	2	1	2	0	0	65
Subtotal	157	2101700	97389	23	26	129	65	7	1572	67	2	680
SUDESTE												
ES	2	1120	555	0	0	3	0	1	0	1	0	0
MG	16	101791	4751	2	5	5	1	0	1	0	0	0
RJ	2	7365	205	0	1	1	1	0	0	0	0	0
SP	4	8003	4135	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	24	118279	9646	2	6	9	2	1	1	1	0	0
SUL												
PR	31	48756	17915	4	17	7	75	20	6	22	2	2545
RS	19	50831	30666	1	2	1	3	6	0	4	0	2
SC	10	13037	3255	1	0	1	10	0	6	23	0	175
Subtotal	60	112624	51836	6	19	9	88	26	12	49	2	2722
C.OESTE												
DF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	7	1500	1721	1	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	15	72305	16238	0	0	1	1	11	75	14	0	0
MT	15	1329400	3435	0	3	3	2	0	1	5	0	0
Subtotal	38	1403205	21394	1	3	4	3	11	76	19	0	0
Total	383	7037722	242196	49	96	253	166	79	1691	261	5	3430

Fonte: Arquivo CPT Nacional

Quadro 4

CONFLITOS DE TERRA 1991 — VIOLÊNCIA CONTRA A PROPRIEDADE

	Número de Conflitos	Hectares Conflitivos	Pessoas Envolvidas	Famílias Vítimas de Expulsão	Famílias Vítimas de Despejo Judicial	Famílias Vítimas de Tentativa de Expulsão	Famílias Ameaçadas de Expulsão	Famílias com Casas Destruidas	Famílias com Roças Destruidas	Famílias Vítimas de Roubo
NORTE										
AC	8	2008000	9692	0	0	1000	0	13	0	0
AM	5	202000	1847	0	6	0	42	6	0	0
PA	47	863587	41632	40	555	0	1585	58	111	46
RO	10	78000	2196	0	81	0	70	0	0	81
RR	1	0	15	0	0	0	0	3	3	0
TO	33	150327	6549	0	393	3	198	101	129	36
Subtotal	104	3301914	61931	40	1035	1003	1895	181	243	163
NORDESTE										
AL	5	5800	1001	0	200	0	200	0	0	0
BA	53	399816	24622	36	345	1560	1121	319	752	21
CE	9	6652	2116	1	0	0	100	0	1	0
MA	36	1552915	16947	0	8	24	1632	68	108	1
PB	18	9217	5015	126	25	0	230	25	160	25
PE	9	18906	41310	0	0	0	0	0	0	0
PI	15	102267	4156	0	0	28	559	7	0	0
RN	10	5927	2160	87	0	0	98	1	0	0
SE	2	200	62	0	0	12	12	1	12	13
Subtotal	157	2101700	97389	250	578	1624	3952	421	1033	60
SUDESTE										
ES	2	1120	555	0	0	0	0	0	0	0
MG	16	101791	4751	0	32	3	401	22	1	0
RJ	2	7365	205	0	0	0	0	0	0	0
SP	4	8003	4135	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	24	118279	9646	0	32	3	401	22	1	0
SUL										
PR	31	48756	17915	36	227	0	866	3	0	0
RS	19	50831	30666	20	0	500	800	2	0	0
SC	10	13037	3255	0	35	0	0	0	0	0
Subtotal	60	112624	51836	56	262	500	1666	5	0	0
C.OESTE										
DF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	7	1500	1721	0	0	0	0	0	0	0
MS	15	72305	16238	0	344	0	0	105	0	313
MT	15	1329400	3435	67	35	0	17	15	3	0
Subtotal	38	1403205	21394	67	379	0	17	120	3	313
Total	383	7037722	242196	413	2286	3130	7931	749	1280	536

Quadro 5 — OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1991

UF	Município	Nome do Conflito	Data	Nº de Fam./ pes.
AL	FLEXEIRAS	FAZENDA CALDEIRÃO	/02/91	200 Famílias
AL	FLEXEIRAS	FAZENDA PONTE NOVA	22/07/91	200 Famílias
AL	JUNDIÁ	FAZENDA AQUIDABAM	06/10/91	200 Famílias
BA	EUNÁPOLIS	FAZENDA DA USINA EMBAÚBA	05/05/91	400 Famílias
BA	ILHÉUS	FAZENDA BOA VISTA OU KAISER	20/05/91	30 Famílias
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	AREA DO DIST. INDUSTRIAL DE IMBORES	28/03/91	90 Famílias
CE	CRATO	FAZENDA CALDEIRÃO	11/04/91	200 Famílias
CE	MONSENHOR TABOSA	FAZENDA BARGADO	11/04/91	100 Famílias
ES	PRESIDENTE KENNEDY	FAZENDA CAXETA	/05/91	110 Famílias
GO	GOIÁS	FAZENDA SÃO JOÃO	19/10/91	100 Famílias
MA	IMPERATRIZ	DISTRITO DE RIBEIRÃOZINHO	/07/91	110 Famílias
MA	IMPERATRIZ	FAZENDA SÃO JORGE	/ /91	30 Pessoas
MA	IMPERATRIZ	FAZENDA SANTA TEREZA	/06/91	12 Pessoas
MS	BATAIPORÁ	FAZ. MERCEDINA, S. LUIZ E S. JOÃO	/01/91	112 Famílias
	"	"	17/03/91	20 Famílias
MS	BATAIPORÁ	FAZENDA BOA ESPERANÇA	21/10/91	60 Famílias
MS	BONITO	FAZENDA TAQUARALZINHO	02/04/91	313 Famílias
MS	BONITO	FAZENDA SÃO JOÃO	23/02/91	105 Famílias
MS	ITAQUIRAÍ	FAZ. ITASSUL/ ASSENTAMENTO INDAIÁ	07/07/91	2500 Pessoas
	"	"	12/07/91	500 Pessoas
MS	TAQUARUSSU	FAZENDA RECANTO	05/04/91	360 Famílias
MT	ÁGUA BOA	FAZENDA SANTANA	/01/91	150 Pessoas
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA MATA AZUL	/08/91	50 Famílias
PA	RIO MARIA	FAZENDA VOTUPURANGA	30/12/91	20 Famílias
PA	RIO MARIA	FAZENDA DO GILICO	30/12/91	20 Famílias
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	PIONEIRA (ALDEIA)	/04/91	— Famílias
PA	S. DOM. DO CAPIM/PARGOMINAS	FAZ. VALE DO CAPIM AGROINDUSTRIAL	/07/91	600 Pessoas
PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	FAZENDA COLORADO	/02/91	50 Famílias
PA	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA PONTA DE PEDRAS	28/11/91	150 Pessoas
PA	XINGUARA	FAZENDA SANTA HELENA/BIG VALE	14/05/91	50 Pessoas
PA	XINGUARA	FAZENDA MUNDO NOVO/SALOMI	/02/91	70 Pessoas
PB	ESPERANÇA	FAZENDA MANICOBÁ	03/03/91	25 Famílias
PB	TRIUNFO E S.JOÃO RIO DO PEIXE	FAZENDA TRÊS IRMÃOS	06/07/91	36 Famílias
PE	AMARAÍ	ENGENHO TAPUIA	08/10/91	200 Famílias
PE	POMBOS	ENGENHO RONDA	25/03/91	200 Famílias
PE	SALOÁ	FAZENDA RENOVACÃO	17/09/91	150 Famílias
PR	ALV. SUL/BELA VISTA DO PARAÍSO	FAZENDA INGÁ	12/10/91	70 Famílias
PR	BITURUNA	CANTAGALO	26/07/91	22 Famílias
PR	BITURUNA	FAZENDA ETIENE	/08/91	60 Famílias
PR	CAMPO BONITO	FAZENDA SANTANA	19/08/91	400 Famílias
	"	"	19/10/91	200 Famílias
PR	CANTAGALO	FAZENDA WAGNER	/08/91	380 Famílias
PR	CANTAGALO	FAZ.CAVACO E JARAU/OURO VERDE	25/08/91	300 Famílias
PR	GUARAPUAVA	FAZENDA MONTE ALVÃO	19/02/91	200 Famílias
PR	IBAITI	DESTILARIA SANTA LAURA	/08/91	200 Famílias
PR	LINDOESTE	FAZENDA VERDUM	29/06/91	30 Famílias
PR	LONDRINA	FAZENDA GUAIRACÁ	03/08/91	227 Famílias
PR	MANGUEIRINHA	FAZENDA ELETROSUL	26/08/91	25 Famílias
PR	NOVA AURORA	FAZENDA PRIMAVERA (FAMÍLIA BALICO)	09/08/91	1 Família
PR	QUEDAS DE IGUAÇU	FAZENDA TRÊS IRMÃS	/05/91	18 Famílias
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	01/07/91	40 Famílias
PR	RIBEIRÃO DO PINHAL	FAZENDA ITAPEMIRIM	16/05/91	80 Famílias
PR	RIBEIRÃO DO PINHAL	FAZENDA PAU D'ALHO/AKAYA	26/08/91	130 Famílias
RJ	RIO DE JANEIRO	FAZENDA MODELO	16/09/91	40 Famílias
RN	POÇO BRANCO	FAZENDA SURUBIM	12/05/91	87 Famílias
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FAZENDA ROCKFELLER	29/09/91	100 Famílias
RO	COLORADO DO OESTE	FAZENDA ADRIANA	04/07/91	300 Famílias
RO	PIMENTA BUENO	FAZENDA DO NORTE	10/08/91	81 Famílias
RS	BACÉ	FAZENDA SÃO PEDRO	08/04/91	800 Famílias
RS	BACÉ	EMBRAPA	07/10/91	500 Famílias
RS	CANGUÇU	FAZENDA REMANSO	02/07/91	18 Famílias
RS	GABIJU	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	24/10/91	35 Famílias
RS	PALMEIRA DAS MISSÕES	FAZENDA BOA VISTA	31/07/91	1500 Famílias
RS	PALMEIRA DAS MISSÕES	ÁREA DA FEBEM	21/08/91	— Famílias
RS	SANTO AUGUSTO	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL/ÁREA INDÍGENA	22/10/91	50 Famílias
SC	ABELARDO LUZ	FAZ.SERRA DOS BURACOS/FAZ. SANTIN	25/03/91	20 Famílias
SC	CAMPOS NOVOS	FAZENDA DE MARCO/BUTIAZINHO	09/04/91	130 Famílias
SC	GARUVA	FAZENDA CARRAPATINHO	17/10/91	35 Famílias
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA SANTA CLARA	01/09/91	600 Famílias
TO	ARAGUAÇU	FAZ. BANDEIRANTES (PARTE DO LOTE 29)	04/01/91	20 Famílias
	"	"	01/06/91	15 Famílias
TO	ARAGUAÇU	FAZENDA CAJAZEIRAS	27/07/91	40 Famílias
TO	ARAGUAÍNA	FAZENDA ALVORADA	15/07/91	68 Famílias
TO	ARAGUAÍNA	FAZENDA GALILEIA	/ /91	70 Famílias
TO	ARAGUATINS	FAZENDA SANTA HELENA	/05/91	25 Famílias
TO	FIGUEIRÓPOLIS/FORM. DO ARAGUAIA	FAZENDA GAMELEIRA	/05/91	150 Famílias
TO	FILADELFA	FAZENDA MATINHÁ	/07/91	10 Famílias
TO	ITAGUATINS	FAZENDA PIRIPIRI	10/08/91	32 Famílias
TO	ITAGUATINS	FAZENDA ANGICO	/05/91	22 Famílias
TO	ITAGUATINS E SÍTIO NOVO DO TO	FAZENDA CAJUEIRO	01/05/91	50 Famílias
TO	SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	FAZENDA NOVA ERA	/09/91	16 Famílias

Fonte: CPT — Nacional

Quadro 6 — ASSASSINATOS EM 1991

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
1.	AM	DARCY ARAUJO +	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	28/07/91	MAUÉS	FAZENDEIRO JEFFERSON BIZANTINO
2.	BA	ABDIAS GONÇALVES DE JESUS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/07/91	FEIRA DE SANTANA	CAMPONÊS FRANCISCO GONÇALVES DE JESUS
3.	BA	CIPRIANO JOSÉ DOS SANTOS	POSSEIRO	19/11/91	ITIUBA	CAMPONÊS MARTINS DE JESUS ALMEIDA
4.	BA	MANOEL NICACIO-MANEQUINHA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	30/04/91	JUAZEIRO	FAZENDEIRO MARÇAL VIEIRA LIMA (SAZINHO)
5.	BA	JOAQUIM RODRIGUES SANTOS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/10/91	URANDI	FAZENDEIRO GILBERTO VIEIRA LIMA E 6 FILHOS
6.	BA	JOSÉ OTACILIO DOS SANTOS	CAMPONÊS SEM TERRA	25/02/91	MATA DE SAO JOÃO	PISTOLEIROS
7.	BA	JOSÉ ANTONIO C. DA SILVA	CAMPONÊS	/08/91	IPIRÁ	FAZENDEIRO JURANDIR BARBOSA
8.	BA*	VALMIR RODRIGUES DE SOUZA	PEÃO DA FAZENDA	29/10/91	BARREIRAS	FAZENDEIRO FABIO BATISTA
9.	GO	IDELBRANDO P. LOURENÇO	POSSEIRO	04/01/91	PORTELANDIA	BENEDITO DAVID
10.	MA	ANTONIO TAVARES ROQUE	PEQUENO PROPRIETÁRIO	23/12/91	SANTA RITA	PISTOLEIRO ANTONIO B. DOS SANTOS (TONHO)
11.	MA	FRANCISCO DE A. FERREIRA	POSSEIRO	05/11/91	CODÓ	PISTOLEIRO FRANCISCO DE JESUS (SORÓ)
12.	MA	JOSÉ CLAUDIO	POSSEIRO	10/06/91	JOSELANDIA	PISTOLEIRO JOSÉ CUPERTINO (MADEIRA)
13.	MA	MANOEL DA CONCEIÇÃO	CAMPONÊS	/08/91	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	CAPATAZ CARLOS JORGE SARAIVA LIMA
14.	MA	RAIMUNDO MANGUEIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	11/08/91	CHAPADINHA	FAZENDEIRO JOSÉ LUIZ GOMES SOUZA
17.	MA	TRÊS ÍNDIOS GUAJÁ	ÍNDIO	12/09/91	BOM JARDIM	EDMILSON OLIVEIRA SOUZA
18.	MA	UM ÍNDIO GAVIÃO	ÍNDIO	/08/91	AMARANTE DO MARANHÃO	ADERACI SOUZA BARRETO
19.	MA	UM ÍNDIO GUAJÁ	ÍNDIO	04/09/91	BOM JARDIM	PISTOLEIRO HUGO C. RAMOS E OUTROS 2
20.	MA	UM ÍNDIO GUAJARA	ÍNDIO	/07/91	AMARANTE DO MARANHÃO	FAZENDEIRO TOINHO CHORENGA
21.	MA	VALDEMIRO SOUZA-GUAJARA	ÍNDIO	30/09/91	GRAJAU	FAZENDEIRO VALDEMIR CARRIJO DA SILVA
22.	MA	VALDIMIRO PEREIRA C.SALES+	POSSEIRO	14/04/91	MORROS	FAZENDEIRO JONAS DA CRUZ ROCHA
23.	MG	MANUEL MIGUEL TEIXEIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	03/11/91	JEQUITIBÁ	FAZENDEIRO NATAL SOUZA E PISTOLEIROS
24.	MG	PEDRO JACOB DOS SANTOS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	25/11/91	BARBACENA	FAMÍLIA TEIXEIRA (FAZENDEIROS)
25.	MS*	CÍCERO CAETANO DA SILVA	CANAVEIRO	14/10/91	RIO BRILHANTE	FAZENDEIROS JOSÉ ROCHA, EDMILSON E LINDOMAR
26.	MS*	VANDERLEI MOREIRA BORGES	TRABALHADOR RURAL	04/08/91	RIO BRILHANTE	FAZENDEIRO GILSON DAS CHAVES GOMES
27.	MT*	TRABALHADOR	PEÃO DA FAZENDA	05/08/91	VILA BELA DA SANT.TRINDADE	FAZENDEIRO JOSÉ FERREIRA DA COSTA E
28.	PA	ANTÔNIO PERDIDO	POSSEIRO	/06/91	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	PISTOLEIRO RAIMUNDO DOS SANTOS
29.	PA	BAIANO	POSSEIRO	15/11/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PISTOLEIRO EVANGELISTA "PASSARINHO"

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
30.	PA	BERTO PEREIRA DA COSTA	POSSEIRO	09/05/91	SANTANA DO ARAGUAIA	PISTOLEIRO WEIMER PERREIRA, ARIOLINO E OUTRO
31.	PA	DENIS DE JESUS RIBEIRO	PESCADOR	17/04/91	CACHOEIRA DO ARARI	CAPATAZ EMILIANO SANTOS POLÍCIA MILITAR
32.	PA	EXPEDITO RIBEIRO DE SOUZA	PRESIDENTE STR	02/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO DERVAL LEÃO
33.	PA	FRANCISCO NUNES DE SOUZA	CAMPONÊS	05/10/91	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	FAZENDEIRO ROBERTO E MARCO ANTÔNIO LEÃO E 12 PISTOLEIROS
34.	PA	JOSÉ FELIX DO NASCIMENTO	POSSEIRO	13/05/91	MARABÁ	PISTOLEIROS DA FAZ. ALTO BONITO
35.	PA	MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS	POSSEIRO	29/04/91	XINGUARA	FAZENDEIRO SALOMI SILVA COSTA
36.	PA	MAURO CARNEIRO DOS SANTOS	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	05/10/91	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	30PMs E PIST. MAZOLINO, EROVALDO E LORISVALDO FAZENDEIRO DERVAL LEÃO FAZENDEIRO ROBERTO E MARCO ANTÔNIO LEÃO 12 PISTOLEIROS
37.	PA	POSSEIRO NÃO IDENTIFICADO	POSSEIRO	/05/91	PARAUPEBAS	FAZENDEIRO ACIOLI J. TEIXEIRA E FILHO E PISTOLEIROS
38.	PA	RAIMUNDO BARBOSA SANTOS	POSSEIRO	28/08/91	SÃO FÉLIX DO XINGU	PISTOLEIROS DA FAZENDA DIADEMA
39.	PA	RAIMUNDO SOUZA NETO	POSSEIRO	24/04/91	XINGUARA	FAZENDEIRO JOÃO RIBEIRO E PISTOLEIRO CÍCERO
40.	PA	SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	08/03/91	TAILÂNDIA	PISTOLEIROS DA FAZ. ALTO BONITO
41.	PA	UM PEÃO NÃO-IDENTIFICADO	PEÃO DA FAZENDA	13/05/91	MARABÁ	PISTOLEIRO MESSIAS
42.	PB	JOSÉ CARLOS BEZERRA	CAMPONÊS	11/01/91	SAPÉ	CAPATAZ JOSÉ MIGUEL FUNCIONARIO DA FAZENDA PETRONIO FUNC. DA FAZENDA ZÉ DO BODE E PAULO FELIPE FAZENDEIRO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO COUTINHO "FUNCIONÁRIO DA FAZENDA" EDMILSON E PISTOLEIRO "RAMINHO" ADMINISTRADOR DO ENGENHO FAZENDEIRO RAIMUNDO NONATO LAGES
43.	PE*	DJALMA TOMÉ DOS SANTOS	TRABALHADOR RURAL	21/04/91	SIRINHAEM	PEQUENO PROPRIETÁRIO JOÃO MACHADO SAVCZUK PEQUENO PROPRIETÁRIO JOSÉ JAK SAVCZUK POSSEIRO PEDRAO PEQUENO PROPRIETÁRIO JOÃO MACHADO SAVCZUK PEQUENO PROPRIETÁRIO JOSÉ JAK SAVCZUK PISTOLEIRO ANTÔNIO TAVARES DE SOUZA FILHO PISTOLEIRO ANTÔNIO CLEMENTINO NETO PISTOLEIRO PAULO PEREIRA PISTOLEIRO FRANCISCO MÁRIO DA SILVA F. SOUTO E CIA/FAZENDA NOVA LTDA FAZENDEIRO FRANCISCO E SEBASTIAO ATA GERMANO
44.	PI	LUIS ANTÔNIO DA SILVA	POSSEIRO	02/01/91	BARRAS	FAZENDEIRO CARLOS CAGGIANO NETO
45.	PR	DORVALINO FERREIRA SANTOS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	21/04/91	IRATI	BRIGADA MILITAR
46.	PR	ESTANISLAU WIZBIWSKI	PEQUENO PROPRIETÁRIO	24/10/91	PRUDENTÓPOLIS	FAZENDEIRO CARLOS ANTÔNIO ADM. DA FAZENDA ARLEI SARAIVA E EMPREGADOS DA FAZENDA CAPATAZ E PISTOLEIROS DA FAZENDA GERENTE CHICAO E 8 PISTOLEIROS
47.	PR	JOÃO PRESTES	POSSEIRO	10/04/91	BITURUNA	
48.	PR	JULIA SYBRUX WOJCIK	PEQUENO PROPRIETÁRIO	24/10/91	PRUDENTÓPOLIS	
49.	RN	SEBASTIÃO ANDRADE DE LIMA	POSSEIRO	22/06/91	CARNAUBAIS	
50.	RN	OLAVO PAULO DA SILVA	POSSEIRO	01/12/91	ANTÔNIO MARTINS	
51.	RO	LEODORO FERREIRA	CAMPONÊS	07/09/91	ALVORADA D'OESTE	
52.	RS	NEURONI PINHEIRO MACHADO	CAMPONÊS SEM TERRA	08/04/91	BAGÉ	
53.	SC	VILMAR BRIZOLA	CAMPONÊS SEM TERRA	25/03/91	ABELARDO LUZ	
54.	TO	JUNIVALDO DE SOUZA (MENOR)		11/01/91	ARAPOEMA	

* - Mortos em conflitos trabalhistas/ + - Pessoas que foram ameaçadas de morte
Fonte: Arquivo CPT Nacional

QUADRO 7 — TENTATIVAS DE ASSASSINATOS EM 1991

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
1.	AC	ANTÔNIO LUIS B. MACEDO	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	11/09/91	CRUZEIRO DO SUL	PISTOLEIRO FRANCISCO WILLIAN (HE MAN)
2.	AC	DARCY FERNANDES	POSSEIRO	01/06/91	RIO BRANCO	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO EDILBERTO AFONSO OFICIAL DE JUSTIÇA
3.	AC	FRANCISCO CARVALHO	POSSEIRO	01/06/91	RIO BRANCO	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO EDILBERTO AFONSO OFICIAL DE JUSTIÇA
4.	AC	JOSÉ DA SILVA PEREIRA	PRESIDENTE STR	01/02/91	BRASILEIA	CAFÉ (OFICIAL DE JUSTIÇA)
5.	AC	JOSÉ PETRONIO DA SILVA	POSSEIRO	31/05/91	RIO BRANCO	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO EDILBERTO AFONSO E OFICIAL DE JUSTIÇA
6.	AC	RAIMUNDO SOARES	POSSEIRO	01/06/91	RIO BRANCO	CAPITÃO JOSÉ GRACINDO DA POLÍCIA FEDERAL FAZENDEIRO JEFFERSON BIZANTINO
8.	AL	DOIS ÍNDIOS XUCURU-KARIRI	ÍNDIO	04/91	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	PISTOLEIROS DE ALVINO
9.	AM	ELESBÃO JACO SANTANA	POSSEIRO	24/07/91	MAUÉS	OITO PISTOLEIROS
10.	BA	CUSTÓDIO APARECIDO DE LIMA	POSSEIRO	26/07/91	JACARECI	FAZENDEIROS ARISTOM MENDES, DECIO E CAPANGAS
11.	BA	FLORISVALDO MOREIRA GOMES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	10/02/91	LAURO DE FREITAS	POLÍCIAIS MILITARES E JAGUÑÇOS
12.	BA	FRANCISCO MENDES BATISTA	POSSEIRO	/ 91	CONDE	FAZENDEIRO ALEXANDRE JAQUEIRA E 5 PISTOLEIROS
13.	BA	JOEL NUNES VIEIRA	POSSEIRO	03/91	JAGUARIBE	JAGUÑÇOS DE VIRGILIO F. RIBEIRO (GOV. MUNICIPAL)
14.	BA	LOURVAL FERREIRA DAMASCENO	POSSEIRO	01/91	MORRO DO CHAPÉU	PISTOLEIROS E POLÍCIAIS MILITARES
15.	BA	MANOEL PEREIRA	CAMPONÊS SEM TERRA	01/91	ALCOBAÇA E PRADO	JAGUÑÇOS DE VIRGILIO F. RIBEIRO (GOV. MUNICIPAL)
16.	BA	VALDEMAR BASTOS PIMENTEL	POSSEIRO	01/91	MORRO DO CHAPÉU	UM PISTOLEIRO
17.	BA	VALDEMAR CUSTÓDIO DIVINO	POSSEIRO	22/05/91	SANTA LUZIA	PISTOLEIROS DE ALVINO
19.	BA	POSSEIROS	POSSEIRO	26/07 91	JACARECI	POLÍCIAIS MILITARES E JAGUÑÇOS
20.	BA*	UM PEÃO DA FAZENDA	PEÃO DA FAZENDA	04/91	IGAPUANA	FAZENDEIRO MANOEL INACIO FARIAS
21.	CE	ANTÔNIO AMORIM	PRESIDENTE STR	02/07/91	TAUÁ	FAZENDEIRO JONAS DA CRUZ ROCHA
22.	MA	"PRETINHO"	POSSEIRO	05/11/91	CODÓ	FAZENDEIRO NATAL SOUZA E PISTOLEIROS UM GRUPO DE PISTOLEIROS
23.	MA	ADÃO MARINHO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/04/91	ARAME	E FAZENDEIRO GUILHERME MORAIS PONTES CAPITÃO MENDES E 40 POLÍCIAIS MILITARES
24.	MA	CHIQUELINO SODRÉ	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	JAGUÑÇOS DO FAZENDEIRO WADY SAUAIA
25.	MA	DOMINGOS E. DUTRA MARTINS	POSSEIRO	/11/91	SANTA RITA	POLÍCIA MILITAR: CAPITÃO MENEZES E 40 PM
26.	MA	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	POSSEIRO	13/06/91	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS	FAZENDEIRO JOSÉ ARIMATEIA M. MAGALHÃES (ARI)
27.	MA	MANOEL TORRES	POSSEIRO	14/04/91	MORROS	ARMANDO SOARES DE SOUSA FAZENDEIRO JOÃO MIGUEL E JOSÉ DE PATO PISTOLEIROS JOSÉ R BENTO E MANOEL VEREDIANO PISTOLEIROS
28.	MA	MARIA JOSÉ	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	CAPATAZ ANTÔNIO DAMASCENO
29.	MA	UM CAMPONÊS	CAMPONÊS	23/12/91	SANTA RITA	POLÍCIA MILITAR: CAPITÃO MENEZES E 40 PM
32.	MA	PAIM, TOINHO E NETO	POSSEIROS	13/08/91	COROATÁ	FAZENDEIRO JOSÉ ARIMATEIA M. MAGALHÃES (ARI)
33.	MG	VALDECI MIGUEL DE ASSIS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	03/11/91	JEQUITIBÁ	ARMANDO SOARES DE SOUSA FAZENDEIRO JOÃO MIGUEL E JOSÉ DE PATO PISTOLEIROS JOSÉ R BENTO E MANOEL VEREDIANO PISTOLEIROS
37.	MG	PES. DA FAM. DE OTACILIO NUNES	POSSEIROS		24/01/91	CAPATAZ ANTÔNIO DAMASCENO
38.	MS*	ANTÔNIO CARLOS BEDELEQUE	CANAVIEIRO(S)	14/10/91	RIO BRILHANTE	POLÍCIA MILITAR: CAPITÃO MENEZES E 40 PM
39.	MT	JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA	TRABALHADOR RURAL	27/08/91	IJUARA	CAPITÃO MENEZES E 40 PMs
40.	MT	JOSE BAIANO	POSSEIRO	01/01/91	MARCELÂNDIA	FAZENDEIRO ILACIR PEREIRA DE AMORIM
41.	MT	VEREADOR JOSE MACIEL	LEGISLATIVO MUNICIPAL	30/04/91	MARCELÂNDIA	ARINOS FAZENDEIRO JOSÉ ALFREDO PISTOLEIRO SÉRGIO "FUNCIONÁRIO DA FAZENDA": ENAIR CARDOSO E POLÍCIA MILITAR

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
42.	PA	ANTÔNIO RIBEIRO DA SILVA	POSSEIRO	18/01/91	SANTANA DO ARAGUAIA	PISTOLEIROS DA FAZ. CAMPO ALEGRE
43.	PA	CARLOS CABRAL PEREIRA	PRESIDENTE STR	04/03/91	RIO MARIA	PISTOLEIROS DA FAZ. CAMPO ALEGRE
44.	PA	GERACINO FERREIRA SANTOS	POSSEIRO	18/01/91	SANTANA DO ARAGUAIA	PISTOLEIROS ARLAN JORGE IZEQUIEL DE SOUZA
45.	PA	JOÃO DOS SANTOS RIBEIRO	POSSEIRO	12/05/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO IVO CARVALHO
46.	PA	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	POSSEIRO	06/11/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	UM PISTOLEIRO
47.	PA	PADRE RICARDO REZENDE	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	21/08/91	RIO MARIA	
48.	PA	ROBERTO NETO DA SILVA	POSSEIRO	04/03/91	RIO MARIA	PISTOLEIROS DA FAZENDA DIADEMA
49.	PA	TOM	POSSEIRO	24/04/91	XINGUARA	CAPATAZ EMILIANO SANTOS APATAZ
50.	PA	WALTER DOS SANTOS	POSSEIRO	26/04/91	CACHOEIRA DO ARARI	DOIS PISTOLEIROS
51.	PA	WELLINGTON JOSÉ BARBOSA	POSSEIRO	/04/91	XINGUARA	8 PISTOLEIROS E 4 POLÍCIAS MILITARES
71.	PA	20 POSSEIROS	POSSEIRO	25/07/91	S. MARIA DAS BARREIRAS	PISTOLEIROS DA SEPAC
76.	PR	ANGELO SAQUETTO E FAMÍLIA	POSSEIRO	/08/91	REBOUCAS	30 PISTOLEIROS
77.	PR	ARLINDO RIBEIRO	CAMPONÊS SEM TERRA	29/10/91	PINHÃO	7 PISTOLEIROS MADEIREIRA ZATTAR
78.	PR	CIDALINA GONÇALVES RIBEIRO	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	PISTOLEIRO ALCINDO SILVERIO CALDAS
79.	PR	DARCI JOSÉ DE FRANÇA	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	7 PISTOLEIROS MADEIREIRA ZATTAR
80.	PR	DOMINGOS DOS SANTOS	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	PISTOLEIRO ALCINDO SILVERIO CALDAS
81.	PR	DORVALINO FERREIRA SANTOS+	PEQUENO PROPRIETÁRIO	19/04/91	IRATI	PEQUENO PROPRIETÁRIO JOÃO MACHADO SAVCZUK
82.	PR	JORCE ANTÔNIO DE OLIVEIRA	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	PEQUENO PROPRIETÁRIO JOSÉ JAK SAVCZUK
83.	PR	LAUMIR BALLICO	PEQUENO PROPRIETÁRIO	19/11/91	NOVA AURORA	7 PISTOLEIROS MADEIREIRA ZATTAR
84.	PR	SEBASTIAO DA SILVA CHAVES	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	PISTOLEIRO ALCINDO SILVERIO CALDAS
85.	PR	SEZISMUNDO WOJCIK	PEQUENO PROPRIETÁRIO	24/10/91	PRUDENTÓPOLIS	7 PISTOLEIROS MADEIREIRA ZATTAR
86.	PR	SIZILIO RIBEIRO CHACAS	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	PISTOLEIRO ALCINDO SILVERIO CALDAS
87.	PR	VANDERLI APARECIDA SILVA	POSSEIRO	10/11/91	PINHÃO	7 PISTOLEIROS MADEIREIRA ZATTAR
88.	PR	VORCILIO GONCALVES	POSSEIRO	22/11/91	PINHÃO	TRÊS PISTOLEIROS
89.	RJ	MOTORISTA DA KOMBI DO STR	ÍNDIO	15/11/91	CABO FRIO S. P. DA ALDEIA	FAZENDEIROS ENIO PEREIRA, HELIO E ELIANO "PARRIBA"
90.	RR	ÍNDIO MAKUXI NARCÍSIO	ÍNDIO	18/10/91	BOA VISTA	REINALDO A. DOS REIS - POLÍCIA CIVIL E PISTOLEIRO
91.	RR	MAKUXI ARNALDO CONSTANTINO	ÍNDIO	18/10/91	BOA VISTA	REINALDO A. DOS REIS - POLÍCIA CIVIL E PISTOLEIRO
92.	RR	UM ÍNDIO MAKUXI	ÍNDIO	18/10/91	BOA VISTA	FAZENDEIRO ENIO PEREIRA, HELIO E ELIANO "PARRIBA"
93.	RS	JOÃO VALDIR CAMARGO	CAMPONÊS SEM TERRA	08/04/91	BAGÉ	REINALDO A. DOS REIS - POLÍCIA CIVIL E PISTOLEIRO
94.	RS	NELSON KOSKI (OU OIKOSKI)	CAMPONÊS SEM TERRA	08/04/91	BAGÉ	FAZ. CARLOS CAGGIANO NETO, BRIGATA MILITAR
95.	SE	DEUDETTH DOS SANTOS	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	25/03/91	PACATUBA	CARLOS ANTONIO, ARLEI SARAIVA (FAZENDEIRO E
96.	SE	UM POSSEIRO	POSSEIRO	21/03/91	PACATUBA	CAPATAZ) EMPREGADOS DA FAZENDA
97.	TO	JOSÉ ALVES DE SOUZA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	07/03/91	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	FAZ. CARLOS CAGGIANO NETO E BRIGATA MILITAR
98.	TO	WILSON RODRIGUES DA SILVA	POSSEIRO	23/09/91	ITACAÍÁ	CARLOS ANTONIO, ARLEI SARAIVA (FAZENDEIRO/

+ Pessoas que foram assassinadas depois que sofreram ameaça de morte/ * Pessoas que sofreram tentativa de assassinato em conflitos Trabalhistas

Fonte: Arquivo CPT Nacional

Quadro 8 — AMEAÇADOS DE MORTE EM 1991

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
2.	AC	ANTÔNIO E MOISÉS PIANCO	ÍNDIO	08/08/91	CRUZEIRO DO SUL	NANCY FREITAS (TRAFICANTE)
3.	AC	EDSON DA COSTA	POSSEIRO	15/06/91	RIO BRANCO	FUNAI E POLÍCIA FEDERAL
4.	AC	FRANCISCO JINUR (JINU)	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	02/07/91	BRASILÉIA E OUTROS	
5.	AC	ILZAMAR MENDES	TÉCNICO	14/12/91	XAPURI	
6.	AC	MARGARETE KITAKA MENDES		08/08/91	CRUZEIRO DO SUL	NANCY FREITAS (TRAFICANTE)
7.	AC	OSMAR FAGUNDES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	02/07/91	BRASILÉIA E OUTROS	FUNAI E POLÍCIA FEDERAL
8.	AC	OSMARINO AMÂNCIO #	PRESIDENTE DO STR	13/04/91	BRASILÉIA E OUTROS	
9.	AC	PEDRO RAMOS DE SOUZA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/09/91	CRUZEIRO DO SUL	
10.	AC	RAIMUNDO MENDES BARROS	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	02/07/91	BRASILÉIA E OUTROS	
11.	AC	SADRACK JOSÉ GONDIN	POSSEIRO	15/06/91	RIO BRANCO	FAZENDEIRO JEFFERSON BIZANTINO
12.	AM	DARCY ARAÚJO +	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/07/91	MAUES	FAZENDEIRO JULVAL GÔES E PISTOLEIROS
13.	BA	"BARRIGA BRANCA"	POSSEIRO	/01/91	ITACARÉ	PISTOLEIROS VICENTE MONTEIRO FILHO E GRILEIROS
16.	BA	3 POSSEIROS	POSSEIRO	07/02/91	BARRA	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
17.	BA	ABELINO DA CONCEIÇÃO	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZENDEIRO FREDERICH NORDESKOG
18.	BA	ADELSON PEREIRA TIAGO	POSSEIRO	09/04/91	XIQUE-XIQUE	E OS PISTOLEIROS SEBASTIAO E VILMAR COIMBRA
19.	BA	ANTÔNIO DAVI	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
20.	BA	CARLOS ALBERTO G. RODRIGUES	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	/ /91	UAUÁ	JOSÉ BORGES RIBEIRO (GOVERNO MUNICIPAL)
21.	BA	CUSTÓDIO APARECIDO DE LIMA	POSSEIRO	/07/91	JACARECI	FAZENDEIRO ALVINO
24.	BA	DEDÊ DIDI, CHIQUINHO	POSSEIROS	/ /91	UAUÁ	JOSÉ BORGES RIBEIRO (GOVERNO MUNICIPAL)
25.	BA	DOMINGOS E. DOS SANTOS	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
26.	BA	ESPOSA DE JOEL NUNES	POSSEIRO	/03/91	JAGUARIBE	FAZENDEIRO ALEXANDRE JAQUEIRA E 5 PISTOLEIROS
27.	BA	FERNANDO SILVA MOTA	POSSEIRO	/09/91	LAURO DE FREITAS	FAZENDEIRO NELSON A. TABOADA
28.	BA	FLORISVALDO MOREIRA GOMES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/ /91	LAURO DE FREITAS	CAPATAZ WALDEMAR E PMS
29.	BA	HIPÓLITO BATISTA	POSSEIRO	26/11/91	ITIUBA	DOIS PISTOLEIROS
30.	BA	JOÃO F. DO SACRAMENTO	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZENDEIROS MARÇAL E GILBERTO VIEIRA LIMA
31.	BA	JOÃO SCHMIDT	PADRE	/ /91	BELMONTE	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
32.	BA	JOAQUIM OLIVEIRA DOS SANTOS	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZENDEIROS DA REGIÃO
33.	BA	JOEL NUNES VIEIRA	POSSEIRO	/03/91	JAGUARIBE	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
34.	BA	JUAÉZ DOS SANTOS VIEIRA	POSSEIRO	/03/91	JAGUARIBE	FAZENDEIRO ALEXANDRE JAQUEIRA E 5 PISTOLEIROS
35.	BA	LAÉRCIO LIMA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	09/09/91	MONTE SANTO	FAZENDEIRO ALEXANDRE JAQUEIRA E 5 PISTOLEIROS
37.	BA	LEONARDO E GENILSON	POSSEIRO	/ /91	UAUÁ	POLÍCIAS MILITARES
38.	BA	LOURIVAL FERREIRA DAMASCEN	POSSEIRO	/01/91	MORRO DO CHAPÉU	JOSÉ BORGES RIBEIRO (GOVERNO MUNICIPAL)
39.	BA	MANOEL APARECIDO MONTEIRO	PADRE	19/10/91	MONTE SANTO	JAGUNÇOS DO VIRGÍLIO F. RIBEIRO (GOV. MUNICIPAL)
40.	BA	MANOEL FRANCISCO DA CRUZ	POSSEIRO	15/04/91	WENCESLAU GUIMARÃES	FAZ. JOAQUIM BETTENCOURT LOPES E PISTOLEIROS
41.	BA	MANOEL NICÁCIO-MANEQUINHA+	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/ /91	JUAZEIRO	GRILEIROS DA REGIÃO
42.	BA	MANOEL VIEIRA DE ANDRADE	POSSEIRO	09/09/91	MONTE SANTO	POLÍCIAS MILITARES
43.	BA	MARIA DA C. N. BARBOSA	ADVOGADO	19/10/91	MONTE SANTO	
44.	BA	MARIA ELVIRA (VIÚVA)	POSSEIRO	/ /91	CONDE	FAZENDEIROS ARISTOM MENDES, DECIO E CAPANGAS
46.	BA	MARINALDO E JURACY	POSSEIRO	/03/91	JAGUARIBE	FAZENDEIRO ALEXANDRE JAQUEIRA E 5 PISTOLEIROS
47.	BA	MARONITA ALVES DE AMORIM	POSSEIRO	/07/91	VÁRZEA NOVA	

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
48.	BA	RAMON SACRAMENTO	POSSEIRO	/01/91	ITACARÉ	FAZENDEIRO JUIVAL GÔES E PISTOLEIROS POLÍCIA MILITAR
49.	BA	SEBASTIÃO GIL DE BRITO	POSSEIRO	02/03/91	CASA NOVA	FAZENDEIRO CELSO E PISTOLEIROS
50.	BA	VALDEMAR BASTOS PIMENTEL	POSSEIRO	/01/91	MORRO DO CHAPÉU	JAGUÇOS DO VIRGÍLIO F. RIBEIRO (GOV. MUNICIPAL)
51.	BA	VALENTINO B. DE OLIVEIRA	POSSEIRO	23/03/91	XIQUE-XIQUE	PISTOLEIROS "SEBASTIÃO DO ROGÍAO" (GENÉSIO)
52.	BA	ZELIA BORGES DA SILVA	POSSEIRO	09/04/91	XIQUE-XIQUE	FAZENDEIRO FREDERICH NORDESKOG E OS PISTOLEIROS SEBASTIÃO E VILMAR COIMBRA
53.	CE	ANTÔNIO "ADAUTO" CLARINDO	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/12/91	MASSAPE	FAZENDEIRO MANOEL INACIO FARIAS
54.	CE	ANTÔNIO AMORIM	PRESIDENTE DO STR	02/07/91	TAUÁ	PISTOLEIRO NÃO IDENTIFICADO
55.	CE	JOSÉ F. DE SOUZA "ZÉ GRANDE"	PARCEIRO-MEIRO	/91	TAMBORIL	JOÃO RAMOS
56.	ES	EVA PATRICIO REIS	CAMPONÊS	/06/91	PANCAS	FAZENDEIRO GUILHERME MORAIS PONTES E UM GRUPO DE PISTOLEIROS
57.	ES	FILHA DE EVA E HOMERO	19/06/91	PANCAS	JOÃO RAMOS	FAZENDEIRO DOMINGOS MARTINS
58.	ES	JOÃO RODRIGUES (SALU)-(PT)	LEGISLATIVO MUNICIPAL	19/06/91	PANCAS	TOMÁS DINIS FONSECA E PISTOLEIROS
59.	MA	ADÃO MARINHO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/04/91	ARAME	CAPATAZ LUIS CHAVES E UM PISTOLEIRO
60.	MA	ANTÔNIO TAVARES ROQUE +	PEQUENO PROPRIETÁRIO	/12/91	SANTA RITA	CAPITÃO MENEZES E 40 PMs
61.	MA	ANTÔNIO ZACARIAS	POSSEIRO	/04/91	SANTA LUZIA DO TIDE	FAZENDEIRO ARMANDO SOARES DE SOUSA
62.	MA	CHIUQUINHO SODRÉ	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	PISTOLEIROS JOÃO MIGUEL E JOSÉ DE PATO
63.	MA	DEP. EST. DOMINGOS DUTRA — PT	LEGISLATIVO ESTADUAL	/10/91	CODO	PISTOLEIROS JOSÉ R. BENTO E MANOEL VEREDIANO
64.	MA	FRANCISCO FIGUEIREDO	LEGISLATIVO ESTADUAL	/10/91	ROSARIO E OUTROS	CAPATAZ ANTÔNIO DAMASCENO
65.	MA	HILDO J. AUSTRÍACO	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	CAPITÃO MENEZES E 40 PMs
66.	MA	MANOEL TORRES	POSSEIRO	14/04/91	MORROS	CAPITÃO MENEZES E 40 PMs
67.	MA	MARIA JOSÉ	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	FAZENDEIROS CRIADORES DE BÚFALOS
70.	MA	PAIM, TOINHO E NETO	POSSEIRO	13/08/91	COROATÁ	FAZENDEIRO
71.	MA	PE. OSVALDO F. MARINHO	PADRE	17/01/91	SANTA RITA	MADEIREIRO
72.	MA	PE.CLAUDIO BERGAMASCHI	PADRE	/12/91	COROATÁ	SEIS PISTOLEIROS NÃO-IDENTIFICADOS
73.	MA	RAIMUNDO NONATO NAZARÉ	PRESIDENTE DO STR	12/09/91	ROSARIO E OUTROS	FAZENDEIRO ARMANDO SOARES DE SOUSA
74.	MA	URUBU-KAAPOR SIBÁ	ÍNDIO	/01/91	CARUTAPERA E OUTROS	PISTOLEIROS JOÃO MIGUEL E JOSÉ DE PATO
75.	MA	VALBER SOARES	POSSEIRO	02/08/91	COROATÁ	PISTOLEIROS JOSÉ R. BENTO E MANOEL VEREDIANO
76.	MA	VALMIMIRO PEREIRA C.SALES+	POSSEIRO	14/04/91	MORROS	CAPATAZ ANTÔNIO DAMASCENO
77.	MG	DR. CARNEIRO	ADVOGADO	25/11/91	BARBACENA	"FUNC. DA FAZENDA" MANOEL BATISTA FERREIRA
78.	MG	JOÃO ALVES SOARES	POSSEIRO	/12/91	BELO HORIZONTE	JOSÉ CARLOS E LUIZ MOISÉS — PMs
79.	MG	NADIR	PEQUENO PROPRIETÁRIO	25/11/91	BARBACENA	"FUNC. DA FAZENDA" MANOEL BATISTA FERREIRA
80.	MG	PROMOTOR MARCO A. NOGUEIRA	JUDICIÁRIO	10/06/91	ARINOS	FAZENDEIRO JOÃO DAMASCENO MONTEIRO
81.	MG	VANDERLI PEREIRA	PRESIDENTE DO STR	/02/91	TOMBOS	OFICIAL DE JUSTIÇA
82.	MS	DOUGLAS MANSUR	IMPrensa	02/04/91	BONITO	100 POLICIAIS MILITARES E POLÍCIA FEDERAL
82.	MT	ADELAR DUARTE	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	30/04/91	MARCELÂNDIA	PISTOLEIROS
84.	MT	ANTÔNIO VIEIRA DA CUNHA	POSSEIRO	03/06/91	POCONÉ	FAZENDEIRO JOÃO ZANDOVALLE FAZENDEIRO JOSÉ LUIZ TREVISAN E 5 PISTOLEIROS

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
85.	MT	DAILSON MUNIZ	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	23/08/91	RONDONÓPOLIS	PISTOLEIROS GOIANO E JOÃO PRETO
86.	MT*	MANOEL AVELINO NETO	PEÃO DA FAZENDA	02/09/91	ITIQUEIRA	PISTOLEIROS GOIANO E JOÃO PRETO
87.	MT*	RENATO HENRIQUE KOBER	PEÃO DA FAZENDA	02/09/91	ITIQUEIRA	FAZENDEIRO FÁBIO VIEIRA DE ABREU
105.	PA	18 POSSEIROS DA MATA AZUL	POSSEIRO	30/08/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	VEREADOR PEDRO ALCANTARA DUARTE
106.	PA	ALÍCIO MIRANDA BOUÇÃO	PRESIDENTE DO STR	03/03/91	CACHEIRA DO ARARI	FAZENDEIRO AURELIO PIAZZA
107.	PA	ANTÔNIO BARBOSA DOS SANTOS	POSSEIRO	03/05/91	XINGUARA	FAZENDEIRO LUIZ CARLOS
108.	PA	ARMANDO ALVES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	02/03/91	MOJU	FAZENDEIROS DA REGIÃO
109.	PA	AVELINO GANZER	CENTRAL SINDICAL	04/02/91	RIO MARIA	15 PMs E 6 PISTOLEIROS
110.	PA	CARLOS CABRAL PEREIRA	PRESIDENTE DO STR	05/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO EMILIO CAMACHO BAENA
111.	PA	DANIEL LUZ	POSSEIRO	12/12/91	PARAUPEBAS	44 PMs E 10 PISTOLEIROS
112.	PA	DEFENSORA PÚBLICA —CURUÇÁ	POSSEIRO	06/07/91	CURUCA	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
113.	PA	EDMILSON ALVES DE OLIVEIRA	POSSEIRO	27/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	3 POLICIAIS CIVIS E PISTOLEIROS
114.	PA	FIRME DE SOUZA LIMA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	30/07/91	STA MARIA DAS BARREIRAS	FAZENDEIRO NEDITO EMIDIO ALMEIDA E FILHOS
115.	PA	FOTÓGRAFO GILBERTO	IMPrensa	06/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E PISTOLEIROS
116.	PA	IRANILTON SOUZA DA SILVA	PEÃO DA FAZENDA	30/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO ACIOLI FILHO E PISTOLEIROS
117.	PA	IRMÃ MARTA RANCHIESKI	RELIGIOSO(A) — IGR. CATÓLICA	28/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E PISTOLEIROS
118.	PA	JOEL APARECIDO OLIVO	POSSEIRO	30/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIROS DA REGIÃO
119.	PA	LUIZA CANUTO	PEÃO DA FAZENDA	05/02/91	RIO MARIA	PISTOLEIRO NONATO
120.	PA	LUIZ BARBOSA VALE	PEÃO DA FAZENDA	24/06/91	XINGUARA	"GATO" ANTÔNIO GUEDES
121.	PA	MANOEL ALVES FILHO	POSSEIRO	27/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	44 PMs E 10 PISTOLEIROS
122.	PA	MANOEL AMBRÓSIO	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	30/07/91	STA MARIA DAS BARREIRAS	E O FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
123.	PA	MANOEL PEREIRA GOMES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	06/11/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	3 POLICIAIS CIVIS E PISTOLEIROS
124.	PA	MARIA JOSÉ DA SILVA	POSSEIRO	19/08/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDEIRO IVO CARVALHO
125.	PA	MARIA LOPES SOARES	POSSEIRO	27/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO FÁBIO VIEIRA DE ABREU
126.	PA	MIGUEL CARDOSO ARAÚJO	POSSEIRO	/04/91	MARABÁ	44 PMs E 10 PISTOLEIROS
127.	PA	ONOFRE PEREIRA DOS SANTOS	POSSEIRO	31/08/91	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDEIRO CIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
128.	PA	ORLANDO CANUTO	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	15/03/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO RUBENS DE TAL
129.	PA	PADRE DANILO LAGO	PADRE	28/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO FRANCISCO DA SILVA RABELO
130.	PA	PADRE DARIO MASO	PADRE	28/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO ACIOLI FILHO E PISTOLEIROS
131.	PA	PADRE HILÁRIO LOPES	COM. PASTORAL DA TERRA-CPT	26/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
132.	PA	PADRE RICARDO REZENDE	PADRE	04/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO ACIOLI FILHO E PISTOLEIROS
133.	PA	PEDRO CONCEIÇÃO DOS SANTOS	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	26/07/91	STA MARIA DAS BARREIRAS	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
134.	PA	RAIMUNDO DOS SANTOS	POSSEIRO	27/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	PROCURADOR DO INCRA EDMILSON DANTAS (GOV. FEDERAL), FAZENDEIRO RUBENS GUERRA
135.	PA	RAIMUNDO MARQUES	PARTIDO POLÍTICO	26/02/91	RIO MARIA	44 PMs E 10 PISTOLEIROS
136.	PA	REPORTER AUGUSTO	IMPrensa	06/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E FILHO
137.	PA	ROBERTO NETO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	05/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIRO NEDITO EMIDIO ALMEIDA E FILHOS
138.	PA	RUBENS JAMACI DE ALMEIDA	POSSEIRO	24/06/91	BELÉM	FAZENDEIROS DA REGIÃO
139.	PA	SEDIOLAUDIO GONÇALVES	LEGISLATIVO FEDERAL	03/05/91	XINGUARA	FAZENDEIRO AURELIO PIAZZA
140.	PA	SOCORRO GOMES	LEGISLATIVO FEDERAL	04/02/91	RIO MARIA	

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
141.	PA	TARCILIO MARIANO OLIVO	POSSEIRO	30/08/91	SÃO FELIX DO XINGU	FAZENDEIRO ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA E PISTOLEIROS
142.	PA	VALCIMAR BRITO DA SILVA	POSSEIRO	03/05/91	XINGUARA	FAZENDEIRO AURELIO PIAZZA
143.	PA	VALDEIRIO PEREIRA DE SOUZA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	05/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIROS DA REGIÃO
144.	PA	VALDIR GANZER	LEGISLATIVO FEDERAL	04/02/91	RIO MARIA	
145.	PA	VEREADOR SEBASTIÃO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	05/02/91	RIO MARIA	FAZENDEIROS DA REGIÃO
146.	PA	WELLINTON	POSSEIRO	08/05/91	XINGUARA	2 POLICIAIS MILITARES E 1 PISTOLEIRO
147.	PA*	ELPÍDIO RODRIGUES	PEÃO DA FAZENDA	/ 91	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	FAZENDEIRO JOAQUIM GONÇALVES MONTES E PISTOLEIRO ELIAS
148.	PA*	PEÃO QUE FUGIU	PEÃO DA FAZENDA	14/04/91	JACUNDÁ	"GATO" JOSÉ LUIZ
198.	PB	50 POSSEIROS	POSSEIRO	08/04/91	AREIA	
199.	PB	PRES. STR DE BANANEIRAS	PRESIDENTE DO STR	/01/91	BANANEIRAS	EDUARDO GONZAGA — OFICIAL DE JUSTIÇA
200.	PE	EDVALDO PIRES BATISTA	POSSEIRO	29/11/91	PAULISTA	EDUARDO GONZAGA — OFICIAL DE JUSTIÇA
201.	PE	ISRAEL CRISPIM	PRESIDENTE DO STR	24/02/91	SURUBIM	FAZENDEIRO FIHADELFO BRANCO E PISTOLEIROS
202.	PE	JOSÉ DA SILVA LIMA	POSSEIRO	29/11/91	PAULISTA	DELEGADO DE POLÍCIA DE SALOÁ
203.	PE	JOSEFA SILVINO DO CARMO	POSSEIRO	29/11/91	PAULISTA	EDUARDO GONZAGA — OFICIAL DE JUSTIÇA
204.	PE	JOSELMA MARIA PEREIRA	MOV. TRABAL. SEM-TERRA	17/09/91	SALOÁ	EDUARDO GONZAGA — OFICIAL DE JUSTIÇA
205.	PE	PEDRO SERAFIM DE LIMA	POSSEIRO	29/11/91	PAULISTA	FAZENDEIROS E USINEIROS DO LUGAR
206.	PE	RONALDO DA SILVA RAMOS	POSSEIRO	29/11/91	PAULISTA	DELEGADO DE POLÍCIA PEDRO SILVA E 3 POLICIAIS CIVIS
208.	PE*	IRMAS CIRLENE E MARJO	RELIGIOSO(A) — IGR. CATÓLICA	/01/91	QUIPAPÁ	POLÍCIA CIVIL FLAVIO DE SOUSA RIBEIRO ALVES
209.	PE*	JOSÉ CÍCERO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/01/91	PALMARES	POLÍCIA CIVIL FRANCISCO JUNIOR CARNEIRO
210.	PE*	JOSÉ JOAQUIM PAES	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/01/91	MARAIAL	POLÍCIA CIVIL MARCOS FARIAS BAUGUIN
211.	PE*	MANOEL JOSÉ DA SILVA	PRESIDENTE DO STR	/01/91	MARAIAL	CAPATAZ JOÃO ALMEIDA — SEBASTIÃO — E PISTOLEIROS
212.	PE*	MARIA A.PEDROZA DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	24/02/91	PALMARES	
213.	PE*	PADRE JOSÉ DO PATROCÍNIO	PADRE	/01/91	QUIPAPÁ	FAZENDEIROS E USINEIROS DO LUGAR
214.	PI	ADONIAS HIGINO	FEDER. DOS TRAB. DA AGRIC.	28/04/91	ALTOS	DELEGADO DE POLÍCIA PEDRO SILVA E 3 POLICIAIS CIVIS
215.	PI	ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS	PRESIDENTE DO STR	28/07/91	FRANCINÓPOLIS	POLÍCIA CIVIL FRANCISCO JUNIOR CARNEIRO
216.	PI	JOÃO DE SANTA FILOMENA	PADRE	/ 91	BOM JESUS	POLÍCIA CIVIL MARCOS FARIAS BAUGUIN
217.	PR	DIONÍSIO VANDRESSEN	IGREJA CATÓLICA	11/11/91	PINHÃO	CAPATAZ JOÃO ALMEIDA — SEBASTIÃO — E PISTOLEIROS
218.	PR	JÚLIO ZEFERINO DA SILVA	CAMPONÊS SEM TERRA	29/10/91	PINHÃO	FAZENDEIRO BRASIL VERDUM DE ALMEIDA
219.	PR	LEDOMIRA PORTELA	CAMPONÊS SEM TERRA	29/04/91	LINDOESTE	30 PISTOLEIROS
220.	PR	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	CAMPONÊS SEM TERRA	14/08/91	IBAITI	4 PISTOLEIROS DA FAZENDA VERDUM
221.	PR	MOISÉS DE SOUZA SANTOS	CAMPONÊS SEM TERRA	14/08/91	IBAITI	FAZENDEIRO BRASIL VERDUM DE ALMEIDA
222.	PR	PADRE AFONSO DAS CHACAS	PADRE	11/11/91	PINHÃO	PISTOLEIROS DA SANTA LAURA
223.	PR	PADRE EDSON DUBSK	PADRE	22/11/91	PINHÃO	PISTOLEIROS DA SANTA LAURA
224.	RJ	FRANCISCO LAN	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	14/11/91	C.FRIO/S.PEDRO DA ALDEIA	7 PISTOLEIROS DA MADEIREIRA ZATTAR
225.	RO	LEODORO FERREIRA +	PEQUENO PROPRIETÁRIO	18/02/91	ALVORADA D'OESTE	PISTOLEIRO ALCINDO SILVERIO CALDAS
226.	RR	TUXAUA ALCIDES CONSTANTINO	ÍNDIO	19/10/91	BOA VISTA	PISTOLEIROS MILTON ALVES DE OLIVEIRA

Nº	UF	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
227.	RR	TUXAUA MACEDO CONSTANTINO	ÍNDIO	19/10/91	BOA VISTA	FAZENDEIROS ENIO, HELIO E ELIANO PEREIRA
228.	RR	TUXAUA WALDIR TOBIAS	ÍNDIO	19/10/91	BOA VISTA	PISTOLEIROS RENATO MOTA E 12 POLICIAIS CIVIS
229.	RS	VALDIR GOMES	ADVOGADO	01/08/91	BAGÉ	FAZENDEIROS RENATO MOTA E 12 POLICIAIS CIVIS
230.	SC	PE. GENUÍNO JOÃO BEGNINI	PADRE	/11/91	ABELARDO LUZ	
231.	SE	CARLOS (PINTO)	POSSEIRO	24/03/91	PACATUBA	PISTOLEIROS DE VALDEMAR
232.	SE	DEUSDETH DOS SANTOS	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	25/03/91	PACATUBA	CAPATAZ VALDEMAR E 8 JAGUNÇOS
233.	SE	IRMÃ HERMINIA CHAVES	RELIGIOSO(A) — IGR. CATÓLICA	25/03/91	PACATUBA	CAPATAZ VALDEMAR E 8 JAGUNÇOS
234.	SE	JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/04/91	JAPOATÁ	
235.	SE	JOSÉ MARTINS DA ROCHA	COM.PASTORAL DA TERRA-CPT	25/03/91	PACATUBA	CAPATAZ VALDEMAR E 8 JAGUNÇOS
236.	SE	JOSÉ PRETINHO	POSSEIRO	25/03/91	PACATUBA	CAPATAZ VALDEMAR E 8 JAGUNÇOS
237.	SE	PE. CARLOS CESAR DOS SANTOS	PADRE	14/04/91	JAPOATÁ	PISTOLEIROS
238.	TO	"JOAQUINZÃO"	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	06/12/91	NATIVIDADE	FAZENDEIRO HENRIQUE JOSÉ FERREIRA
241.	TO	1 POSSEIRO, ANTÔNIO, LUIZ	POSSEIRO	17/10/91	ITAGUATINS	ADVOGADO SARANDI
242.	TO	ABEL FERREIRA DE MOURA	POSSEIRO	30/11/91	MIRANORTE	PMs E DELEGADO DE POLÍCIA DE ITAGUATINS
243.	TO	ADÃO HONORATO PEREIRA	POSSEIRO	30/11/91	MIRANORTE	CAPATAZ JOÃO P RIBEIRO E FAZ. ODILON SANTOS
244.	TO	ALFIZO FERREIRA DA LUZ	POSSEIRO	30/11/91	MIRANORTE	CAPATAZ JOÃO P RIBEIRO E FAZ. ODILON SANTOS
245.	TO	ANTÔNIO FERNANDES PEREIRA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	08/03/91	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	FAZENDEIROS DA REGIÃO
246.	TO	CALISTO SOARES DE SOUSA	POSSEIRO	17/10/91	ITAGUATINS	PMs E DELEGADO DE POLÍCIA DE ITAGUATINS
247.	TO	CLAUDIO N. NUNES DE CASTRO	COM. PASTORAL DA TERRA-CPT	13/03/91	SÍTIO NOVO	PISTOLEIROS "PAULO DA MAPISA"
248.	TO	DOMINGOS MACHADO	PRESIDENTE DO STR	04/11/91	NATIVIDADE	SR DILSON (DILSÃO)
249.	TO	DORALICE GOMES FERREIRA	POSSEIRO	05/12/91	NATIVIDADE	FAZENDEIRO HENRIQUE J. FERREIRA e TÉCNICO JEOVÁ
251.	TO	GERCINO E WILSON	POSSEIRO	30/08/91	ITACAJÁ	PISTOLEIROS "LOURINHO" E SEBASTIÃO
253.	TO	IZAÍAS MENDONCA ARAÚJO	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	08/03/91	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	FAZENDEIRO GERALDO RIBEIRO
254.	TO	JOÃO VIANA DE SOUZA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	24/11/91	COUTO DE MAGALHÃES	CAPATAZ AGENOR DA COSTA
255.	TO	JOSÉ ALVES DE SOUZA	DIRIGENTE DO MOV. SINDICAL	/02/91	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	FAZENDEIROS DA REGIÃO
256.	TO	JOSÉ URSINO FERREIRA	POSSEIRO	05/12/91	NATIVIDADE	CINCO PISTOLEIROS
257.	TO	JULHO E "NEGRINHO"	POSSEIRO	17/10/91	ITAGUATINS	FAZENDEIRO HENRIQUE J. FERREIRA e TÉCNICO JEOVÁ
258.	TO	LUIS CAPISTRANO	POSSEIRO	23/09/91	ITACAJÁ	PISTOLEIROS "LOURINHO" E "SEBASTIÃO"
259.	TO	MARIA EUNICE A. DE CASTRO	COM. PASTORAL DA TERRA-CPT	13/03/91	SÍTIO NOVO	PMs E DELEGADO DE POLÍCIA DE ITAGUATINS
260.	TO	ODILON HONORATO DE JESUS	POSSEIRO	30/11/91	MIRANORTE	FAZENDEIRO JOSÉ ANTÔNIO
261.	TO	OLEGÁRIO E "CEARENSE"	POSSEIRO	17/10/91	ITAGUATINS	CAPATAZ AGENOR E OUTROS
262.	TO	PE. PEDRO VEI	PADRE	/04/91	SÍTIO NOVO	PISTOLEIROS "PAULO DA MAPISA"
263.	TO	RAIMUNDO RODRIGUES DA LUZ	POSSEIRO	30/11/91	MIRANORTE	CAPATAZ JOÃO P RIBEIRO E FAZE. ODILON SANTOS

+ Pessoas que foram assassinadas depois

* Pessoas ameaçadas em conflitos Trabalhistas

Pessoas que foram ameaçadas mais de uma vez

QUADRO 9 — MORTES DE BÓIAS-FRIAS EM 1991

Nº	UF-MUNICÍPIO	NOME	DATA	INDÍCIOS DE AUTORIA
1.	BA-CAETITÉ	ANTÔNIO DE D. NOVAIS	09/10/91	EMPRESA MABRAF GERALDO LUCAS CAETANO — FAZENDEIRO GERALDO LUCAS CAETANO — FAZENDEIRO GERALDO LUCAS CAETANO — FAZENDEIRO GERALDO LUCAS CAETANO — FAZENDEIRO EMPRESA COMVAP DE ARY MAGALHÃES
2.	BA-CAETITÉ	ADONIAS ANTÔNIO DA SILVA	09/10/91	
3.	BA-CAETITÉ	MARIA IRENE DA CONCEIÇÃO	09/10/91	
4.	BA-CAETITÉ	JOSÉ ELIAS DE OLIVEIRA	09/10/91	
5.	BA-CAETITÉ	LAURA MOREIRA SILVA	09/10/91	
6.	BA-CAETITÉ	MANOEL FRANCISCO	09/10/91	
7.	BA-TEIXEIRA DE FREITAS	18 BÓIAS-FRIAS	08/02/91	
25.	BA-PORTO SEGURO	DOMINGOS SEVERINO GOMES	29/01/91	
26.	BA-PORTO SEGURO	AIRES ANDRADE SANTOS	29/01/91	
27.	BA-PORTO SEGURO	ERISVALDO CARDOSO BARRETO	29/01/91	
28.	BA-PORTO SEGURO	1 BÓIA-FRIA NÃO IDENTIFICADO	29/01/91	USINA SANTA RITA
29.	PI-UNIÃO	14 TRABALHADORES RURAIS	19/07/91	
43.	PR-SANTA CRUZ/QUERÊNCIA DO NORTE	JONAS FAGUNDES NASCIMENTO	10/05/91	
44.	PR-SANTA CRUZ/QUERÊNCIA DO NORTE	JOVELINA FRANCISCA JESUS	10/05/91	
45.	PR-SANTA CRUZ/QUERÊNCIA DO NORTE	MARIA DE LOURDES DA SILVA	10/05/91	
46.	PR-GOIOERÉ	EDVALDO PEREIRA DE ANDRADE	25/11/91	
47.	PR-GOIOERÉ	MARIA APARECIDA DE ANDRADE	25/11/91	
48.	PR-GOIOERÉ	MARIA CECILIA DA SILVA	25/11/91	
49.	SP-PORTO FERREIRA	5 BÓIAS-FRIAS	07/10/91	
54.	SP-GUARARAPES	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	12/11/91	

QUADRO 10 — BÓIAS-FRIAS FERIDOS EM 1991

Nº	UF-MUNICÍPIO	NOME	DATA	INDÍCIOS DE AUTORIA
1.	BA-CAETITÉ	17 BÓIAS-FRIAS	09/10/91	(EMPRESA MABRAF)
18.	BA-TEIXEIRA DE FREITAS	5 BÓIAS-FRIAS	08/02/91	
23.	BA-PORTO SEGURO	NILSON DA SILVA FAUSTINO	29/01/91	
24.	PR-GOIOERÉ	68 BÓIAS-FRIAS	25/11/91	(USINA SANTA RITA)
92.	SP-PORTO FERREIRA	24 BÓIAS-FRIAS	07/10/91	
116.	SP-GUARARAPES	20 BÓIAS-FRIAS	12/11/91	
136.	SP-GUARARAPES	ÉRICA FATIMA DOS SANTOS	12/11/91	

NOSSOS CRITÉRIOS DE TRABALHO

Os dados que ora apresentamos são obtidos em jornais de circulação nacional, boletins e publicações de entidades, de sindicatos e de igrejas, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências, além das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia (Anexo 4).

Nosso objeto de documentação e análise são os conflitos e questões que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano estudado. Explica-se, assim, por que o número de conflitos, famílias envolvidas, hectares conflitivos é tão flutuante. Exemplo: o conflito de determinação da fazenda acaba, teoricamente, com o assentamento. Mas se, passados dois anos, os trabalhadores ocupam órgãos públicos, exigindo assistência do governo para a infra-estrutura do assentamento (estrada, escolas, sementes, alimentação, ajuda de custo etc.), percebemos que, na verdade, esse conflito não está encerrado e, mediante essas ocorrências, o conflito volta a figurar nas tabelas. Isso só é possível mediante ocorrências documentadas com fontes.

Outra ressalva precisa ser feita: o número de hectares e de famílias envolvidas em conflitos possessórios e trabalhistas (assim como o número de pessoas assassinadas, ou torturadas, presas ou ameaçadas de morte) não traduz as dimensões reais da tragédia. Trabalhando com números e estatísticas, temos sempre a impressão de que estes diminuem e pasteurizam o drama das famílias camponesas.

Às vezes os números fornecidos pelos jornais não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT. Nesses casos, levamos em conta, em primeiro lugar, os números que são fornecidos pelos nossos Regionais, porque acreditamos no acompanhamento direto das CPTs junto aos trabalhadores rurais. E, persistindo as dúvidas, sempre divulgamos o menor número, em detrimento do maior. (Não cabe, portanto, qualquer acusação de sensacionalismo.) Isso porque não aceitamos participar da gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível.

Nesse relatório tratamos de dois grandes ramos de conflitos: os de terra (ou possessórios) e os trabalhistas.

- Por conflitos de terra entendemos:
 - possessórios (posse, uso e propriedade da terra);
 - de renda ou foro;
 - de parceria;
 - de meação;
 - intrusão em áreas indígenas (posseiros x índios; fazendeiros x índios; mineradoras/madeireiras x índios);
 - construção de barragens (alagamento das terras camponesas, indenização injusta, não-reassentamento etc.);
 - nas atividades extrativistas como em seringais e castanhais (seringueiros x fazendeiros/seringalistas; "empate" do desmatamento que põe em risco a atividade do seringueiro);
 - de ribeirinhos (embora seja um fenômeno observado apenas no Amazonas);
 - dívidas bancárias que ponham em risco a propriedade camponesa.

Nem sempre vamos encontrar conflitos "clássicos" de grandes proprietários contra posseiros. Também levamos em

conta conflitos entre iguais, ou seja, de pequenos contra pequenos, às vezes até com mortes. A causa desses conflitos é também uma questão de terra, de ausência (ou urgência) de reforma agrária.

2. Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho patrão x empregado (por exemplo, que desrespeitam as normas estabelecidas pela CLT); ocorrência de trabalho escravo ("escravidão branca"); não pagamento dos salários; regime de "barracão"; greves em usinas e plantações etc.

Os acidentes trabalhistas são acompanhados, na medida de sua divulgação, por entendermos que, pela sua repetição, deixam de ser meros acidentes para se tornarem uma prática criminosa que tem caracterizado a exploração da mão-de-obra rural, mesmo nas regiões do país onde o capitalismo é mais avançado. São exemplos: os acidentes com caminhões de bóias-frias, envenenamento por agrotóxicos, mutilações no trabalho com a juta, sisal e a cana, desmoronamento de garimpos, acidentes durante o desmatamento etc.

Além desses dois tipos principais, consideramos as questões sindicais que se referem às fraudes nas eleições, intervenção policial ou do Ministério do Trabalho, intromissão de políticos e fazendeiros em Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

As questões de seca — melhor seria denominá-las de "cerca" — dizem respeito sobretudo aos saques, ao não-pagamento nas frentes de emergência, ou às reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos, ou ainda qualquer manifestação devido às conseqüências da seca.

As questões de garimpos, pela proporção que assumiram, têm funcionado como válvula de escape aos problemas de terra no Brasil. Nos últimos anos aumentou de forma espantosa o número de camponeses-garimpeiros e a situação a que estão submetidos torna-os iminentemente explosivos. No entanto, os dados publicados nos grandes jornais são inexatos e não revelam esta realidade. Nesta publicação, as questões sobre garimpo não são consideradas.

Os casos referentes à Política Agrícola são ainda poucos e se configuram em manifestações de trabalhadores por créditos, maiores prazos para dívidas ou anistia, bloqueio de estradas e agências bancárias e sempre que há confronto e tensão com a polícia e latifundiários. Tendo sempre o cuidado de discernir as manifestações organizadas por STR e trabalhadores, das patrocinadas pelas federações patronais com o envolvimento da UDR.

Ações contra trabalhadores que não tenham claramente a conotação de conflitos fundiários e trabalhistas, além das demais questões mencionadas (sindical, acidentes, seca, política agrícola), não são contabilizadas.

Em alguns casos, divulgamos vítimas não-identificadas, desde que com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada.

Apesar das dificuldades em sistematizar dados tão esparsos e tratados pela imprensa nacional sem o rigor que merecem, todos os casos aqui relatados podem ser comprovados nas fontes.

Aproveitamos para solicitar às pessoas, sindicatos e entidades que dispuserem de mais dados que nos comuniquem, a fim de que possamos tornar esse registro o mais próximo possível da realidade, ou corrigir informações imprecisas.

FONTES DE PESQUISA — 1991

- A Crítica — Campo Grande — MS
 A Gazeta — Rio Branco — AC
 A Gazeta — Vitória — ES
 A Notícia — Florianópolis — SC
 A Província do Pará — Belém — PA
 A Tarde — Salvador — BA
 A Tribuna — Porto Velho — RO
 A Tribuna — Vitória — ES
 A Voz da Unidade — São Paulo — SP
 Aconteceu — CEDI — RJ
 ACR do Brasil
 Afinal — São Paulo — SP
 AGEN-Boletim e Informativos — SP
 Alto Madeira — Porto Velho — RO
 Alvorada S.F. — Araguaia — MT
 Anunciando e Defendendo — Ji-Paraná — RO
 Aroeira — CPT — MT
 Boletim da CPT Nacional — Goiânia — GO
 Boletim da CPT/ES — Vitória — ES
 Boletim da CPT/SP — São Paulo
 Boletim do MNDDH — Petrópolis — RJ
 Boletim Nacional da PO — RJ
 Cadernos do Terceiro Mundo — Rio de Janeiro
 Cambota — F. Beltrão — PR
 Caminhada — Goiás — GO
 Caminhar Juntos — Juazeiro — BA
 Cheiro de Terra — CPT — SC
 CIR-Conselho Ind. de Roraima — Boa Vista — RR
 CNBB — Boletim e Informes — DF
 Correio Braziliense — Brasília — DF
 Correio da Manhã — Manaus — AM
 Correio da Manhã — Salvador — BA
 Correio da Paraíba — João Pessoa — PB
 Correio de Notícias — Curitiba — PR
 Correio do Estado — Campo Grande — MS
 Correio do Povo — Porto Alegre-RS
 Correio Popular — Recife — PE
 Declarações e Informes dos 20 Regionais da CPT
 Diário da Manhã — Goiânia — GO
 Diário da Serra — Campo Grande — MS
 Diário da Tarde — Vitória — ES
 Diário de Cuiabá — Cuiabá — MT
 Diário de Minas — Belo Horizonte-MG
 Diário de Natal — Natal — RN
 Diário de Pernambuco — Recife — PE
 Diário do Nordeste — Fortaleza — CE
 Diário do Pará — Belém — PA
 Diário do Povo — Teresina — PI
 Disparada — Natal — RN
 Encontro com as Comunidades Propriá — SE
 Família Cristiana — Itália
 Folha de Londrina — Londrina — PR
 Folha de S. Paulo — São Paulo — SP
 Folha do Norte — Manaus — AM
 Folha do Paraná — Curitiba — PR
 Folha do Pernambuco — Recife — PE
 Folha Pastoral — Crateús — CE
 Força Jovem — S. L. M. Belos — GO
 Gazeta de Alagoas — Maceió — AL
 Gazeta Mercantil — São Paulo — SP
 Grito do Nordeste — ACR — PE
 História do Chão — CPT — CE
 Hoje em Dia — Belo Horizonte — MG
 Igreja a Caminho — Boa Vista — RR
 Igreja de Aracuaí — Aracuaí — MG
 Inf. Jurídico Com. Pró-Índio — São Paulo
 Informativo Calha Norte — Manaus — AM
 Informativo da IECLB
 Informes da Anistia Internacional
 Informes da Pax Christi Internacional
 Isto É, Senhor — São Paulo — SP
 Jornal da Bahia — Salvador — BA
 Jornal da Cidade — MS
 Jornal da Manhã — MS
 Jornal da Manhã — Teresina — PI
 Jornal da Tarde — São Paulo — SP
 Jornal de Alagoas — Maceió — AL
 Jornal de Barretos — Barretos — SP
 Jornal de Brasília — Brasília — DF
 Jornal de Hoje — São Luís — MA
 Jornal de Minas — Belo Horizonte — MG
 Jornal de Opinião — Belo Horizonte — MG
 Jornal do Brasil — Rio de Janeiro
 Jornal do Comércio — Recife — PE
 Jornal do Dia — Cuiabá — MT
 Jornal do Estado — Curitiba — PR
 Jornal dos Direitos Humanos — São Paulo
 Jornal dos Mov. Populares — Campo Grande — MS
 Jornal dos Trab. Sem-Terra — São Paulo — SP
 Jornal Indústria e Comércio — Curitiba — PR
 Jornal Pessoal — Belém — PA
 Mundo Jovem — Porto Alegre — RS
 Mutirão da Vida — João Pessoa — PB
 NewsWeek — EUA
 O Combate — João Pessoa — PB
 O Dia — Teresina — PI
 O Estado — Florianópolis — SC
 O Estado — Teresina — PI
 O Estado de Minas — Belo Horizonte — MG
 O Estado de S. Paulo — São Paulo — SP
 O Estado do Mato Grosso — Cuiabá — MT
 O Estado do Norte — Porto Velho — RO
 O Globo — Rio de Janeiro
 O Guaporé — RO
 O Imparcial — São Luís — MA
 O Lavrador — CPT — PI
 O Liberal — Belém — PA
 O Migrante Past. do Migrante — RO
 O Momento — João Pessoa — PB
 O Norte — João Pessoa — PB
 O Norte — Montes Claros — MG
 O Paneiro CPT — Amazonas
 O Pequeno — MA
 O Plantador — CPT — Goiás
 O Popular — Goiânia — GO
 O Porantim — Brasília — DF
 O Pote Araguaia — Tocantins — TO
 O Povo — Fortaleza — CE
 O Rio Branco — Rio Branco — AC
 O Roceiro — Crateús
 O São Paulo — São Paulo
 O Trabalhador Rural (CONTAG) — DF
 Pelejando — Belo Horizonte — MG
 Pocira — CPT — PR
 Quinzena — (CPV) — São Paulo
 Revista da Arquidiocese — Goiânia — GO
 Sem Fronteiras — São Paulo — SP
 Sinais dos Tempos — Imperatriz — MA
 Tempo e Presença — São Paulo — SP
 Tempos Novos — São Luís — MA
 Tribuna da Bahia — Salvador — BA
 Tribuna de Minas — Belo Horizonte — MG
 Tribuna do Mucuri — Teófilo Otoni — MG
 Tupari (GTME) — Porto Velho — RO
 Última Hora — Rio de Janeiro — RJ
 Vai e Vem — São Paulo — SP
 Veja — São Paulo — SP
 Voz da Terra CPT — RS
 Zero Hora — Porto Alegre — RS

SIGLAS

CBA — Companhia Brasileira de Abastecimento
CEE — Comunidade Econômica Européia
CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina
CESE — Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CHESF — Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNUMAD — Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONIC — Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
ECO 92 — ver CNUMAD
EFA — Escola-Família Agrícola
Eletrosul — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A
EMATER — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESALQ/USP — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós da Universidade de São Paulo
FMI — Fundo Monetário Internacional
FNO — Fundo Constitucional para o Norte
FSP — Jornal “Folha de S. Paulo”
GATT — Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GECA — Grupo de Estagiários de Conceição do Araguaia
GETAT — Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins
IBAMA — Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICID — Conferência Internacional sobre Impactos e Variações Climáticas e Des. Sustentável em Regiões Semi-Áridas
INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS — Instituto Social de Seguridade Social
INTERBA — Instituto de Terras da Bahia
MEB — Movimento de Educação de Base
MOPS — Movimento Popular de Saúde
MPST — Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica
MST — Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OESP — Jornal “O Estado de S. Paulo”
ONG — Organização Não-Governamental
ONU — Organização das Nações Unidas
PIB — Produto Interno Bruto
STR — Sindicato de Trabalhadores Rurais
TDA — Título da Dívida Agrária
UDR — União Democrática Ruralista
UNB — Universidade de Brasília

CPT NO BRASIL

CPT — ACRE
Caixa Postal 522
69900 — RIO BRANCO — AC
Fone: 068 — 224 21 93/ Fax: 224 21 93

CPT — AMAZONAS
Rua Tapajós, 54
Caixa Postal 369
69010 — Manaus
Fone: 092 233 0322/ Fax: 233 0322

CPT — BAHIA
Rua General La Batut, 78 — Barris
40000 — SALVADOR — BA
Fone: 071 321 4672

CPT — CEARÁ
Praça Farias Brito, 6
Bairro Otávio Bonfim
Caixa Postal 171 — Ag. Central
60001 — FORTALEZA — CE
Tel/ Fax: (085) 243.1013

CPT — ESPÍRITO SANTO
Caixa Postal 165
29930 — SÃO MATEUS — ES
Fone: 027 763 35 05

CPT — ARAGUAIA — TOCANTINS
Rua Juscelino Kubtschek, 634
Caixa Postal 134
77400 GURUPI — TO
Fone: 063 851 25 70/ Fax: 851 25 70

CPT — GOIÁS
Rua 19, nº 35 — 1º andar
Caixa Postal 749
74001 — GOIÂNIA — GO
Fone: 062 223 57 24

CPT — MARANHÃO
Caixa Postal 351
65400 SÃO LUÍS — MA
Fone: 098 222 42 43/ Fax: 221 35 50

CPT — MINAS GERAIS
Rua Eurita, 516
Bairro Santa Tereza
31010 — BELO HORIZONTE — MG
Fone: 031 467 43 11

CPT — MATO GROSSO DO SUL
Rua Nicolau Frageli, 71
Caixa Postal 2217
79025 — CAMPO GRANDE — MS
Fone: 067 624 77 29/ Fax: 624 77 29

CPT — MATO GROSSO
Rua Amambai, 160
Caixa Postal 951
78001 — CUIABÁ — MT
Fone: 065 323 2508

CPT — PARÁ
Rua Barão do Triunfo, 3151 — Marco
Caixa Postal 1505
66000 — BELÉM — PA
Fone: 091 226 52 58/ Fax: 226 64 91

CPT — NORDESTE
Rua Gervásio Pires, 435 — Boa Vista
50050 — RECIFE — PE
Fone: 081 231 44 45

CPT — PIAUÍ
Rua Firmino Pires, 379 — Sls. 302/ 322
Caixa Postal 458
64040 — TERESINA — PI
Fone: 086 222 45 55

CPT — PARANÁ
Rua Paula Gomes, 703 — 1º andar
Caixa Postal 2311
80510 — CURITIBA — PR
Fone: 041 224 74 33

CPT — SANTA CATARINA
Rua Arno Hoeschel, 76
88010 — FLORIANÓPOLIS — SC
Fone: 0482 22 05 11

CPT — SÃO PAULO
Rua Ministro Godoy, 1484 — Perdizes
05015 — SÃO PAULO — SP
Fone: 011 864 13 18/ Fax: 871 46 12

CPT — RIO DE JANEIRO
Rua Santo Amaro, 191 — Glória
Caixa Postal 1243
22211 — RIO DE JANEIRO
Fone: 021 232 04 95

CPT — RIO GRANDE DO SUL
Rua São Luiz, 640 — Bairro Santana
90620 — PORTO ALEGRE — RS
Fone: 0512 23 38 10/ Fax: 23 83 08

CPT — Rondônia
Rua Gonçalves Dias, 288
Caixa Postal 1051
78900 — PORTO VELHO — RO
Fone: 069 221 20 01/ Fax: 223 11 35

AGONIA

*500 anos depois, o Continente, cortado ao meio se agita,
para celebrar o desembarque.
Haverá a comemoração branca, oficial, hierárquica,.
Haverá o clamor índio, negro, popular.*

Morro a morte
mais longa,
a espantosa morte
de um Continente.

Morro há séculos
no corpo dos povos
exterminados.

O coração lavrado
pelo fogo
dos bandeirantes,
bugreiros,
caçadores de escravos.

Sou a boca aberta de milhões.
Grito de homens sem armas.
Ferida sangrando
na carne da História.

Dentes cerrados,
afio a flecha
a fogo e fúria.

Retorno à Terra
— a alma de meu povo —,
sem paz.

Com as armas do meu uso
defendo sua memória
enterrada.

Retorno à Terra
e convoco os ossos
dos guerreiros degolados
EMANCIPADOS
pelo fogo do Arcabuz!

Retorno ao coração da Terra
e dele retiro minhas armas,
o braço,
a borduna,
o canto dos mortos.

Levanto-me,
a corda dos arcos
retesada,
o corpo das lanças
refundido,
sem descanso avançam
os portadores do fogo.

pedro tierra

O QUE É CPT?

A Comissão Pastoral da Terra é um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT.

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas cristãs — de modo especial a Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um banco de dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 20 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

A CPT acompanha esses homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessoria juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do Sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e do descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.

Para mais informações, procure a CPT de seu estado ou escreva para:

CPT — CAIXA POSTAL 749
74001 — GOIÂNIA — GO
FONE: (062) 224-4436
FAX: (062) 225-4967
NODO ALTERNEX: CPTNAC